



ESCOLA SUPERIOR INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Instituto Politécnico de Lisboa  
Escola Superior de Comunicação Social

Mestrado em Jornalismo

## **Dizer sem falar**

A Comissão de Ética, Sociedade e Cultura e a alegada tentativa de controlo da comunicação social por José Sócrates

João Paulo Brinquete Magarreiro

**Orientador:** Mestre Oscar Mascarenhas

Novembro 2013



## **Declaração de compromisso anti-plágio**

Declaro, pela minha honra, ser o autor do presente trabalho, elemento necessário para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo. E que esta dissertação é inédita e nunca foi apresentada (quer integralmente, quer alguma das suas partes) a qualquer outra instituição de ensino.

Estou igualmente consciente de que a existência de plágio resultará na anulação do trabalho desenvolvido. Por fim, afirmo que as citações estão identificadas quanto à sua autoria.

---

Novembro 2013

## **Resumo**

A presente dissertação pretende contribuir para o estudo das relações entre política e jornalismo, colocando em diálogo as acusações feitas por indivíduos da área dos *media*, em Comissão Parlamentar, quanto às más relações que o à época primeiro-ministro José Sócrates tinha com o jornalismo que (alegadamente) tentava silenciar.

Os discursos deste último, em que tece comentários acerca de determinados meios informativos, são alvo de Análise Crítica do Discurso, com o objectivo de se indagar que peso tiveram nos desígnios que a comunicação social portuguesa tomou ou viria a tomar. E de que forma as suas palavras contribuíram para decisões de silenciamento, censura, ou afastamento de profissionais, e de alteração ou controlo de linhas editoriais em diferentes publicações.

**Palavras-chave:** Política, jornalismo, José, Sócrates, controlo, censura, informação.

## **Abstract**

The following dissertation intends to add insight into the study of the relation between politics and journalism by confronting the accusations made under parliamentary inquiries by individuals within the media sector regarding the ill-natured relationship of Portuguese former prime-minister José Sócrates with journalism, which he (allegedly) tried to silence.

The speeches in which he commented upon certain news media will hereby be subject to critical discourse analysis, aiming at questioning what impact they might have had on Portuguese mass media's forthcoming endeavours at the time, and also in what manner his words might have contributed to suppression, censorship or layoff decisions, as well as changes to or control of editorial lines in several publications.

**Keywords:** Politics, journalism, José, Sócrates, control, censorship, information.

## **Agradecimentos**

A minha gratidão à professora Isabel Simões-Ferreira, que me ajudou na passagem da ideia inicial à génese da própria proposta de dissertação; processo que foi uma verdadeira espiral de passos em volta.

De seguida, o maior agradecimento vai para o meu orientador, mestre Oscar Mascarenhas, que aceitou o convite para me ajudar no encaminhar desta ideia e indicar caminhos fundamentais na execução.

Aos meus pais, pela paciência, compreensão e interesse.

A todas as pessoas, amigos ou nem tanto, que procuraram saber qual era a minha tese e que com essa indagação permitiram que eu os esclarecesse várias vezes. E, desta forma, elucidando-me também a mim outras tantas sobre o que estava a fazer.

*Ao meu avô,  
João Maria Brinquete,  
nos seus 90 anos.*

“Em 2010 o primeiro-ministro já não tem tantos «problemas» nos *media* como tinha em 2009. O «problema» Manuela Moura Guedes desapareceu. O problema José Eduardo Moniz foi «solucionado». O *Jornal Nacional* de sexta-feira na TVI passou a ser um jornal à sexta-feira e deixou de ser «um problema». Foi-se o «problema» que era o director do *Público*.”

Mário Crespo, crónica «O fim da linha», 2010

“Para que existisse, de facto, um quarto poder em Portugal, era necessária uma independência real da comunicação social em relação ao verdadeiro e primeiro poder, o Executivo. Ao contrário dos *champôs*, que funcionam 2 em 1, aqui é 1 em 2. O Governo vende-se tranquilamente nos jornais e televisões. Desdobra-se na propaganda, na manipulação, na filtragem da realidade que pode prejudicar a imagem de Sócrates ou dos seus ministros. Nunca um governo foi tão eficaz no controlo dos meios de comunicação social!”

Manuela Moura Guedes,  
revista *Domingo*, 26/12/2010

“No tempo de Sócrates, vários profissionais da comunicação social fizeram de tudo para simular que estava em curso uma operação para controlar a TVI. Felizmente, no nosso país estes estratagemas não são bem sucedidos, e os políticos não se deixam apanhar nas ratoeiras. Sócrates acusou o *Jornal de Sexta* da TVI de ser um telejornal travestido; Relvas acusou o *Público* de fazer jornalismo interpretativo. Denunciados o travestismo e a interpretação, puderam continuar a sua vida. No fundo, vivem-se em Portugal sucessivos casos Etagretaw. Os casos Etagretaw, uma especialidade portuguesa, são casos Watergate ao contrário: em vez de serem escândalos políticos denunciados por jornalistas, são escândalos jornalísticos denunciados por políticos.”

Ricardo Araújo Pereira,  
*Visão*, 24/5/2012

“Há uma obsessão com a imagem e com a forma como as coisas são feitas. Acho que isso o prejudica a ele [José Sócrates] em primeiro lugar. Pode prejudicar também órgãos de comunicação social, é certo. E pode impressionar quem se deixar impressionar. E pode pressionar quem se deixar pressionar. Não foi o meu caso.”

Henrique Monteiro, em  
audição, CESC, 2010

“Isto mostra como podemos ser persuadidos por uma determinada coisa. Ao fim e ao cabo esquecemo-nos inteiramente de todas as questões de verificação, estamos apenas certos de ter sido assim.”

Ludwig Wittgenstein,  
*Aulas e Conversas*

# Índice

<b>I – Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>II – Poder, <i>Media</i> e Jornalismo.....</b>	<b>20</b>
2.1 O papel do jornalismo na Democracia.....	20
2.1.1 A Liberdade de Expressão e de Imprensa.....	20
2.1.2 Cidadãos, jornalismo e debate de ideias – três dependentes da Liberdade.....	21
2.1.3 A credibilidade enquanto factor determinante do jornalismo.....	23
2.2 O poder do jornalista cercado.....	24
2.2.1 O campo jornalístico e a disputa com o campo político.....	24
2.2.2 Pressões políticas.....	26
2.2.3 Pressões económicas.....	28
2.2.4 O profissionalismo enquanto condicionante jornalística.....	30
2.2.5 Controlo de informação em democracia.....	32
2.2.5.1 Conceptualização do <i>Media Control</i> .....	32
2.2.5.2 Manipular, desinformar e controlar – as três faces da censura “democrática”.....	34
2.2.5.3 O excesso de informação.....	35
<b>III – Das acusações de controlo à Comissão Parlamentar.....</b>	<b>36</b>
3.1 José Sócrates – o enfoque nos/dos <i>media</i> .....	36
3.1.1 O ambiente mediático. Resumo das alegadas acusações de controlo e tentativas de manipular os <i>media</i> .....	37
3.2 Discursos.....	41
3.2.1 Abertura do Congresso do PS, em Espinho: a ofensiva como defesa... ..	42
3.2.2 Entrevista na RTP: A necessária esclarecimento do ‘não dito’.....	48
3.3 Os apoiantes de Sócrates na Comissão.....	51
3.3.1 Jorge Lacão.....	51
3.3.2 Augusto Santos Silva.....	51
<b>IV – A Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.....</b>	<b>64</b>
4.1 Documento produzido; estrutura e elementos integrantes.....	64
4.2 Os requerimentos partidários que deram origem à CESC.....	64
4.2.1 Requerimento do PSD.....	64
4.2.2 Requerimento do CDS-PP.....	65
4.2.3 Requerimento do PS.....	66
4.3 Audições realizadas.....	67
4.3.1 Nota introdutória.....	67
4.3.2 A influência do espaço na audição.....	70
4.4 Súmula e reflexão sobre alguns temas em debate.....	71
4.4.1 Sócrates e o alegado controlo.....	71
4.4.2 Sobre o ‘caso Mário Crespo’.....	73
4.4.3 Sobre o encerramento do <i>Jornal de Sexta</i> .....	73
4.5 O relatório final – reflexões sobre as conclusões da CESC.....	74
<b>Conclusão.....</b>	<b>81</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>90</b>

## **Anexos**

### **Transcrição de audições fundamentais**

1. Francisco Pinto Balsemão.....	93
2. José Eduardo Moniz.....	96
3. Bernardo Bairrão.....	98
4. Nuno Morais Sarmiento.....	100
5. Henrique Monteiro.....	103
6. João Maia Abreu.....	105
7. José Manuel Fernandes.....	107
8. Manuela Moura Guedes.....	111
9. Mário Cresso.....	115
10. Felícia Cabrita.....	119
11. ERC.....	122
12. Sindicato dos Jornalistas.....	124

## I. Introdução

A informação que circula sempre teve um peso considerável nos destinos de quem a recebe. Ao longo dos séculos, houve uma grande preocupação sobre o que é dito e sobre o que chega à população, visto a concepção que infere determinar posições a tomar quanto a quem está ligada.

Conscientes da importância que a informação que circula tem, os regimes autoritários apresentaram sempre uma elevada preocupação em a controlar e em lhe conferir um carácter bastante favorável, que não prejudicasse a sua governação, ao não permitirem que se reunissem indivíduos em torno de uma concepção comum que lhe pudesse ser danosa. No entanto, a informação sempre circulou: livre ou ilegal, ou ainda sob a forma de propaganda; modelada segundo os interesses mais favoráveis ao regime.

Todavia, há que reafirmar: a informação nunca deixou de circular em qualquer dos dois casos, ainda que embotada e carecida de verdade. Essa falta de informação circulante foi sempre temível; sempre se preferiu que ela circulasse, para que ocupasse um espaço vazio que poderia ser prejudicial para a continuidade dos regimes.

Por outro lado, nos regimes democráticos, sempre se teorizou que a informação deveria circular livremente e que todos os cidadãos a pudessem alcançar, para que estivessem devidamente informados no momento de fazer as suas escolhas. No entanto, o conhecimento da importância que essa informação *livre* contém nunca foi esquecido, pois essa escolha (eleitoral, por exemplo) faz-se com base na informação que se recolhe de um ou outro candidato, de uma ou de outra temática. Com efeito, sempre houve quem se preocupasse com a informação difundida, para que não pesasse negativamente na escolha. E progressivamente mais, como é hoje o caso do recurso aos assessores ou da utilização do *marketing* político, tal como a contínua utilização da propaganda.

O controlo de informação em democracia, ainda que de nomenclatura paradoxal, tem dois tipos de partidários maiores: os que consideram que tudo não passa de «teorias da conspiração», e que a informação chega completa aos cidadãos, e outros que defendem que grande parte da informação que circula está por demais filtrada e que nada do que surge é revelador, por existirem tantas outras temáticas que deveriam vir a lume e de que «ninguém fala».

Reafirmando que a informação é um elemento fundamental para que o cidadão consiga alicerçar as suas posições e se sinta preparado na tomada de sentido crítico, são

duas as fontes em que a pode absorver: o ensino (escolar ou auto-didacta) e o jornalismo.

Desta forma, essa recolha substancial é uma bagagem importante. E se daí advêm as tomadas de posição, como referimos, torna-se premente que, se alguém quer essas escolhas diferentes, maniete a substância que vai ser absorvida. Isto é, que torne a informação em propaganda, uma matéria de carácter favorável aos interesses de quem a recorta.

Podemos então concluir que se a informação no sentido real do termo alarga a liberdade de escolha (e de decisão), o seu contrário, a propaganda, é uma comunicação que visa condicionar a liberdade de opção, regendo automaticamente o sentido crítico de quem a consome.

Por conseguinte, a antinomia entre informação e propaganda continua a ser um tema premente na relação entre jornalismo e política, respectivamente. Todavia, se o jornalismo denuncia a existência de informação que não está completa, o campo político sempre preferiu negar a sua existência, considerando que não tem interesse em que essa informação seja carecida da sua integralidade, visto a revelação de existência de carácter oculto na informação ser uma manifestação danosa para os objectivos que o poder comporta, como veremos.

Em resumo: todos os actores políticos, económicos e sociais estão abertos e disponíveis para a informação – desde que esta os propague. De contrário, começa a tensão.

Em 2007, começou a formar-se um coro fragmentado de vozes que denunciavam intenções do primeiro-ministro em silenciar declaradores que lhe eram incómodos. À constante retumbância de tais denúncias depressa se aliou e integrou a acusação da existência de um plano cuidadosamente gizado (e então em curso) para tornar tais vozes favoráveis ao poder do momento.

A acusação parece simples, parece verosímil e tem aspecto de preocupante; isto se só escutarmos um dos lados do processo, que, por sinal, é o dos jornalistas. E, se não contrastarmos as suas declarações com outras, de carácter contrário (se existentes), só daremos atenção a uma das partes – a de quem tem um nítido interesse no que apresenta: os acusadores.

Para que a conclusão não fique limitada, ouviremos José Sócrates através da perscrutação do seu discurso politizado que entra em diálogo com quem o acusa,

contrariando a denúncia feita. Esta, quando existe, e apresentada pela novidade que a carrega, é fenómeno suficiente para fazer crescer a audiência dos *media* e proporcionar visibilidade a quem a nomeia.

Ainda que não digamos que foi isto que aconteceu, nem que foi isto que se pretendeu, recorramos a uma realidade hipotética: seria tal informação tão forte que merecesse uma tão desmesurada e efectiva atenção por uma das mais altas figuras de Estado?

Podemos avaliar-lhe a importância por um diapasão à altura: a atenção e preocupação que o primeiro-ministro lhe prestou.

Nos discursos em que José Sócrates se debateu acerca da comunicação social (e que oportunamente apresentaremos) surge-nos um Sócrates preocupado com o mau préstimo que algum jornalismo havia vindo a fazer à democracia; não se coibindo de trazer à colação – ainda que não os nomeando directamente - e propõe-se, convocando e ladeando-se de aliados necessários, corrigir um jornalismo que não mais é, no seu dizer, que política camuflada, pois repercute as formas ilegítimas de debate político utilizadas pela oposição derrotada eleitoralmente, o PSD, que se serve, por exemplo, do «ataque pessoal» para conquistar a sua posição.

Sócrates tem a consciência de que esse combate (voltar a ganhar as legislativas, em 2009) não é feito – logicamente – sem uma base de sustentação real, com alicerces no eleitorado interno: os militantes do PS, a que se somam, em altura própria, o universo de eleitores que é constituído pelo povo português. A sua preocupação extrema com a informação que lhe era cara, partiu daí – do que o seu eleitorado (quer interno, quer universal) lhe poderia provocar, se aceitasse e considerasse verdadeiras as acusações de que vinha sendo alvo.

Desta forma, José Sócrates teve de procurar uma maneira de lhes evitar a aparição: ainda que (possivelmente) não as eliminando, mas evidenciando a vontade em que mais informações danosas para si não viessem a público. Em suma, e desta perspectiva, não houve necessidade de ordens directas para que tal acontecesse: o seu discurso que se denotava do real – o do *não dito* – teve a capacidade preponderante de apresentar os ânimos do primeiro-ministro quanto ao caminho adverso que a comunicação social tinha vindo a tomar em relação à sua figura. E, assim, simultânea ou preponderantemente, mostrando o seu desagrado.

Surge-nos outra questão: será isto prova de que tais prescrições foram acatadas e postas em prática? Não, há apenas a evidência de que algo aconteceu, presente nas

aflorações denunciatórias que foram emergindo, em resultado das tomadas de decisão que alguns responsáveis por cargos de chefia nos *media* realizaram e que são facilmente relacionáveis com o descontentamento apresentado pelo chefe do Executivo.

Ao não existirem provas do alegado controlo consumado, os acusados a quem verbera não são prova suficiente, por se equivalerem ao seu contraste – o dos acusados, que tomaram as decisões polémicas *induzidas* alegadamente pelo primeiro-ministro.

Com efeito, a prova da relação da execução do acto com as directrizes implícitas de José Sócrates, a existir, só poderia ter proveniência no testemunho de quem desencadeou (no sentido de responsável) as polémicas. Assim, seria necessário o testemunho da administração da TVI que reconhecesse ter terminado ilegalmente, por via de directrizes alheias, com o *Jornal de Sexta* (e assim afastando Manuela Moura Guedes), do director do *Jornal de Notícias* ao afirmar que a suposta censura que fez a uma crónica de Mário Crespo tinha ordens do primeiro-ministro, ou da intenção de afastamento de José Manuel Fernandes da direcção editorial do *Público*, como condição à realização de um negócio em que o Estado estava envolvido.

Por último, ao se ouvir quem acusa e quem se defende do que é acusado, sem que provas palpáveis e admitidas da inter-relação da causa com o feito, torna demeritórias quaisquer deliberações da ERC (por só apontar a ilegalidade do processo, mas não ter prova da origem política) ou sessões parlamentares em que se discute oficialmente qual o grau de Liberdade de Expressão existente em Portugal, referindo-se exemplos «concretos», mas não reconhecidos, o que no momento da conclusão não permite basear acusações sérias em depoimentos parciais, ainda que bilaterais. Assim, pode atingir-se a conclusão de que o procedimento foi errado, mas não imputando responsabilidades para além dos seus executantes directos.

E, julgamos, tais depoimentos necessários só surgirão no dia em que um ou mais intervenientes responsáveis escrevam as suas memórias, reconhecendo o acatamento que protagonizaram. Assim, é esta a prova – o depoimento confirmativo – que faltaria numa acusação sólida da procura de limitação da liberdade editorial dos *media* portugueses pelo primeiro-ministro José Sócrates.

Nos procedimentos formais da ERC e da Comissão Parlamentar de inquérito, só poderia resultar censura ou condenação a José Sócrates se houvesse prova testemunhal cruzada (mais de uma testemunha coincidente, portanto), ou gravação legalmente realizada (isto é, com autorização e monitorização judicial) de que o então primeiro-ministro deu ordens expressas, directamente ou por interposta pessoa identificada e

responsabilizável, para silenciar tal jornalista ou tal programa. Mas a análise do discurso permite-nos chegar, se não a conclusões, pelo menos a intuições e convicções.

Só nos resta – o que é material suficiente – analisarmos academicamente os seus discursos, procurando-lhe os subentendidos que servir(i)am como propulsor suficiente para dar continuidade às suas atenções.

Tornou-se nosso objectivo perceber qual a concepção que havia sido construída, na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura (CESC), do alegado controlo dos *media* por José Sócrates. E colocar as diferentes interpretações, subjectivas devido à posição do interlocutor quanto ao caso, em diálogo, relacionando-as e procurando-lhes a aclaração dos factos.

Com efeito, os testemunhos prestados em Comissão irão servir-nos como base de sustentação às acusações e defesas das personalidades em desacordo nos processos, para depois servirem de diálogo às próprias idiossincrasias que relacionam o primeiro-ministro com o caso.

Para que a análise neste ponto fosse mais completa, decidimos recolher alguns elementos extra Comissão, de que são exemplo principal duas considerações de José Sócrates quanto aos *media* portugueses. Isto é, se a CESC contém a posição dos inquiridos – muitas vezes queixosos dessa má relação – e dos deputados, que têm a condicionante partidária a cargo, as declarações de Sócrates são a sua tomada de posição quanto aos *media* que considerava adversos e que, segundo ele, careciam de uma correcção necessária, e de interpretação nada consensual, como iremos observar.

Por conseguinte, o nosso intuito está longe de ser apenas uma averiguação sobre se o primeiro-ministro quis mesmo silenciar alguns órgãos de comunicação social, ou sobre se teria um plano para controlar editorialmente o mercado, ou até mesmo se era um censor em potência. Mas sim, compreender o peso de que as declarações provenientes da terceira mais alta figura de Estado tiveram num conjunto de profissionais, que viram designações, reprimendas e sugestões, tal como utilizaram essas declarações enquanto co-responsabilizadoras das suas relações tempestuosas ou da sua saída das empresas em que trabalhavam, nas palavras do primeiro-ministro.

Todavia, esta dissertação também não pretende ser um processo de desculpabilização – longe disso! –, pois estas mesmas declarações que acima referimos são, só por si, sintomáticas do mal-estar que existia entre poder político e comunicação social, e vice-versa, resultando em afirmações de várias personalidades quanto a José

Sócrates ter sido o pior primeiro-ministro na relação que teve com a comunicação social, e de confirmações da preocupação extrema, em certos casos ilegítima, que teve com temas em que era mencionado.

Surge assim um conjunto de questões que pretendemos ver respondidas. Se objectivamente procuramos perceber que Comissão Parlamentar foi esta, e que antecâmaras pesaram na sua formação, as questões consequentes como: que relação teve o tema maior com as acusações feitas ao primeiro-ministro? Se foi conclusiva e se satisfaz os seus objectivos? Que mais permitiu este conjunto de audições?, são problemáticas que procuraremos discutir.

Do ponto de vista dos discursos de Sócrates, a que aludimos anteriormente, e que relacionaremos com os temas discutidos em audição, procuramos reflectir acerca da força que tem/teve o discurso do primeiro-ministro, e em que se transmutou, isto é, que forma tomou: se discurso de poder, se aviso, ou se simples defesa quanto aos casos em que se via inferido. Ou um conluio de diferentes interpretações, consoante o interlocutor que os escutava.

De forma a discutirmos as acusações feitas, pretendemos igualmente seleccionar as opiniões de vários profissionais de *media* acerca dos ‘casos’ que se foram formando, compreendendo assim se tais delações têm componente lógica suficiente.

A discussão que aconteceu nesta Comissão foi algo ímpar na sede da democracia em Portugal, que debatia um tema tão caro, ainda que por vezes esquecido, a este tipo de regimes – a relação entre política e comunicação social. Decidimos então estudar outras vertentes e conclusões que uma discussão de tão grande fôlego permitia. A cúpula teórica porque se regia abarca uma miríade de ângulos de abordagem do debate: quer pelo dos direitos dos jornalistas, da importância do poder económico na profissão, da referida relação entre política e jornalismo, ou tão só da discussão política.

Para tal, embora convictos do nosso ângulo de abordagem, tínhamos que restringi-lo: decidimos partir de uma declaração de José Sócrates feita na abertura do congresso nacional do PS, em Espinho: “Em democracia, quem governa é quem o povo escolhe, não é um qualquer director de jornal, com as suas campanhas, nem nenhuma televisão com as suas manipulações”.

Embora aqui estivesse na condição de secretário-geral do partido, e não enquanto primeiro-ministro, estas declarações representam a sensação de ataque

peçoal, que vai para além do cargo que ocupa, embora surgindo, claro, da importância que o cargo governativo tem.

Os *media* referidos são, como foi explicitado por figuras afectas ao partido e é de senso comum, o *Público* e a TVI, que José Sócrates acusa de fazerem “campanhas”, o primeiro, nomeadamente referindo-se ao director José Manuel Fernandes, e de “manipulações”, mencionando a TVI, com forte incidência para o *Jornal de Sexta*, com o seu jornalismo polémico.

Desta forma, decidimos que a dissertação deveria partir da relação de Sócrates com estes dois *media*, visto terem sido mencionados como os principais opositores; constituindo o núcleo duro de análise, dando-se especial relevo às acusações, defesas e casos que relacionaram esse jornal e estação televisiva, com o primeiro-ministro.

Por conseguinte, como é sabido, as polémicas entre o primeiro-ministro e a comunicação social não se restringiram a este tríptico, visto terem acontecido com grande parte dos *media* generalistas nacionais.

Decidimos então incluir o designado ‘caso Mário Crespo’, resultado da não publicação de uma crónica no *Jornal de Notícias*, e as relações tempestuosas do Executivo com o jornal *Sol*, no nosso campo de análise, visto ser indelével a preponderância que tiveram quer na relação, quer na Comissão Parlamentar que nos propusemos analisar.

Se estes quatro casos foram os mais mediáticos, houve outros que também merecem a nossa atenção, por serem igualmente representativos, e que decidimos igualmente incluir. De que são exemplo os telefonemas efectuados por José Sócrates para o *Expresso*, tal como a animosidade que também aconteceu, aliada à já apresentada, com o jornal *Sol*: quer através dos supostos posicionamentos do poder económico na determinação da actividade da publicação, quer pela edição em que revela o alegado plano de controlo esboçado pelo primeiro-ministro.

Assim, resultando a selecção das audições que decidimos analisar – com forte realce para os actores presentes nas polémicas que anteriormente apresentámos –, a que se adicionaram outras, com importância também fundamental para a discussão em desenvolvimento. Exemplo disso são as audições a Jorge Lacão e a Augusto Santos Silva, membros dos executivos dirigidos por José Sócrates, com a tutela da comunicação social, a Nuno Morais Sarmiento, com igual cargo, mas no anterior governo social-democrata – que também teve, lembre-se, dificuldades com a

comunicação social, entre os queixosos e outras personalidades com igual ou maior destaque no campo dos *media*.

As instituições que estão directamente relacionadas com o mercado dos *media*, quer pela análise do comportamento das empresas e dos seus conteúdos – caso da ERC –, quer pela defesa dos profissionais de jornalismo – como o Sindicato dos Jornalistas – também foram audições que não quisemos excluir da nossa análise.

Por fim, há que confessar que pensámos e movemos esforços com vista a entrevistarmos José Sócrates, para que o seu testemunho sobre este caso enriquecesse esta dissertação. Todavia, apeamo-nos a meio do percurso dessa ideia, por considerarmos que as suas declarações iriam ser totalmente contrárias à miríade de interpretações que a ACD nos possibilitou. Ou seja, Sócrates dir-nos-ia sempre que os seus discursos são mera opinião, que não provinham de intenções nem permitiam as interpretações que levaram certos profissionais a ceder aos seus desejos. Isto é, que o que ali está é apenas o que ali está.

O capítulo II, intitulado “Poder, *Media* e Jornalismo”, resulta de um conjunto de leituras e reflexões e serve-nos de base teórica à sustentação dos restantes capítulos. Neste ponto reflectimos sobre qual o papel do jornalismo na democracia – tema bastante discutido ao longo de décadas –, qual a sua função hoje, e o que resulta dos aperfeiçoamentos do passado. Reflectimos também acerca da preponderância que o jornalismo e a circulação de informação devem ter nas sociedades democráticas, suas interdependências, tal como na confiança que ainda possui.

Visto a dissertação se centrar na relação entre política e jornalismo, e de que forma um elemento condiciona e serve o outro, teorizamos acerca das interacções, das condicionantes e do peso que a vertente económica possui na relação. É igualmente referida a liberdade que o profissional de jornalismo possui e a resistência que deve e tem de fazer para suportar todos os condicionalismos que lhe são imbuídos – factores políticos, económicos e os internos à classe jornalística.

Tendo este trabalho a constante presença de suspeitas de um alegado controlo dos *media*, considerámos premente não esquecer um autor como Noam Chomsky, em que o seu trabalho em muito contribui para melhor se compreender como actuam as várias filtragens que a informação vai sofrendo. Assim, apresentamos um breve resumo e reflexão, que consideramos oportunos, para sustentarmos o conceito “controlo de informação”.

Por último, no fim deste capítulo II apresentamos várias formas de controlo da informação utilizadas em regimes democráticos. Todavia, embora não sejam analisadas no sentido prático durante a dissertação, decidimos incluí-los para que sejam especificados e referidas as formas em que ocorrem, de sofisticação superior às formas utilizadas nos regimes autoritários, visto estar constitucionalmente aceite que tais manipulações não podem ocorrer. Apresentamo-las para mostrar que podem sobrevir sem que o profissional de jornalismo se aperceba.

O capítulo III, intitulado “Das acusações de controlo à Comissão de Ética, Sociedade e Cultura” concentra a informação que mais consideramos premente para a dissertação, daí a centralidade quanto à importância que lhe imputamos e que, como veremos, ele terá. Para além de ser apresentado um breve resumo, a partir do início da primeira legislatura de Sócrates no que diz respeito à relação com a comunicação social, pautamos tal súmula não só com as acusações que lhe foram feitas, como com alguns paradigmas comuns a este tipo de opções, tanto do lado dos jornalistas, como do próprio primeiro-ministro.

Incluímos igualmente uma análise dos discursos em que José Sócrates tece comentários acerca de alguns *media* nacionais, tal como à sua forma de actuação. Para tal, recorreremos à Análise Crítica do Discurso (ACD) com o objectivo de realçarmos pormenores preponderantes que só esta técnica permite: “Portanto, de uma perspectiva linguística, e não lógica, a verdade de um enunciado não é uma propriedade que lhe é intrínseca, imanente ou constitutiva: é uma propriedade que o enunciado adquire – se a adquire – no desenrolar da sua actualização discursiva.”<sup>1</sup> (Lozano, Peña-Marín, Abril 62). Daí intentarmos relacioná-los com o contexto envolvente.

O primeiro desses momentos é o discurso de abertura do congresso do PS, em Espinho. O outro é a entrevista dada à RTP1, que também deu azo a bastantes polémicas, nomeadamente pelas referências directas e comentários quanto ao *Jornal de Sexta* da TVI.

O capítulo IV, “A Comissão de Ética, Sociedade e Cultura” permite ao leitor ter uma visão breve mas representativa do que foi esta discussão, tal como quanto ao que a originou e às conclusões possíveis que foram atingidas. Para tal, além de uma descrição estrutural introdutória, partimos do documento que foi produzido para esclarecer a

---

<sup>1</sup> Em espanhol, no original: “Por tanto, desde una perspectiva linguística, y no lógica, la verdad de un enunciado no es una propiedad que le es intrínseca, inmanente o constitutiva: es una propiedad que el anunciado adquiere – si la adquiere – en el recorrido de su actualización discursiva.”

forma como ocorreram as inquirições, quem foram os seus intervenientes e os temas mais recorrentes.

Os requerimentos partidários que defenderam a premência da organização de uma discussão deste teor, também neste espaço são descritos e analisados, em que são evidenciadas particularidades (políticas) que imediatamente relacionam o tema central da Comissão – “exercício da liberdade de expressão e de informação em Portugal” – com as acusações e suspeitas quanto ao chefe do Executivo que há muito preenchem a esfera mediática.

O relatório que foi produzido e que colige o que de principal decorreu nas audições, tal como nas conclusões que se conseguiriam atingir quanto à esfera e mercado mediático nacionais, também é por nós alvo de escrutínio.

Ainda que a totalidade das audições que considerámos necessárias que integrassem este estudo se encontrem no espaço dedicado aos anexos, decidimos fazer um pequeno resumo (neste capítulo) das principais sub-temáticas e quais as principais opiniões dos inquiridos quanto aos casos e intersecções que aconteceram.

Dos anexos constam as audições realizadas. As inquirições surgem na forma de resumo e análise dos pontos coadunados com os pressupostos da dissertação em estudo. As personalidades ouvidas são catalogadas consoante a posição que ocupam em relação aos *media*, visto o seu cargo ser preponderante e sintomático das declarações em estudo; surgem assim classificadas enquanto empresários, políticos, directores de informação e jornalistas. A audição ao presidente da ERC e ao presidente do Sindicato dos Jornalistas integram igualmente este conjunto de análises.

## II. Poder, *Media* e Jornalismo

### 2.1 O papel do jornalismo na democracia

#### 2.1.1 A Liberdade de Expressão e de Imprensa

A Liberdade de Expressão e de Imprensa são dois direitos presentes na maioria das Constituições de Estados que se dizem e se querem democráticos, em que Portugal não é exceção. No caso português, estes dois direitos são inclusivamente um dever que o Estado tem para com os cidadãos, sendo responsável pelo assegurar destes dois elementos.

No artigo 38º da Constituição da República Portuguesa, dedicado à «Liberdade de imprensa e aos meios de comunicação social», podemos verificar que é um dever do Estado assegurar a Liberdade de Imprensa, que consequentemente implica «a Liberdade de expressão e de criação dos jornalistas e colaboradores», tal como «o direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.»

O cidadão não só tem direito a exprimir a sua opinião, como deve ter um espaço em que ela seja ouvida, sendo os *media* noticiosos os principais meios utilizados para que tal premência se materialize. Como é sabido, os *media* não só têm o dever de formar e de informar a opinião pública, como de dar voz ao cidadão para expressar as suas inquietudes e opiniões:

O direito do cidadão de expressar, publicar e opinar livremente é reconhecido como sinónimo de sociedade democrática. Neste sentido, o valor da liberdade de expressão e de opinião está relacionado com outros valores democráticos fundamentais, como os de reunião e de associação, ambos centrais na sociedade democrática plural.

(Murciano M. *in* Sousa 107)

Os jornalistas procuram essencialmente a verdade por detrás dos factos, a verdade que compõe os factos, ou, tão-só, que verdade existe nos factos. Cruzando e analisando informações a que acederam, procuram que a verdade surja na esfera pública, inteira, sem limitações e condicionantes de qualquer ordem.

A existência de vários meios de comunicação social promove a existência de vários ângulos quanto à mesma informação, daí a premência em que uma comunidade não se encontre num cenário de rarefacção informativa, na qual obtenha informação de

poucos *media* noticiosos, ou, em caso limite, de um só. Pretende-se o pluralismo informativo para que haja espaço de escolha e decisão.

John Milton mostra-nos que a virtude só resulta da oportunidade de escolha entre o Bem e o Mal, isto é, que tal só se obtém através da existência destes dois pólos diferenciados e diferenciadores, mas visíveis (*Aeropagítica* 22). No caso, o cidadão tem de saber não só o que compõe o Bem, de que ele necessariamente será partidário, mas também que factores provocaram essa definição, conhecendo então o Mal e a contraposição que ele faz com o seu oposto.

Por seu turno, John Stuart Mill indica que é esta oportunidade que permite a materialização da verdade enquanto conceito que passou por várias provações a que resistiu, resultando numa unidade insofismável (*Sobre a Liberdade* 55). Ou seja, tem de haver liberdade do indivíduo de expressar a sua opinião, mesmo que ela seja errónea, e que é o seu contraste com outras opiniões apresentadas e disponíveis que constitui a verdade final: que passou por provações que não a descaracterizaram, mas que lhe conferiram o valor final de que necessitava.

Recorremos igualmente a John Stuart Mill para conceptualizar e reflectir acerca do conceito de liberdade na dissertação que estamos a desenvolver. Mill mostra-nos que noutros tempos “a liberdade significava protecção contra a tirania dos governantes políticos” (*Sobre a Liberdade* 28), que não passavam por um processo de eleição, logo não eram os escolhidos pelo povo para os representar, o que redundava numa antipatia deste face a quem os controlava. Ou seja, alguém que não era por eles escolhido representava o órgão máximo na limitação da sua liberdade enquanto cidadãos.

Se relacionarmos tal concepção com o jornalismo, percebemos que também este necessita de liberdade enquanto condição principal para existir em plenas funções. É este espaço que permite que o jornalismo acompanhe o processo político e que se realcem as contradições e movimentações, entendendo-se enquanto *watchdog* da democracia.

### **2.1.2 Cidadãos, jornalismo e debate de ideias – três dependentes da Liberdade**

Tendo em conta que a democracia se faz com a participação activa dos cidadãos nas movimentações da sociedade em que está inserido, o jornalismo torna-se um dos elementos fulcrais para que essa aproximação aconteça. Os cidadãos encontram no

jornalismo uma fonte importante de notícias e de artigos, com substância necessária para que tenham conhecimento sobre o meio em que estão inseridos; sobre o que aconteceu, como aconteceu e o que vai acontecer.

O jornalismo é então uma forma de dar a conhecer a democracia a quem a faz. Cidadãos, políticos e os próprios jornalistas utilizam a informação apresentada para decidirem, quer pessoal quer profissionalmente, que atitudes e concepções pretendem.

Com efeito, podemos afirmar que uma sociedade com jornalismo fraco é uma sociedade democrática débil. Não existindo meios com poder suficiente para acompanhar o desenvolver das movimentações, nem com possibilidade de dar a conhecer o que acontece, evitando, muitas vezes, devido a este constante acompanhamento, abusos de poder e processos de ludibriar a opinião pública, que em muito prejudicam a sociedade em que são produzidos, a democracia carece de um dos seus baluartes principais de apoio – o jornalismo.

O que se pretende que seja o objectivo primordial das notícias é construir um eleitorado mais informado, e, logo, mais incluído no processo democrático (Schudson, *The power of news* 205). Desta forma, torna-se fundamental que os eleitores tenham conhecimento sobre a sociedade em que estão inseridos e sobre os actores sociais que têm poder suficiente para alterar o paradigma ou as movimentações que acontecem, através da interpretação e suporte informativo que o jornalismo permite ao transmitir tais informações. E, fundamentalmente, sobre o carácter e desígnios de quem os representa, sentindo-se ou não representados acerca de quem elegeram ou vão eleger para os representar.

Pretende-se que todos os *media* noticiosos que trabalham para uma determinada comunidade sejam diferentes na forma de apresentar as notícias, para que não só não se repitam nas perspectivas apresentadas, mas que alcancem outros temas que em outros órgãos de comunicação social não foram difundidos. Ou seja, esta procura e divulgação de acontecimentos preenche lacunas no conhecimento que os cidadãos têm da sociedade que os rodeia, mas também provoca outras - visto despertar e provocar a ânsia do cidadão de procurar e de obter mais conhecimento acerca da actualidade. Isto é, um cidadão mais informado tem cada vez mais interesse em participar e interagir com a sociedade em que está inserido, visto ser um elemento interessado em tal dinâmica (Schudson, *The power of news* 205).

Se o jornalismo é um processo premente enquanto serviço que presta à comunidade, tem de apresentar iniciativas e motivos que consubstanciem tal

necessidade e importância de espaço. Ou seja, tem de se assumir enquanto factor preponderante na aquisição de informação por quem o procura. Isto é, se não quer cair no esquecimento ao perder o seu valor e poder, tem de mostrar a importância que as suas funções constituem, assumindo-se e verificando-se enquanto baluarte que se quer preponderante no apoio à democracia.

Michael Schudson (*Why Democracies need...*12) destaca sete ferramentas que o jornalismo tem utilizado em sociedades democráticas, fundamentais para a sua constituição enquanto factor primordial no apoio à democracia: informação, investigação, análise (interpretação), criar empatia com as pessoas, fórum público, apelo à mobilização e a divulgação da democracia representativa.

Através destes recursos, os órgãos de comunicação social deslindam, transportam e aproximam os cidadãos de temáticas e assuntos que de outra forma estes não teriam acesso e, mesmo que tivessem, não lhe conseguiriam retirar e absorver a informação na forma necessária que necessitam enquanto eleitores. Sendo todas estas ferramentas fundamentais, facilmente concluímos que um correcto manejo e produção informativa tendo-as como base resultará numa produção efectiva de melhor informação e, como temos vindo a afirmar, na constituição de um eleitorado mais informado. Desta forma, podemos verificar que os jornalistas e de forma mais genérica as organizações de comunicação social são o círculo fundamental a que os cidadãos recorrem para se informar. Por conseguinte, eles têm de ser responsáveis para com a informação que apresentam; que se pretende independente e autónoma de condicionantes externas e internas, tais como os poderes político, económico e todas as variantes em que estes se apresentam - para que desta forma seja produzida uma informação livre e sem interesses obscuros na sua difusão.

### **2.1.3 A credibilidade enquanto factor determinante para o jornalismo**

Hoje em dia já não existe a característica inquestionável da veracidade da informação apresentada pelos *media*. Devido a inúmeras falhas, o cidadão apresenta uma postura *preconceituosa* em relação ao que é difundido, resultando no seu descrédito em relação aos *media* e no conseqüente decréscimo do consumo de produção noticiosa paga.

Com os *media* ameaçados devido (e não só) aos problemas financeiros que apresentam, diminuindo o seu poder de realizar jornalismo de investigação, que se insurge como uma das suas principais ferramentas de contrapoder e justificação, a procura da confiança há muito perdida torna-se numa das principais soluções para a descrença que presenciamos.

A credibilidade deve voltar a tornar-se o principal referencial do processo jornalístico. Confiante de que o *medium* noticioso a que recorrem apresenta essa isenção e independência quanto a factores condicionantes, e que a informação que apresenta é verificada e devidamente contextualizada (o que promove a sua veracidade), o público acredita e pretende mais a informação produzida por esse meio noticioso. Ou seja, procura mais e confia mais na informação difundida, por sabê-la de melhor qualidade. De outra perspectiva: o *medium* aumenta a sua procura comercial através do elevado grau de credibilidade que essa publicação apresenta.

Desta forma, a credibilidade juntamente com a independência face às condicionantes apresentadas e a outras de que destas resultam, constituem dois promotores de um elemento chave no processo jornalístico – a autonomia.

Entendemos a necessidade de credibilidade como um produto de uma cadeia circular: mais independência face ao poder político e económico origina uma maior autonomia das condicionantes que restringem o processo jornalístico, resultando numa cimentada imagem externa de veracidade. Consequentemente, tal espelha que a informação final não sofreu desvios quanto ao caminho correcto que devia traçar, constituindo-se enquanto produto credível e de confiança. Com efeito, uma maior credibilidade aumenta certamente a quantidade de leitores/espectadores que procuram esse *medium* noticioso, o que origina receitas de vendas e de publicidade, que permitem aumentar a autonomia face a outras dependências, quer estatais quer privadas.

## **2.2 O poder do jornalista cercado**

### **2.2.1 O campo jornalístico e a disputa com o campo político**

Partimos da conceptualização que Pierre Bourdieu faz de campo – “Um campo é um campo de forças em que no interior os agentes ocupam posições que estatisticamente

determinam as posições que eles tomam em relação ao campo”<sup>2</sup> (*in* Benson & Neveu 30) para reflectirmos acerca do campo jornalístico e das suas interacções com o campo político.

Percebemos que o campo jornalístico, no caso, não só é definido pelas movimentações que os agentes conotados com outros campos realizam em oposição ou paralelamente a actores do campo jornalístico, mas também pelas deambulações internas que acontecem dentro deste campo, como veremos, com fortes implicações e ligações com o exterior do campo (Bourdieu *in* Benson & Neveu 31-32).

Caracterizado por um elevado grau de falta de autonomia, o campo jornalístico apresenta-se como um cosmos complexo de destringar. Porque, ainda segundo Bourdieu (*in* Benson & Neveu 33), é essa fraqueza e falta de independência que o torna complexo; visto não ter só que perceber o que acontece no mundo que o envolve e o incorpora, como também na parte interna do campo.

Bourdieu indica-nos (*in* Benson & Neveu 39) que a disputa de um campo em relação a outro representa sempre uma luta de poderes. Ambos os campos que se debatem tentam impor a quem se dirigem a sua visão do mundo, discordando sobremaneira com visões opostas com a que apresentam.

Como é sabido, o jornalismo e a política disputam continuamente o mesmo receptor – o cidadão - que é entendido em concepção limite como consumidor de informação e eleitor, respectivamente. Se por um lado o político quer fazer crer ao cidadão que determinada concepção é como ele a apresenta, por outro, o jornalista, com a sua isenção procura mostrar realmente como algo aconteceu. Ocorrendo, não raras vezes, uma elevada discordância entre os actores dos dois campos, visto tal concepção do mundo circundante, como referimos, ter um enorme peso na opinião que o cidadão apreende de determinada opinião ou acontecimento.

Centrando esta reflexão nos campos que se encontram em confronto na dissertação em desenvolvimento – o campo político e o campo jornalístico -, percebemos que a história que os torna paralelos é uma aventura não só de animosidade mas também de interdependência. Se nos primeiros tempos do jornalismo eram os jornais que dependiam do poder político, existindo uma estreita aproximação para que tivessem acesso a informações privilegiadas, mais tarde a procura alterou-se: tomando o

---

<sup>2</sup> Em inglês no original: “a field is a field of forces within which the agents occupy positions that statistically determine the positions they take with respect to the field”

poder político consciência da necessidade que tinha de um meio que difundisse a sua mensagem e os pressupostos que procuravam apresentar.

Como é sabido, cada vez mais o jornalismo está dependente dos factores económicos. Publicidade, apoios e subvenções estatais determinam não só o grau de autonomia e a independência dos *media*, como, por outro lado, a sua sobrevivência. No entanto, segundo Schudson (*in* Benson & Neveu 218), tal não poderia acontecer de outra forma, visto ser impossível a sobrevivência do jornalismo através da total autonomia do campo político e do campo económico. Se por um lado o primeiro é o grande fornecedor de elementos noticiosos que resultam na informação e análise que apoia a democracia, por outro, o campo económico ajuda a contrabalançar a dependência do jornalismo para com o poder político. Ou seja, através da publicidade, como é sabido, é permitido ao jornalismo aumentar o seu grau de autonomia do campo político, o mesmo acontecendo em sentido contrário, ao não se circunscrever às necessidades e pressupostos dos anunciantes.

### **2.2.2 Pressões políticas**

Cada vez mais cientes das condicionantes que dilaceram a autonomia do jornalismo, há que tentar perceber que autonomia ainda tem o próprio campo, visto não ser saudável que esse espaço seja ocupado e modelado com vista a interesses de ordem alheia aos pressupostos da profissão.

Depois de todas as pressões que o campo jornalístico sofre, pouco espaço resta para a liberdade de actuação do profissional de jornalismo; Fernando Correia indica que existe apenas uma *autonomia relativa*, que carece de poder necessário para alterar “o sentido e as orientações últimas da informação”, visto essa liberdade estar resumida a “terrenos como a qualidade e a originalidade da linguagem e do estilo, a imaginação e a criatividade da abordagem e da apresentação – mas sempre no quadro dos modelos e dos padrões dominantes.” (*in* Garcia 261)

Como referimos anteriormente, o campo jornalístico depende do campo político com uma proporção semelhante à que este depende do anterior. Existe um elevado grau de aproximação, visto jornalistas e políticos ocuparem muitas vezes o mesmo espaço físico, como a presença em eventos e entrevistas, por exemplo. No entanto, um

equilibrado afastamento dos poderes económico e político é a hipótese mais correcta. Visto essa aproximação desequilibrada poder ser danosa para o produto final: “Devido aos seus meios, contacto contínuo no terreno, e dependência mútua, os poderosos podem utilizar as relações pessoais, ameaças e recompensas, para influenciarem e limitarem mais os media.”<sup>3</sup> (Chomsky, *Manufacturing Consent* 22)

Chomsky indica que as fontes estatais e empresariais são importantes mananciais noticiosos – “As fontes governamentais e corporativas têm também o grande mérito de serem reconhecidas e credíveis pela sua posição e prestígio.”<sup>4</sup> (*Manufacturing Consent* 19). Todavia, essa informação deve ser apuradamente reflectida e investigada para que não redunde apenas em promoção da mensagem expressa. Porque embora sendo fontes credíveis, o que promove a credibilidade também jornalística, elas *representam* algo. Mesmo que a entidade que as difunde tenha um passado e uma missão meritória, os jornalistas devem-lhe colocar tal crivo, também com contextualizações, agravando-lhes a dupla credibilidade e não servindo apenas de mensageiro, mas sim de emissário independente e selectivo.

As deambulações do poder político são a grande força noticiosa das organizações de comunicação social: as medidas que pensam tomar, as consequências que tais terão para as populações e nomeadamente a plena referência a tais atitudes permitem e obrigam os políticos a agirem de forma próxima do correcto e a produzirem uma identificação das populações às medidas tomadas. Os *media* permitem essa aproximação e afastamento entre governantes e governados. São a peça-chave no transporte. Por conseguinte, os próprios organismos políticos baseiam-se na sua credibilidade profícua para que a mensagem se desligue dos supostos interesses ocultos que possa ter. Ou seja, utilizam os *media* como elemento purificador da mensagem que produzem.

Os políticos tomaram consciência do poder que a informação detém nas sociedades modernas, entendendo os *media* como a ponte preponderante à aproximação do político com o eleitorado que desejam convencer. É então fundamental que a mensagem chegue até ao cidadão na forma que mais convém ao campo político, existindo uma preparação de discursos, de entrevistas e de outras interacções entre os

---

<sup>3</sup> Em inglês, no original: “Because of their services, continuous contact on the beat, and mutual dependency, the powerful can use personal relationships, threats and rewards to further influence and coerce the media.”

<sup>4</sup> Em inglês, no original: “Government and corporate sources also have the great merit of being recognizable and credible by their status and prestige”

campos supracitados. Da liberdade que o campo jornalístico augura, resultam várias vezes notícias e outro tipo de conteúdo informativo que prejudica a imagem ideal que o político concebe para si, em que o jornalismo se tenta afirmar enquanto contrapoder do lado dos cidadãos, numa espécie de demanda contra os erros que o poder político produz. Os *media* noticiosos são um elemento preponderante na concepção que o eleitorado adquire do político enquanto actor social. É então premente, segundo os políticos, que tal informação chegue na medida certa, isto é, numa perspectiva favorável de confiança e solidez da imagem que pretendem conceber para o eleitorado.

Como afirma Mário Mesquita (*O quarto equívoco* 73), os jornalistas *gerem* o acesso ao espaço público, determinando as premissas em que a realidade se concebe em actualidade. Daí advindo o seu poder enquanto “detentores” do espaço em que a mensagem é colocada, colocando-se sempre numa perspectiva privilegiada quanto à concepção que produzem sobre a realidade e, particularmente, sobre os actores sociais que a compõem.

Tal concepção da realidade não é, como vimos, muitas vezes favorável aos objectivos e ideais que os políticos pretendem transparecer. Por conseguinte, não raras vezes o profissional de jornalismo sofre pressões políticas *a priori* ou posteriormente sobre a informação com que trabalha, com o intuito de que esta não surja no espaço público na medida em que o jornalista a produz.

### **2.2.3 Pressões económicas**

Devido ao decréscimo de audiências que os *media* noticiosos escritos têm atravessado, o factor económico torna-se no principal elemento a ter em conta para que determinada publicação se consiga manter financeiramente. Desta forma, a lógica de mercado torna-se na principal expectativa dos proprietários, que orientam cada vez mais as suas estratégias empresariais com o objectivo de que os lucros e a sobrevivência da empresa se materializem unicamente, esquecendo a importância social que os *media* representam por trabalharem com um bem precioso – a informação.

Com efeito, pouco espaço resta para a originalidade que os jornalistas auguram e precisam, tal como para a diversificação das matérias que necessitam de cobertura informativa. Tal insuficiência prejudica em muito o pendor democrático que se propõe para o processo jornalístico, ao não chegar ao cidadão a informação necessária, mas sim

a informação que este denota querer acompanhar – através das conclusões que os empresários tiram das audiências. Em suma, não se fornece o que o espectador/leitor necessita, mas sim o que o consumidor pretende.

Desta forma, uma grande discrepância entre o que deveria ser o processo jornalístico e o que ele é na realidade, ganha forma: “Enquanto que o pensamento do mercado se fixa na figura do consumidor individual, que faz escolhas no mercado dos *media*, as perspectivas críticas vão de encontro às exigências comunicativas das pessoas no seu papel de cidadãos participantes numa comunidade moral e política.” (Murdock *in* Sousa 17)

Por conseguinte, as visões estritamente economicistas dos empresários tomam peso suficiente sobre o profissional de jornalismo, que sente a sua autonomia e independência ameaçadas devido às pressões hierárquicas constantes nos conteúdos que tem em vista produzir. Desta forma, o grau de abrangência e de execução que o jornalista e o jornalismo exigem, para que os seus pressupostos profissionais se materializem, são afectados, visto a produção noticiosa que é necessária ser ameaçada, ao se coadunar com agentes que só a prejudicam;

A mercantilização da força de trabalho, que toma forma no processo de produção de bens e serviços enquanto mercadorias, é ainda visível no uso de sistemas e tecnologias de comunicação, que aumenta a flexibilidade e o controlo sobre os empregados. O capital age no sentido de separar a concepção da execução, entregando a primeira à classe gestora (que detém o capital ou representa os seus interesses). (Costa e Silva 23)

Se muitas das empresas de *media* são entidades fortificadas economicamente, também existem as que resistem às inserções do jugo económico, apresentando uma vertente mais autónoma de tais interesses. Todavia, Chomsky é peremptório em afirmar que tal resistência também encerra os seus custos – “Grande parte das grandes companhias de *media* estão totalmente integradas no mercado, e para as outras, também, as pressões dos accionistas, e dos banqueiros para se focarem no resultado final são fortíssimas”<sup>5</sup> (*Manufacturing Consent* 5), - visto ocorrer uma necessidade constante em tais empresas de resistirem à aquisição por outras mais fortes, o que aumenta a sua procura pela

---

<sup>5</sup> Em inglês, no original: “Many of the large media companies are fully integrated into the market, and for the others, too, the pressures of stockholders directors, and bankers to focus on the bottom line are powerful”

independência económica, isto é, centrando a sua atenção apenas no lucro, o que em muitos casos se torna danoso para a boa informação, que adquire um lugar secundário.

#### **2.2.4 O profissionalismo enquanto condicionante jornalística**

Sabemos que o profissional de jornalismo partilha com os outros membros da sua classe paradigmas comuns: tiveram formações universitárias idênticas, consultam o mesmo tipo de publicações para se informarem e concebem uma visão do mundo idêntica entre si, visto as suas bases e perspectivas serem semelhantes.

A dúvida que se impõe é: o que provocará tal partilha aquando da produção informativa? Ou, dito de outro modo, que peso têm as características internas à profissão e ao campo jornalístico enquanto condicionante do processo informativo?

Pierre Bourdieu postulou o que esta moldura comum pode prejudicar o bom jornalismo e de que forma tal constituiu uma restrição implícita à produção jornalística: “as pessoas conformam-se através de uma forma consciente ou inconsciente de autocensura, sem que sejam necessárias chamadas explícitas à ordem” (*Sobre a televisão* 7).

Evitando impor um conjunto rígido de regras que restrinjam a actividade do jornalista, as organizações perceberam que demasiadas regras redundariam numa visão interna de controlo, o que resultaria numa visão externa de limitação à produção noticiosa, em que nada beneficiaria a imagem dos seus funcionários enquanto trabalhadores que se perspectivam independentes e autónomos quanto ao controle de terceiros em relação à informação e opinião que produzem. No entanto, as organizações noticiosas tiveram de encontrar um conjunto de normas a que todos os seus jornalistas anuem e praticam, necessárias à procura de uma linha editorial que distinga essa determinada publicação de outras existentes na comunidade.

As regras editoriais que uma publicação apresenta funcionam também como medidas a serem interiorizadas para que seja produzida uma melhor informação e para que o jornalista não cometa erros desnecessários e prejudiciais à publicação – prejudicando a credibilidade – no momento de produção noticiosa.

Podemos entender estas regras como um conjunto de medidas que as publicações encontram para restringir a *total* liberdade dos seus funcionários e como

forma de adequação do trabalho do jornalista aos desígnios que a empresa noticiosa pretende para si.

Temos igualmente de ter em conta que as organizações de comunicação social são empresas, almejando por isso, de forma legítima e saudável, o lucro. Ainda que não entendendo o produto que comercializam enquanto uma mercadoria desprovida de conteúdo reflexivo, constroem várias estratégias para que o esforço que produzem resulte em benefícios necessários à empresa.

O profissionalismo e as políticas editoriais são, em conjunto, a forma que estas organizações encontraram para controlar a produção noticiosa dos jornalistas que integram a empresa (Traquina 93).

Se por um lado podemos estranhar este critério que Traquina nos apresenta – de o profissionalismo ser um aliado da redacção no controlo dos jornalistas – o autor apresenta-nos uma perspectiva que responde a essa crítica; O profissionalismo jornalístico alia a independência que o jornalista pretende de factores externos que o podem condicionar à sua responsabilidade de se regular a si mesmo (Traquina 93). Desta forma, ao responder a um conjunto de preceitos que tentam assegurar a sua independência a regras que o restringem, consubstancializa um grau de poder que as organizações noticiosas a que está ligado profissionalmente não conseguem circunscrever e que por vezes entra em contraposição com os pressupostos empresariais.

Traquina apresenta o profissionalismo como mecanismo de controlo *transorganizacional*, visto os vários profissionais de empresas noticiosas diferentes responderem aos mesmos pressupostos constitutivos da profissão. E, por outro lado, Traquina concebe as políticas editoriais das organizações jornalísticas individuais como um mecanismo de controlo *intra-organizacional* (*Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»* 99). O mesmo autor identifica estes dois factores como condicionantes à actividade jornalística – “em conjunto, estes dois mecanismos de controlo dirigem as acções dos jornalistas” (*Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»* 99).

Fernando Correia, por seu turno, fala-nos em *consenso implícito* na sala de redacção: “em geral, não são necessárias «ordens superiores» para que os jornalistas, desde logo os que têm mais anos de «casa», saibam com bastante clareza quais os critérios jornalísticos (os valores-notícia) a adoptar, a forma como devem seleccionar e abordar os acontecimentos, a maneira de tratar este ou aquele partido, esta ou aquela personalidade.” (*Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia* 94)

Como vimos, tanto Traquina como Correia nos demonstram que o controlo de informação não só é exercido por agentes externos ao meio jornalístico, mas também é desempenhado através da própria organização noticiosa. Ou seja, algum do controlo parte de dentro da organização noticiosa e conjuga-se com o já intrínseco aos profissionais de jornalismo, prejudicando a informação final que é produzida:

As normas profissionais legitimam a ordem vigente ao fazê-lo parecer um estado de coisas que ocorre naturalmente. Os princípios do profissionalismo jornalístico têm como resultado uma cobertura noticiosa que não ameaça nem a posição económica da organização jornalística individual nem o sistema político-económico global no qual a organização jornalística opera. (*Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»* 100)

## **2.2.5 Controlo de informação em Democracia**

### **2.2.5.1 Conceptualização do *Media Control***

Noam Chomsky foi sempre uma voz pouco consensual na sua opinião quanto aos *media*. Se muitos dos seus leitores confiam e aumentam o seu grau de preocupação e desconfiança quanto à informação presente nos *media*, larga é a maioria que acusa o investigador americano de produzir «teorias da conspiração» que não correspondem à realidade.

No entanto, Chomsky, através das suas investigações, demonstrou que a informação difundida tem uma aura de controlo que não lhe permite surgir integrada da verdade inteira.

As grandes empresas proprietárias de *media*, direccionadas por interesses políticos e económicos, conluíam com o objectivo de propagarem uma informação pejada de interesses, ainda que não o façam de forma directa e notória.

Essa produção informativa atinge os cidadãos sempre com um sentido oculto, contrariamente ao que deveria ser. Segundo o investigador americano, os *media* não reportam informação – produzem-na, acentuando a componente truncada da mesma, ainda que, não raras vezes, sem o perceberem - “As escolhas mais comuns nos *media*, relativamente à informação, resultam da pré-selecção que um grupo restrito de pessoas (“right-thinking people”) faz, ao continuar a norma vigente: concepções internas da

empresa, e a adaptação do ponto de vista pessoal aos constrangimento do proprietário, da organização, do mercado e do poder político.”<sup>6</sup> (*Manufactury Consent* 12)

Tal informação transporta intenções: não só quanto à forma como é produzida, mas também em relação ao que os consumidores vão fazer com ela, ou seja, elimina parte do sentido crítico. É uma informação direccionada e com objectivos em lugar de objectiva. E com o fito implícito, ainda que não notório, de levar quem a consome a tomar uma atitude, a adquirir uma opinião e a não perceber a manipulação de que foi alvo.

Através das suas investigações, partindo da vertente prática para a teórica, e não o contrário, Chomsky delineou o designado *Propaganda Model*; uma perspectiva paradigmática sustentada quanto à crivagem por que a informação atravessa, que permite que esta seja totalmente controlada, mesmo em democracia.

Chomsky designa as premissas que vamos apresentar, constitutivas do seu *Propaganda Model*, como filtros à informação. Das cinco, destacamos três: 1) The size, concentrated ownership, owner wealth, and profit orientation of the dominant mass-media firms; 2) Advertising as the primary income source of the mass media; 3) The reliance of the media on information provided by government, business, and “experts” funded and approved by these primary sources and agents of the power (*Manufacturing Consent* 2). Como Chomsky postula, a interligação destes “filtros” intensifica a vertente propagandística da informação, ou seja, eles actuam como agentes mutuamente fortificantes.

Quando uma informação surge nos meios de comunicação social e em proporção ao seu grau de importância, todas as outras publicações a querem apresentar, mesmo que de perspectivas ligeiramente diferentes. O que importa é que também a difundam. Esta característica, devidamente utilizada, pode servir para difundir todo o tipo de informações, que sirvam interesses ocultos que não são esperados (*Manufactury Consent* 34). Chomsky explica que muitas vezes a simples confirmação da informação provoca um efeito de consenso, por diferentes *media* partilharem uma informação comum e recorrerem a fontes que têm interesses directos no que declaram. Este processo permite a difusão de propaganda através de um largo e inquestionável grau de alcance.

---

<sup>6</sup> Em inglês, no original: “Most biased choices in the media arise from the preselection of right-thinking people, internalized preconception, and the adaptation of personnel to the constraints of ownership, organization, market, and political power.”

### 2.2.5.2 Manipular, desinformar e controlar – as três faces da censura “democrática”

Como vimos anteriormente, a informação é um produto que interessa a vários actores sociais. Destacamos os políticos, elemento importante na reflexão que temos vindo a realizar, que jogam com esse conteúdo sempre com o fito de que essa informação lhes seja benéfica e satisfatória.

Tornando-se, desta forma, num grupo em que a informação que os afecta – quer positiva, quer negativamente – é devidamente preparada e proporcionada – de modo a que não lhes seja perniciosa e que surja na forma em que pretendem.

Num regime democrático pretende-se que o jornalismo e a política convivam de modo a que um campo seja o juiz do outro, para que o resultado das suas interacções seja totalmente benéfico para a sociedade em que operam. No entanto, tal não acontece de forma tão líquida: os jornalistas têm muitas vezes relações demasiado estreitas com a política com o objectivo de que ao estarem mais perto do acontecimento consigam a primazia e o imediato, para obterem a informação disponível primeiro do que os seus colegas de outros *media* noticiosos. Este grau de proximidade *contamina* muitas vezes a informação que é produzida.

As relações entre os *media* noticiosos e a política sempre tiveram uma carga paradoxal: por um lado, terem de estar bastante próximos da política e do Governo para que tenham acesso “imediato” à informação, por outro, a premência de serem neutros e distantes para assegurarem a sua credibilidade e não se distanciarem do público.

As próprias ferramentas que o jornalismo utiliza em democracia: como a informação, a análise e a interpretação tornam-se não raras vezes nefastas ao campo político, visto pretenderem destrinçar a verdade por detrás dos factos e destacando informações que os políticos pretendiam ocultas ou esquecidas. Com efeito, mesmo em democracia, os políticos encontraram várias formas de controlar a informação a que os jornalistas têm acesso sem mesmo que os jornalistas se apercebam de que estão a ser manipulados. Convictos numa verdade ilusória, os jornalistas disponibilizam muitas vezes informação que contém interesses económicos e políticos, sem perceberem que essa informação já vem truncada desde a fonte a que tiveram acesso.

A desinformação é o tipo de manipulação mais utilizado em democracia, visto estar estabelecido constitucionalmente que qualquer forma de censura está proibida e essa foi a forma que certos agentes encontraram para deturpar a informação apresentada, sem incorrer em ilegalidade jurídica; “Com efeito, a desinformação é uma acção que consiste em levar um receptor, que deliberadamente se pretende enganar, a tomar por válida uma certa descrição da realidade, favorável ao emissor, fazendo-a passar por informação segura e verificada.” (Breton 47)

Deste modo, se a censura nos regimes autoritários propaga uma informação que carece de veracidade, por estar truncada e favorável a quem tem interesses nela, a desinformação apresenta-se como um processo de manipulação que tem receio do julgamento público da realidade que está por detrás da ilusão. Isto é, informa a audiência através de um conhecimento que seria evitável, por pouco acrescentar, ao intentar desviar-se da realidade íntegra dos factos. Tal como o produto do processo censório, é uma informação pejada de interesses.

### **2.2.5.3 O excesso de informação**

Algo com que nos deparamos nas sociedades modernas é a imensidão de informação disponível que encontramos nos diversos *media*. Percepcionamos uma informação disponível a qualquer momento sobre qualquer que seja a área temática que procuremos. No entanto, tal diversidade é ilusória em termos de aprofundamento jornalístico; visto existir uma maior produção noticiosa, há (logo) um menor tempo disponível por parte do profissional para fornecer uma informação mais completa e diversificada sobre os temas que realmente importam, pois tem de se ocupar com o maior número de áreas temáticas, visto estar dependente do que a concorrência apresenta e ter de dar uma cobertura semelhante.

Em suma, e como é sabido, mais informação não significa melhor informação. Embora com uma cobertura transversal às áreas temáticas necessárias, os temas prementes que necessitavam de uma cobertura aprofundada não têm essa necessidade consumada, ocorrendo uma dissimulação de informação importante entre a informação acessória - um método eficiente de controlo informativo, como indica Breton: “como se oculta hoje a informação? Através de um aumento de informações: a informação é dissimulada ou truncada porque há demasiada para consumir. E não chegamos mesmo a aperceber-nos da que falta.” (*A palavra manipulada* 48)

### III. Das Acusações de controlo à Comissão Parlamentar

#### 3.1 José Sócrates – o enfoque nos/dos *media*

Neste terceiro capítulo pretendemos reflectir acerca do percurso que direccionou a actividade política na constituição de uma Comissão Parlamentar que analisasse a liberdade de expressão e de informação em Portugal.

Entendemos que a Comissão é um resultado – principalmente - das vicissitudes que a relação entre Sócrates e comunicação social foi comportando. Como vamos ver mais em diante, embora o requerimento do PSD seja iniciático na proposta de formação de um grupo de trabalho e da realização de audições acerca do tema, foi o próprio ambiente mediático, de que os partidos também têm a sua quota-parte de responsabilidade (quer positiva, quer negativamente), que originou a formação de uma Comissão deste cariz.

Por conseguinte, considerámos oportuno que a dissertação comportasse um capítulo que resumisse e fizesse uma curta reflexão acerca desse percurso, não só como apoio à ACD, mas também de forma a que pudéssemos demonstrar que a CESC teve como antecedentes a dúvida quanto à completa existência de liberdade de expressão em Portugal - tema este que se tornou na cúpula teórica.

Apraz-nos primeiro perguntar, de forma genérica, qual o objectivo de uma pessoa em controlar uma multidão? Sentido de dominação, sentir-se como o único que não é dominado, ou, tão-só, o bem-querer a essa massa populacional?

Max Weber explica que o político, por menor que seja o cargo que ocupe, tem sempre um objectivo primeiro: “Quem faz política aspira ao poder – ao poder, quer como meio ao serviço de outros fins (ideais ou egoístas), quer ao poder «pelo poder», para desfrutar do sentimento de prestígio que ele dá.” (*A política como profissão* 17)

Desta forma, este interesse em querer ser o detentor do poder e em possuí-lo permite que as três hipóteses que apontámos se concretizem. Embora, das três, só propondo a terceira publicamente, visto a inviabilidade de aceitação popular das outras.

Com efeito, em democracia atinge-se o poder através de eleição – ganhando o candidato que obtiver maior quantidade de votos. É a escolha dos *muitos* que se materializa, delegando a quem vence as funções de decidir acerca dos seus desígnios. No entanto, este destino atravessa vários processos até que se concretize, visto a aceitação popular ser um produto difícil de conseguir. Weber explica (*A política como...*

18) que a obtenção da augurada legitimidade é algo conseguido através de três caminhos, quer isoladamente, quer em conluio: o poder tradicional, o poder carismático e o poder que resulta da *legalidade*. Três vias fundamentais para a integralidade que o candidato augura.

Consideramos que José Sócrates teve um pouco dos três; da componente poder tradicional, algo mais relacionado com o respeito que se vai adquirindo ao longo da permanência e integridade numa carreira em desenvolvimento, que resulta em respeito, (*A política como...18*) tinha-o, resultado da popularidade partidária que tinha vindo a conseguir, quer pelos cargos políticos que já havia ocupado, como por exemplo o facto de ter sido ministro do ambiente, quer pelo respeito que tinha por parte de figuras históricas socialistas, com peso real na opinião pública.

Dos três tipos de poder, o mais acentuado, isto é, o que mais contribuiu para a obtenção da legitimidade necessária, passou irremediavelmente pelo seu forte carisma, resultado de uma personalidade vincada e de uma retórica destacada em relação aos seus interlocutores; Weber postula que o poder carismático é característica indelével dos grandes líderes, em que se inserem “o grande demagogo e o chefe de um partido político.” (*A política como...18*)

Consideramos que o terceiro poder weberiano - «legalidade» (*A política como...19*) - também define Sócrates enquanto político; pelo facto de esta componente se prender com reconhecimento de competências para exercer o cargo a que se propõe. Algo notório, resultado da sua vasta experiência político-partidária, e do tempo que ocupou como ministro, já atrás mencionado.

Há igualmente que referir que o período de campanha eleitoral, tal como momentos específicos de aparição pública preparada, pretendem aprimorar as características especiais e distintas que o candidato possui, de que são caso algumas das supracitadas.

### **3.1.1 O ambiente mediático. Resumo das alegadas acusações de controlo e tentativas de manipular os *media***

Depois de um período legislativo conturbado, de governação social-democrata, José Sócrates tornou-se no primeiro-ministro de Portugal, conseguindo uma maioria absoluta exclusivamente socialista. Foi a primeira vez que o partido a alcançou na história. Estávamos em 2005.

Com efeito, o período que se seguiu, fruto da larga identificação social que atingira nas urnas, foi uma era de reconhecimento da sua política que contrariava as predisposições dos anteriores governos PSD – liderados por Durão Barroso e, mais tarde, por Santana Lopes. O executivo chefiado por este último também teve litígios com os órgãos de comunicação social, tendo sido acusado de pressões à Media Capital para que o comentador Marcelo Rebelo de Sousa abandonasse o espaço de comentário que tinha na TVI (Correia 151)

Sócrates teve o intuito de mostrar o contraste com o anterior Executivo, nomeadamente no que diz respeito à comunicação social:

A estratégia do silêncio, que incomodava uma parte considerável da imprensa, estava directamente relacionada com uma orientação com a qual se procurava demonstrar que o Governo tinha um rumo claro e uma estratégia definida, não cedendo à pressão dos media nem à opinião pública, contrariando a vontade de exposição reivindicada pelos jornalistas. (Correia 151)

No entanto, passado este período de distância gerida em relação aos *media*, indicia-se um momento em que esse interesse é extremado, sendo iniciado pela notícia do jornal *Público*, em Março de 2007, quanto aos contornos pouco lícitos da obtenção da licenciatura na Universidade Independente. Sócrates só viria a responder publicamente em Abril, “em face de um acentuado avolumar da pressão mediática”. (Correia 152)

As relações tempestuosas que o primeiro-ministro começou a ter com a comunicação social, de que foi exemplo capital o jornal *Público*, resultaram na denúncia de Nuno Saraiva, com o artigo intitulado «Impulso irresistível de controlar» no *Expresso*, a 31 de Março de 2007. Tinham passado cerca de dois anos de legislatura.

Com efeito, se atentarmos para a organização cronológica das deliberações da ERC que lhe estão relacionadas, sendo a 1/ND/2007<sup>7</sup>, em que a Entidade se posiciona acerca da denúncia feita por Nuno Saraiva, considerada por nós fundadora, reparamos que se foram acentuando a partir daí. Tal como temos conhecimento de que tiveram uma grande repercussão mediática, devido também à divergência de opiniões que os documentos da ERC levantavam no espaço mediático.

---

<sup>7</sup> Deliberação da ERC, datada de 14/08/2007, [www.erc.pt](http://www.erc.pt)

O designado ‘caso Freeport’, a que a TVI deu uma cobertura redobrada, incendiou as relações entre o primeiro-ministro e a estação, nomeadamente com Manuela Moura Guedes. Nessa investigação, José Sócrates é acusado de corrupção, ao ter recebido subornos enquanto Ministro do Ambiente, para que certas construções fossem autorizadas (Correia 152). Por outro lado, os *timings* de divulgação poderiam indiciar razões ocultas: “Todavia há que assinalar que o caso Freeport como fora conhecido fora revelado por uma denúncia anónima já em 2005, quando das primeiras eleições em que Sócrates vencera e voltava agora à ribalta dos jornais, na véspera de novas eleições.” (Correia 152) O que, ainda que hipoteticamente sem esse objectivo, indicia por associação a existência de uma agenda na publicação de determinadas notícias.

Sócrates sentiu-se referenciado e investigado em demasia pela comunicação social, considerando que tal intensidade na procura não era normal e só existia por estarem interesses secundários – mormente políticos, considera, – a moverem o jornalismo que era praticado em relação a si, referindo-se-lhe como ‘jornalismo travestido’, entre outras acusações, em entrevista na RTP, como veremos.

Com a suspeita de ser o resultado dessa animosidade manifesta, o *Jornal de Sexta* terminou em Setembro de 2009, por via da administração - decisão considerada ilegal que resultou no pedido de demissão da direcção de informação. Estava-se em período de pré-campanha eleitoral, aspecto que conotou a decisão com alegadas pressões do PS, através da empresa espanhola PRISA, para que o telejornal fosse cessado.

Utilizando os *media* para fazer chegar a sua mensagem, não só aos cidadãos que assistem à rivalidade com a comunicação social, mas também à própria comunicação social, Sócrates tem necessariamente em conta o poder que tais meios possuem na concepção que é feita de si. Se está presente, ele é suficiente defesa de si próprio, devido ao poder argumentativo que possui. Mas quando tal não ocorre, os documentos ou outro tipo de provas que trazem a público o seu passado, adquiriram uma preponderância fundamental no desgaste da sua imagem pública.

Desta forma, Sócrates teve de se defender da comunicação social na própria comunicação social. Os *media* serviram de palco às ofensivas entre o primeiro-ministro e o jornalismo que o referenciava. O campo político lutava pela sobrevivência no campo adversário – o jornalístico.

Das atitudes em relação aos *media* que lhe imputaram, refira-se a alegada intenção de alterar a linha editorial, através de pressões e de telefonemas para as redacções, os cortes de publicidade estatal a *media* “adversos”, nomeadamente à TVI, o afastamento de directores de informação através da interacção com o poder económico, alegadamente ocorrido com José Manuel Fernandes, e o encerramento do *Jornal de Sexta* da TVI.

E em primeiro plano as acusações de concepção de um alegado controlo da comunicação social portuguesa, quer por Francisco Pinto Balsemão, em 2007<sup>8</sup>, quer pelo jornal *Sol* na sua edição de 12 de Fevereiro de 2010<sup>9</sup>.

Concretos e reconhecidos foram os processos judiciais que moveu a cerca de dez jornalistas. Em entrevista à RTP, tentou justificar-se: “eu não movi processos judiciais contra jornalistas, eu movi processos judiciais contra pessoas que me difamaram, que é uma coisa muito diferente.”

O caso da não publicação da crónica do jornalista Mário Crespo, no *Jornal de Notícias*, tornou-se, a par do encerramento do telejornal conduzido por Manuela Moura Guedes, o caso mais mediático da alegada intenção de silenciamento de *media* adversos pelo primeiro-ministro. A crónica não foi publicada no jornal, mas deu origem a um livro, resultado da recolha dos textos até aí produzidos para esse espaço opinativo, em que constam também as reflexões do autor sobre este caso em que se viu incluído. Nesse texto não publicado no jornal, Mário Crespo relata um encontro entre José Sócrates, dois ministros - Jorge Lacão e Pedro Silva Pereira -, e “um executivo da televisão” (Crespo 25), mais tarde identificado como sendo Nuno Santos, da SIC.

Crespo, informado por fontes que presenciaram a conversa no restaurante, narra na crónica acusações difamatórias que foram proferidas contra si, tal como um alegado intuito que haveria em o afastar, por ser considerado um problema que necessitava de solução, ou seja, que deveria ser afastado, segundo palavras do próprio. Todavia, este texto não foi publicado pelo director da publicação, José Leite Pereira, pelos motivos que este expõe na audição respectiva, mas que Mário Crespo classificou de censura e

---

<sup>8</sup> Francisco P. Balsemão proferiu um discurso a 3 de Julho de 2007, num jantar organizado pela Confederação Portuguesa dos meios de comunicação social, que fazia tais acusações. O discurso escrito consta dos anexos do documento final produzido pela CESC.

<sup>9</sup> O semanário fez capa com duras acusações ao primeiro-ministro. Para além de a sua fotografia aparecer em perfil, era titulada por ‘O polvo’, com quatro chamadas de capa polémicas: ‘O plano para controlar o DN, o JN e a TSF’; ‘As Manobras da Ongoing’; ‘O Contrato da PT com Moniz’; ‘Os jornalistas ‘amigos’”

acusou que tal aconteceu devido a uma pressão do primeiro-ministro para que a crónica não surgisse. O caso deu igualmente resultado a duas deliberações da ERC<sup>10</sup>.

### 3.2 Discursos

Os actores políticos também tomam atitudes coercivas através do discurso na determinação de agendas (agenda setting), seleccionando tópicos em conversas, posicionando-se a si e aos outros em relações específicas, criando suposições acerca de realidades de que os interlocutores estão obrigados a aceitar temporariamente devido à sequência do texto ou da conversa em que estão inseridos. O poder também pode ser exercido controlando a possibilidade de escolha no discurso alheio – os pontos descritos são vários géneros e níveis de censura e de limitação das escolhas.<sup>11</sup> (Van Dijk 212)

Considerámos oportuno e necessário proceder à análise crítica das declarações de José Sócrates que referem, quer directa quer indirectamente, os meios de comunicação social portugueses. Afirmações essas que integram o período e a problemática que estamos a debater.

O primeiro-ministro, como referimos, sempre demonstrou uma preocupação intensa com a informação que circulava e que lhe era cara, não se coibindo – podendo e nalguns casos devendo fazê-lo, derivado do cargo político que ocupa -, de se expressar, referenciando, a seu ver, más práticas que os *media* vinham a tomar.

Desta forma, e a para analisar a relação entre um detentor de um cargo político elevado e a comunicação social do país onde opera, decidimos proceder à ACD, pois “um dos objectivos da ACD é o de analisar e revelar o papel do discurso na (re)produção da dominação.” (Pedro 25)

Não deixando de parte os pressupostos da ACD, que não a desliga do contexto social em que o discurso foi produzido, dando relevância ao emissor e ao receptor, tal como às idiossincrasias por que se pautam, de que são exemplo as componentes ideológicas e a posição ocupada na esfera pública (Pedro 21), decidimos descrever a situação política que se vivia, tal como apresentar um perfil genérico do primeiro-ministro enquanto *persona* pública - objectivo realizado nos pontos anteriores.

---

<sup>10</sup> Deliberações da ERC, datadas de 9/06/2010 e 31/08/2010. [www.erc.pt](http://www.erc.pt)

<sup>11</sup> Em inglês, no original: “Political actors also often coercively through discourse in setting agendas, selecting topics in conversation, positioning the self and others in specific relationships, making assumptions about realities that hearers are obliged to at least temporarily accept in order to process the text or talk. Power can also be exercised through controlling others’ use of language – that is, through various kinds and degrees of censorship and access control.”

Com efeito, e voltando a frisar, a posição social do enunciador é um factor que não pode ser deixado de parte aquando da prática de ACD, visto constituir uma perspectiva necessária e contributiva para as ramificações da forma de análise. Mas, “das formas contextuais, interaccionais, organizacionais e globais de controlo do discurso, podemos passar para as formas textuais mais detalhadas, a nível micro.” (Pedro 34)

De forma consequente, um analista do discurso (político) não pode ignorar os três níveis linguísticos (Van Dijk 212), em que o método se divide: a pragmática (que trata da interacção entre emissor e receptor), a semântica (que se detém acerca do significado que o texto contém) e a sintaxe (relacionada com a própria estrutura organizativa das orações). Aspectos que serão realçados e esclarecedoramente analisados.

### **3.2.1 Abertura do Congresso do PS, em Espinho: a ofensiva como defesa**

O trecho do discurso abaixo transcrito integra a intervenção de José Sócrates na abertura do Congresso nacional do Partido Socialista, na cidade de Espinho, em Março de 2009.

Era o último congresso do PS antes das eleições legislativas que teriam lugar no final do mesmo ano. José Sócrates era o secretário-geral do partido e apresentava-se aí como candidato às eleições, propondo-se a um segundo mandato do cargo que ocupava – primeiro-ministro de Portugal.

Atingindo esse momento envolto em polémica, derivado da controvérsia acerca da sua licenciatura e dos ataques aos meios de comunicação social, por via de pressões, de que tinha vindo a ser acusado, percebemos que não afasta tais temáticas do seu discurso de candidatura, aproveitando igualmente - recurso recorrente no discurso político - para referenciar, culpabilizar e denunciar as investidas do maior partido da oposição, o partido social-democrata.

Sócrates, confirmando o que “todos” vêem, assume-se como o alvo predilecto da (e na) comunicação social, desde a sua eleição em 2005, apelando inclusivamente a um ‘sobressalto cívico’ para que termine essa ofensiva, que tem como principais dinamizadores, assegura, o PSD:

Eu sinto que há um combate decisivo a travar, um combate decisivo a travar pela decência na nossa vida democrática. E quero dizer-vos que também estou aqui porque

não podermos deixar que vençam aqueles que fazem política com as armas da calúnia, da difamação e dos ataques pessoais, porque essas não são nem devem ser as armas da democracia. E nós não podemos consentir sem um sobressalto cívico que a democracia se transforme no terreno propício para as campanhas negras, no terreno das suspeições e dos insultos, no terreno do ataque pessoal. Não, nós não permitiremos. Os portugueses sabem bem que desde a campanha eleitoral de 2005, e por várias vezes ao longo destes quatro anos, aqueles que não conseguiram vencer de uma forma decente, tudo fizeram em sucessivas campanhas negras, para atacar a minha honra e a minha dignidade.

É essa luta que ele pretende iniciar; uma contenda de justa causa que servirá para corrigir os maus préstimos que alguns *media* estão a fazer à democracia, centrando-se desde a sua eleição na sua figura, de forma continuada e injusta. E mesmo, depreende-se das suas declarações, sem razão para tal.

Ainda que quem transmita essa informação sejam os órgãos de comunicação social, Sócrates nunca abandona a ideia de que essa movimentação jornalística é antes de mais - e talvez preponderantemente – política. Com isso, pretende mostrar que o debate correcto e político que deve acontecer entre adversários, ainda que na esfera mediática, resvalou para uma discussão que utiliza recursos impróprios do debate político – caso da calúnia e da difamação –, a que o jornalismo assiste e consente, eclipsando-se, mesmo no seu campo, para dar lugar a um partidarismo sem o crivo necessário do jornalismo. Em suma, Sócrates acusa a comunicação social de estar enfeudada pelo partidarismo político, pois só tal característica explica a persistência de que tem vindo a ser alvo.

Sabendo que o discurso está a ser escutado pelos militantes presentes, principalmente, e pelos telespectadores que seguem a emissão, ou que a ouvirão depois, há que perguntar: a quem se dirige Sócrates neste excerto, visto serem várias as camadas que o trecho incorpora?

Algo típico nos discursos de poder (Rebelo, *O discurso do jornal* 140), no caso, um secretário-geral de um partido, também primeiro-ministro, dirigindo-se a todo o seu auditório, é a utilização de dois recursos discursivos: “de dissimulação, através do emprego de sujeitos colectivos (no discurso ideológico o destinador coincide, frequentemente, com o “povo”, “os trabalhadores”, a “consciência das massas”) e de naturalização, através do emprego de sujeitos indefinidos ou, para utilizar conceitos de Guillaume, de sujeitos universais ou pessoas do universo.” (*O discurso do jornal* 140).

Se no início do trecho transcrito podemos alegar que José Sócrates se está apenas a dirigir à sua audiência imediata – os militantes do partido socialista presentes -, apresentando-se como um forte candidato legislativo, com o intuito de terminar com os pressupostos a que se refere. Com efeito, o “nós” que apela a que haja um “sobressalto cívico” continua a ser ele e militantes, que têm a missão de apelar/organizar o povo para que reajam à ofensiva ultrajante que está a acontecer, congregação suficiente para dar como adquirida a luta nessa batalha necessária – “Não, nós não permitiremos”. Só no fim, então, trazendo os portugueses (directamente) para a discussão, apelando ao sentido crítico de que estes dispõem, ao julgarem negativamente “aqueles que não conseguiram vencer de forma decente”, oração iniciada pelo pronome demonstrativo plural “aqueles”.

Essa referência aos outros, que rivalizam com José Sócrates, pode ser entendida por um processo de afunilamento de sugestão; se no início eles (aliás, “aqueles”) são entendidos como responsáveis dos motivos por que se tem de combater, para que tais indivíduos não “vençam”, evidenciando o factor político que está em diálogo, sendo novamente representados mais tarde pelo mesmo pronome demonstrativo, mas fazendo-se igualmente referência à campanha política de José Sócrates, como os seus adversários que não conseguiram vencer legalmente, e que depois utilizaram meios alheios ao devido combate político. Desta forma, a representação com a utilização do “aqueles”, que acontece duas vezes no trecho, refere-se ambas as vezes aos mesmos indivíduos.

No entanto, embora ilusoriamente pareça que apenas se dirige aos militantes, o “povo” nunca é afastado do diálogo, convictamente, pois é para esse conjunto populacional que o político trabalha, dando azo às duas interpretações discursivas, perpassando o texto na sua totalidade, ainda que em momentos enquanto ilusório espectador do que os elementos do partido, em conjunto, por si pretendem fazer.

Desde logo, neste trecho apresentado, é notório o peso que os pronomes pessoais têm. Sócrates apresenta-nos o mundo visto da sua óptica – “eu sinto”, para evidenciar a preocupação que resultou do que viu e a necessidade de que isso tem de ser corrigido.

Para o fazer recorre à modalização: “consideramos enunciado modal um enunciado marcado, e marcado precisamente pelo sujeito da enunciação. Dito de outra forma, podemos observar a modalidade quando ocorre uma manifestação (marca) do

sujeito da enunciação relativamente ao (seu) enunciado. ”<sup>12</sup> (Lozano, Peña-Marín, Abril 66)

Aliada à utilização do verbo “sentir” no presente do indicativo, remete para a sua experiência sensorial que evidencia a premência do “travar” de um “combate” (substantivo que encaminha para uma componente bélica, superior ao que é entendido por disputa, ou simples debate) que, finalmente, é classificado pelo adjectivo “decisivo” – remetendo para o carácter oportuno, necessário e final que deve acontecer.

No entanto, daí passa para uma preocupação que qualquer cidadão deve ter com “a nossa vida democrática”, uma apreensão de que ele também partilha e que quer corrigir nesta nova legislatura a que se candidata, visto este congresso nacional do partido servir essencialmente para apresentar o seu querer e disponibilidade.

Apela então a que um ‘sobressalto cívico’ ocorra, para que em conjunto (ele e o povo) consigam corrigir esse desvio que tem acontecido. No entanto, diga-se, esta preocupação com os deslizes que a “vida democrática” tem apresentado não é uma constante equilibrada, isto é, Sócrates tem a preocupação com a correcta utilização das ferramentas democráticas – no caso, o debate -, e o povo deve tê-lo também, logicamente.

Todavia, o primeiro-ministro tem outra preocupação em cena: os ataques pessoais, a difamação e a calúnia são-lhe dirigidos, e é do seu total interesse que sejam corrigidos, ou seja, eliminados ou descredibilizados, para que os eleitores não as utilizem como peso contrário e decisivo no seu momento de exercer o verdadeiro direito democrático em jogo – votar.

Podemos igualmente ter em conta a utilização de verbos modais (cfr Fairclough 170), que alteram o sentido do verbo original, comprometendo-o com a perspectiva do autor, isto é, inferindo modalização ao discurso. O verbo *sentir* e *estar*, na primeira pessoa do singular, proporcionam tal objectivo imediatamente, como já atrás referimos.

Por outro lado, há verbos neste trecho que são coadjuvados por advérbios modais (Fairclough 170), que conferem esse carácter pessoal ao discurso; na segunda frase, a combinação “também estou aqui”, composta de advérbio de inclusão, verbo “estar” na primeira pessoa do singular e advérbio de lugar, conferem uma força à inserção de José Sócrates enquanto “combatente” do conflito que há a efectuar.

---

<sup>12</sup> Em espanhol, no original: “consideraremos enunciado modal a aquel enunciado marcado, y marcado precisamente por el sujeto de la enunciación. Dicho de outra forma, podemos observar la modalidad como una manifestación (marca) del sujeto de la enunciación respecto al (su) enunciado.”

Já na segunda frase deste trecho transcrito, é utilizado o conjunto “não podemos deixar”. Como é sabido o verbo poder é um verbo modal, aqui é apresentado na terceira pessoa do plural na forma negativa, em conjunto com o verbo “deixar” no infinitivo. É assim exemplar da modalização aqui contida, ao ser o verbo poder, representado de forma assertiva – “não podemos” – a condicionar o que se irá fazer com o “deixar”. É realçada, desta forma, a premência e responsabilidade que os indivíduos representados pelo “nós” têm em não “deixar” que “aqueles” vençam.

Este excerto do discurso de abertura é notoriamente apontado para o PSD – “aqueles que não conseguiram vencer de uma forma decente” -, ou seja, o secretário-geral do PS pretende demonstrar que ao não obterem a vitória nas eleições, os socialistas recorreram a ferramentas insidiosas para lhe tirarem a credibilidade; e é esse também um móbil para que apresente esta candidatura, justificando-a: “porque não podemos deixar que vençam aqueles que fazem política com as armas da calúnia, da difamação e dos ataques pessoais.”

Ainda noutra momento deste discurso, José Sócrates, secretário-geral do PS, produziu uma declaração que ganhou contornos de *soundbyte*; que se repercutiu, que foi analisada, contextualizada, recusada, aclarada e contestada:

Em democracia, quem governa é quem o povo escolhe, não é um qualquer director de jornal, com as suas campanhas, nem nenhuma televisão com as suas manipulações.

A especificidade desta ofensiva só se materializaria na plenitude com referência aos nomes dos meios visados - algo que não está presente. Quem acompanhava a actualidade, mais ou menos, sabia quem eram os referidos, derivado das polémicas que grassavam. Mas Sócrates não os mencionou.

Entramos então no terreno do ‘não dito’. Todavia, primeiro temos de nos questionar porque o fez, se as referências são por de mais óbvias e todos identificariam imediatamente os referidos? Vejamos: “o implícito surge, portanto, como resposta à necessidade de dizer sem ter dito; à necessidade de rentabilizar a cumplicidade inerente ao dizer rejeitando, ao mesmo tempo, os riscos da explicitação.” (*O discurso do jornal* 97)

Embora tendo sido proferida no congresso do partido socialista, e JS aí estivesse enquanto seu secretário-geral, também era primeiro-ministro e a proveniência das afirmações identificá-las-ia com este cargo, resultando numa preponderância extremada. Ainda assim, o primeiro-ministro não se imiscuiu de as dizer, recorrendo e utilizando o poder que elas teriam – algo paradoxal.

“Os riscos da explicitação”, na nossa perspectiva, foram esses: o facto de as declarações serem do primeiro-ministro. Todavia, o seu resultado só surgiu passados alguns meses, ao se afirmar, sem prejuízo, que cada ingerência hipotética dos poderes político ou económico, teriam todas um primeiro interessado, ou seja, todas partiriam daí – do primeiro-ministro, José Sócrates.

No início deste curto trecho supracitado, mostra a legitimidade que tem para governar, alcançada pelos votos que obteve, contrastante com as eleições por que o jornalismo, contrariamente à política, não passa, por o seu poder advir de outras proveniências:

Os jornalistas . . . obtêm a sua legitimação, principalmente, da fidelidade a códigos e a valores profissionais; em segundo lugar, a “função serviço”, cuja centralidade no comportamento dos jornalistas se reflecte na exigência de que lhes compete, em primeiro lugar, respeitar o direito do público à informação, não é tida como a primeira preocupação dos políticos, vistos, antes, como preocupados, em primeiro lugar, em persuadir o público a aderir a determinadas causas e objectivos políticos e partidários. (Baptista 93)

Ou seja, Sócrates afasta a possibilidade de esse jornalismo (o das “campanhas” e “manipulações”) ter mandato para se apresentar enquanto poder (ou, se quisermos, contrapoder), ao não ter passado pelo sufrágio e ao ser totalmente diferente da forma sustentada de como a política governamental se apresenta. E de esse jornalismo estar a querer tomar as formas do poder político, algo ilegítimo, diz Sócrates, devido à ausência de mandato para tal.

No entanto, e superando os pressupostos que a profissão de jornalista indica, existem prerrogativas que insuflam esse poder, consoante as disposições posicionais do profissional: “O poder dos jornalistas é tão grande – no que respeita à escolha da informação como à maneira de a tratar – que exercem um magistério moral sem partilha. De «contrapoder» - salutar -, passaram a constituir-se em verdadeiro poder – abusivo?” (Woodrow 54)

Esta citação vai mais em linha com a concepção de ausência de mandato de que Sócrates acusa os dois *media*. O poder destes, a nosso ver, e em linha com as afirmações de Sócrates, parte desta dominação total sobre a construção do que ocorre no campo jornalístico, tal como sobre a forma e desígnios que o ângulo de tratamento da informação pesa no seu todo. Em suma, a ofensiva de que Sócrates se sente alvo, por estes dois *media*, é uma procura destes de adquirirem poder e de simultânea tentativa de destronar o vigente – o seu. Assim, esta acusação procura mostrar que não está em prática um correcto uso da função do jornalismo, mas sim, um processo de ‘ataque pessoal’, de interesses obscuros que não explicita, para deixar todas as possibilidades em jogo.

### **3.2.2 Entrevista na RTP: a necessária esclarecimento do ‘não dito’**

Quase dois meses passados sobre o polémico discurso de abertura do congresso do PS, José Sócrates, agora na figura de primeiro-ministro, dá uma entrevista no canal público, conduzida por José Alberto Carvalho e por Judite de Sousa. Vejamos a transcrição da mesma.

José Alberto Carvalho (JAC) começa uma das perguntas com “Senhor primeiro-ministro, moveu processos judiciais contra pelos menos nove jornalistas...” No entanto, é interrompido por José Sócrates: “eu não movi processos judiciais contra jornalistas, eu movi processos judiciais contra pessoas que me difamaram, que é uma coisa muito diferente”. Continuando: “eu não aceito que me coloque na situação de quem está a mover processos contra jornalistas, eu movi processos contra indivíduos que me difamaram.”

O jornalista JAC insiste na pergunta: “não corre o risco de passar a imagem de alguém, como alguns dos seus adversários afirmam, que lida mal com a liberdade de imprensa?” Sócrates responde: “Desculpe, o JAC acha que a liberdade de imprensa é difamarmo-nos e injuriarmo-nos? O JAC acha..” Sendo interrompido pelo jornalista: “A discussão é lata”. Mas contrapõe: “Sim, mas não vai até à injúria e à difamação. Se me permite, eu acho que não é preciso saber muito nem de direito, nem de justiça, nem de conceitos da liberdade para sabermos que a liberdade deve ter um limite. Havia um juiz norte-americano que disse: a liberdade de dar um murro pára no nariz do parceiro. É por isso que eu acho que a liberdade de imprensa quando é utilizada para injuriar, não está a utilizar a liberdade, está a degradar essa liberdade. Eu acho que isso é negativo para a liberdade de imprensa e não o contrário. Portanto, quando me faz essa pergunta, eu digo-lhe: JAC desculpe, eu tenho o direito de processar quem me injúria, quem me difama.” O jornalista: “Claro que tem”. Novamente

Sócrates: “não, desculpe, espero que não me negue esse direito!” E o jornalista, sorrindo: “Espero que não me negue o direito de lhe fazer a pergunta, senhor primeiro-ministro”.

Sócrates: “O senhor tem que ouvir tudo o que queremos sobre si e o senhor não tem nenhum direito de se defender, era só o que faltava. Além disso, eu vejo por aí muita gente, quando eu fiz uma referência no congresso nacional a propósito de um jornal e de uma televisão, muita gente a dizer ‘ah mas ele está-se a referir a quem?’, como se não soubessem, vocês são jornalistas, vocês não vêem o telejornal da TVI à sexta-feira?, vocês acham que aquilo é um telejornal?, aquilo não é telejornal aquilo é uma caça ao homem, aquilo é um telejornal travestido, aquilo é um espaço noticioso que tem como único objectivo o ataque pessoal feito de ódio e de perseguição pessoal. Desculpe, mas o silêncio dos jornalistas também é um silêncio que se deve registar.”

O trecho desta entrevista que acima se reproduz é, antes de mais, a notória discrepância e a necessária rivalidade entre campo político e jornalístico. Embora esteja a acontecer num só *medium*, com apenas dois jornalistas pela frente, o político dirige-se a toda a classe jornalística, a todos os meios de comunicação que lhe são adversos e a todos os seus rivais em sentido genérico, no momento inicial.

As entrevistas são essencialmente uma oportunidade repartida: o espaço que os jornalistas têm para questionar os detentores de cargos políticos sobre as suas actividades, atitudes e, por outro lado, o espaço que o político possui para se defender e mostrar as suas concepções.

O jornalista concebe-se em voz representativa das vozes da comunidade. Procura questionar e esclarecer sobre as dúvidas que surgem e as incoerências que necessitam de clarificação. Já neste momento José Sócrates estava imerso em polémica, sendo-lhe esta entrevista fundamental para apresentar o seu esclarecimento.

Logo no início é notória a discrepância de concepções quanto à figura do jornalista; se JAC aponta os processos dirigidos a jornalistas, Sócrates não concorda na denominação, afastando tais indivíduos de integrantes da classe jornalística, visto o terem difamado e afirmando que quem assim procedeu não pode ser parte integrante da mesma classe.

Na segunda pergunta, notoriamente directa, relativamente à ideia que Sócrates está a transparecer quanto à sua relação com a comunicação social, JAC procura a opinião do primeiro-ministro sobre o assunto, mas Sócrates direcciona o diálogo noutro sentido; reflectindo acerca do que é a Liberdade de Expressão, apresenta o seu paradigma e limita o campo de acção desta até à fronteira em que a injúria é terreno

circundante. Ou seja, desta forma demonstra que a sua má relação com a comunicação social (a existir) é o resultado das ofensivas ‘injuriosas’ de que tem sido alvo e a sua tomada de posição é legítima em resultado disto.

Na longa declaração final, o primeiro-ministro refere-se às suas afirmações na abertura do congresso socialista de Espinho, referindo as dúvidas que surgiram depois da sua referência a uma ‘televisão com as suas manipulações’, questionando a veracidade da manutenção da dúvida sobre a que se estação se referia. Ou seja, Sócrates cria uma intertextualidade necessária com o seu discurso, aludindo-lhe, aclarando-o e discutindo acerca da ausência de esclarecimento por parte do meio jornalístico que lhe difundiu as declarações. Todavia, o intuito inicial não era esse:

Formalmente, o enunciador resguarda-se por detrás da possibilidade de reduzir a sua responsabilidade à significação literal do enunciado, relegando para o enunciatário a reconstrução da respectiva significação implícita. Tal jogo permite-lhe, de acordo com as circunstâncias do momento, negar ou ratificar a interpretação do enunciatário.

(Rebelo, *O discurso do jornal* 97)

No entanto, esse ‘jogo’ não aconteceu; Sócrates não teve a necessidade de negar o esclarecimento alheio, mas sim a necessidade de explicitar o implícito das suas declarações, tal como de duvidar e estranhar o silêncio dos jornalistas quanto aos elementos que ele se referia implicitamente.

Desta forma, com este desenrolar do discurso a que vamos assistindo, composto por três momentos preponderantes: nega quanto aos processos movidos a jornalistas, reflexão acerca da inclusão da injúria no campo da Liberdade de Expressão, legitimidade dos processos devido à existência de injúria, é concluído pela referência à TVI. A referência à estação privada é a consequência das declarações anteriores, visto, segundo parece, devido ao encadeamento, ser imiscuída por Sócrates do campo da Liberdade de Expressão e de, como veremos mais em diante, da legitimidade da prática de jornalismo - por não o fazer.

A TVI e o PSD confundem-se nesse processo de diabolização. Sócrates quer mostrar que eles têm interesses em comum. Isto é, se no discurso de abertura do congresso são apontadas as camuflagens (mormente sobre a forma de jornalismo) que o partido da oposição utiliza para descredibilizar a *persona* Sócrates, aqui o primeiro-ministro aponta a mesma ofensiva pessoal de que é alvo pela estação, nomeadamente no telejornal de sexta-feira, aproveitando para o classificar.

Foi pública a animosidade entre José Sócrates e Manuela Moura Guedes. Se o telejornal de que ela era *pivot* apresentou uma forte incidência para notícias relacionadas com o primeiro-ministro, como o caso Freeport ou o Face Oculta, pautando-se por um noticiário de denuncia, as críticas ao seu tipo de jornalismo também não foram parcas e surgiram dos diferentes quadrantes da sociedade portuguesa; Considerado como telejornal sensacionalista, excessivo e demasiado centrado na figura do primeiro-ministro, não existia um consenso quanto à qualidade ou falta desta que o *Jornal de Sexta* tinha.

Voltando a afirmar, nunca podemos deixar de ter em conta a premência que o discurso de um primeiro-ministro tem para os desígnios nacionais. É uma voz escutada e susceptível das mais díspares concepções. Desta forma, as acusações de Sócrates, ainda que modeladas enquanto auto-defesa, não podem não ser entendidas enquanto uma tentativa de pressão, tão só por o enunciador ser o primeiro-ministro e, conseqüentemente, pelo poder que esse discurso transporta. Assim, mais que uma crítica, este discurso é também *susceptível* de tomar a forma de advertência: aos jornalistas que fazem o *Jornal de Sexta*, à direcção e administração da TVI e, no cômputo geral, a todos os indivíduos que trabalham directamente no mercado dos *media*, devido ao peso que o discurso também possui na influência das atitudes e na construção das concepções da opinião pública.

O *Jornal* acabou dia três de Setembro de 2009, em clima de suspeita. José Sócrates terá alegadamente convencido Zapatero (primeiro-ministro espanhol e seu amigo pessoal) a falar com a administração da PRISA (empresa detentora da TVI) para que Manuela Moura Guedes fosse afastada e o formato do telejornal extinto. A administração da estação tem uma explicação concorrente, que oportunamente veremos, nesta dissertação.

### **3.3 Os apoiantes de Sócrates na Comissão**

#### **3.3.1 Jorge Lacão**

Jorge Lacão foi Ministro dos Assuntos Parlamentares do XVIII governo constitucional, ou seja, do segundo Executivo liderado por José Sócrates. Exerceu a sua função entre 2009 e 2011. Foi proposto pelo grupo parlamentar do CDS-PP para ser ouvido na audição, que teve lugar no dia 20 de Abril de 2010. Era Ministro à data da inquirição.

Jorge Lacão foi a penúltima personalidade a ser ouvida no âmbito dos trabalhos da CESC. O ministro dos assuntos parlamentares, que tinha a cargo a pasta da comunicação social, debateu-se na audiência sobre as relações do poder político com os *media* nacionais, a publicidade estatal nos *media*, e apresentou o seu ponto de vista quanto ao alegado controlo da comunicação social por parte do Governo.

Vejamos a introdução que Cecília Meireles faz às questões que lhe realizou:

Ao longo destes meses nesta Comissão muito se tem falado da relação entre governo e a comunicação social. Eu vou-me abster de fazer uma exposição extensiva sobre aquilo que tem sido dito, mas nós temos falado de vários tipos de pressões. Tivemos jornalistas que nos falaram por exemplo da questão já conhecida da publicidade do Estado, tivemos jornalistas que nos falaram da dificuldade que têm no acesso às fontes e até a alguns documentos da administração e tivemos ainda jornalistas que nos falaram dos telefonemas para directores ou para administradores. (...) Nós não podemos chegar ao limite de considerar que um político falar com um jornalista é uma pressão ilegítima. Mas também é verdade que o poder tem a tentação de pressionar a comunicação social; é uma tentação normal e humana.

Podemos notar que nesta intervenção da deputada do CDS-PP há uma intenção de resumir o que foi dito nas audições tal como de estabelecer através da súmula o que permanece destes trabalhos. Por conseguinte, refere genericamente os casos de interacções que foram mencionados ao longo dos trabalhos, não se colocando de um dos lados, mas apontando ressalvas e culpas aos dois campos.

Nunca querendo generalizar quanto a atitudes tomadas nas relações entre políticos e jornalistas, Lacão preferiu corrigir a deputada Cecília Meireles, ao optar pela designação relações entre “titulares de cargos políticos” e a comunicação social, em detrimento da designação da deputada do CDS-PP, que preferiu particularizar, ao se referir a relações do ‘Governo’ com a comunicação social.

Jorge Lacão, fazendo um resumo da sua perspectiva quanto às audições anteriores à sua, descreveu-as, paradigmaticamente, como abordagens “do tipo impressionista”. O Ministro recorre à definição canónica deste movimento artístico – “a subjectividade do ente que contempla o objecto observado”, para fazer uma analogia quanto à miríade de personalidades inquiridas e às suas proveniências de diferentes quadrantes profissionais, muitos deles dissonantes.

O Ministro utiliza tal definição para explicar o pendor subjectivo das posições em debate, de cada um dos intervenientes, visto cada um deles ser um ser autónomo e relacionável profissionalmente com uma das áreas em oposição – o jornalismo e a política. Lacão indica que a súmula sobre as suas opiniões de pressões políticas aos

jornalistas é esta metáfora sobre o Impressionismo. Ou seja, ninguém tem a totalidade da razão.

A nosso ver, tal posição serve não só para descredibilizar as acusações que os jornalistas fazem quanto a detentores de cargos políticos, como acciona, elucidativa e partidariamente, a defesa da classe em que se integra – os políticos.

Continuando as observações sobre os trabalhos deste género de audiências, Lacão refere que é difícil apurar qual dos lados intervenientes tem razão na totalidade dos pontos em análise, embora apoiando e considerando “interessantes” os debates acerca destes temas. Não termina tal conjunto de considerações sem defender que muitos destes debates redundam em “ser diletantes”.

Ou seja, na nossa perspectiva, o Ministro dos Assuntos Parlamentares acusa os intervenientes da Comissão de estarem em trabalho procurando apenas o debate de ideias, do qual não se obtém nenhum resultado material. E que o fazem, ainda sobre a aura do vocábulo diletante, por puro prazer e pouco mais que isso. Para além disto, o ministro ressalva implicitamente o carácter infrutífero que as discussões têm tido e que esta terá, por não só não se poder confirmar as acusações que são feitas, embora possam provir de diversas fontes, como não se podem inculcar culpas suficientemente esclarecedoras, ao não haver um responsável unânime pelos acontecimentos que se apresentam.

Questionado sobre a Liberdade de Expressão existente em Portugal, que, lembramos, era o tema capital nos trabalhos da Comissão, Jorge Lacão defende que esta não está cerceada em Portugal:

Evidentemente que sim. Evidentemente que temos condições para poder dizer que vivemos num país onde a liberdade de expressão é uma liberdade assegurada, nas várias dimensões em que ela se pode colocar, ao nível nomeadamente do direito a informar e refiro-me ao estatuto dos jornalistas e ao direito dos jornalistas. Refiro-me também ao direito a ser informado (...) refiro-me ainda à garantia de independência dos órgãos de comunicação social no seu conjunto.

Ao longo da sua inquirição foi sempre apresentando medidas e contextualizações sobre as posições que o Executivo do qual faz parte foi tomando para aumentar o grau de autonomia, independência e integridade dos órgãos de comunicação social. Tal como mostrando que o Governo produziu e propôs legislação adequada para que a transparência da titularidade dos mesmos seja assegurada e promovida.

Por outro lado, acerca das intervenções discursivas por parte de políticos na esfera pública, Jorge Lacão indica que é legítimo o direito dos titulares de cargos políticos de se expressarem livremente e de opinarem sobre posições do campo jornalístico. E que aí reside a liberdade. E mais: considera que os jornalistas e os políticos devem ter direitos iguais quanto ao tecer de comentários, estando, por isso mesmo, sujeitos a que o seu trabalho seja contestado e comentado.

Considera que o apresentar de concepções, neste caso, por parte do campo político deve acontecer, ainda que nem sempre correctas – “com mais felicidade, com menos felicidade, com mais pertinência, com menos impertinência”.

Em suma, considera esta relação, ainda que tempestuosa, legítima. No entanto, indica que há limites para certas atitudes e estabelece o campo da ilegitimidade política quanto às deambulações jornalísticas – de que são exemplo a utilização de “meios, instrumentos, visivelmente ou invisivelmente, mas em todo o caso efectivamente, que condicionassem essa Liberdade de Imprensa, essa Liberdade de Informação, essa Liberdade de Expressão.”

Lacão recorda à audiência que, embora fora desta tenham sido feitas várias acusações de tentativas de controlo, na Comissão Parlamentar não foi referida nenhuma utilização ilícita que condicionasse a liberdade jornalística.

Por seu turno, João Serrano, deputado do PS, ou seja, do mesmo partido político que o inquirido, restringe-se a questões que apelam à ligação do PS com as liberdades que sempre defendeu, reiterando as premissas constantes no requerimento que este partido apresentou à Comissão.

Serrano, depois da contextualização sobre o PS e sobre as liberdades de Expressão e de Imprensa, volta a referir que sempre foi objectivo do PS que estas se materializassem, e que o partido muito tem contribuído para que isso ocorra, participando com legislação adequada que aumente o grau de autonomia e independência dos meios de comunicação social.

João Serrano faz três perguntas facilmente relacionáveis e que promovem o discurso positivo de Lacão enquanto membro do governo socialista. Vejamos o início da sua intervenção:

Senhor Ministro, como sabe estamos a chegar ao fim, terminamos amanhã dois meses, mais de dois meses de audições, que corresponderam a trinta e uma audições e ao que dizem mais de cinquenta e duas horas de trabalhos. Tivemos a

discutir variadíssimas matérias e nós PS desde a primeira hora tivemos empenhados na discussão, porque tratámos e abordámos matérias nomeadamente a liberdade de expressão e o direito a informar, que é algo que nos é caro e faz parte do nosso código genético. E neste sentido, do muito que ouvimos nesta matéria gostaríamos também de ouvir o senhor ministro, com a experiência que tem nesta área, como é que vê o exercício da liberdade de expressão em Portugal, o direito em informar em Portugal, ou seja, se há condicionamentos graves que vê nesta questão.

O deputado do PS estabelece esta audição como um destino a que a Comissão chega depois de todas as audições realizadas; resume não só o tempo utilizado com tais trabalhos, por todos os intervenientes – “estamos” e “terminamos” são verbos que referem a totalidade da Comissão – para depois particularizar o caso do PS, quase que camuflando o “nós” total, substituindo pelo “nós PS” que se pretende paradigmático e representativo do que foi feito.

Lacão é inserido neste “nós PS”, e o deputado pretende que a concepção (geral da Comissão, pois recorre ao tema maior) do Ministro surja, ligando-a já, condicionalmente, ao que o grupo parlamentar do PS conseguiu até este ponto terminal da Comissão.

Entendido como uma autoridade nas temáticas discutidas, visto ser Ministro da tutela, é mencionado pelo deputado com o recurso a esses créditos – “gostaríamos também de ouvir o senhor Ministro, com a experiência que tem nesta área” – conferindo assim a aura de importância que poderia estar esquecida.

Pergunta ao Ministro que mais pode o Governo fazer, do ponto de vista legislativo, para que se aprofunde o grau da Liberdade referida em Portugal - “O que é que nós podemos fazer mais, relativamente a estas matérias, sob o ponto de vista legislativo, se há algo a fazer?”.

O deputado socialista propõe a Lacão que apresente mais propostas de legislação necessária, mas deixa em aberto a necessidade de tais medidas, em causa da oração condicional que termina a questão, promovendo o carácter correctivo da prestação do Governo.

Ou seja, Serrano dá a hipótese a Jorge Lacão que este aumente a aura do PS enquanto partido defensor das liberdades e contrário ao carácter coercivo de tal restrição. Apelando a que o Ministro mostre, perante a audiência, que o Partido Socialista e todos os seus filiados e representantes são contrários à limitação da Liberdade de Expressão.

O deputado do PS pretende que Jorge Lacão se expresse acerca do tema Mário Crespo. Lembramos que Jorge Lacão alegadamente estava presente no jantar em que José Sócrates, segundo Mário Crespo, mostrou interesse de o afastar dos programas que apresentava.

Com efeito, João Serrano refere-se a este tema em tom chocarreiro como a “fotonovela Mário Crespo”, designação extremamente pejorativa, que apela à ficção e dramatização da realidade que Mário Crespo apresentou, descredibilizando-a totalmente:

Finalmente senhor ministro, não poderia também deixar de lhe colocar uma questão, também nestes dois meses tivemos muitas peripécias e muitas fotonovelas. E uma delas foi a fotonovela Mário Crespo, começámos aliás por aí estas audições. Eu coloco esta questão porque foi muito falado o tal almoço, em que o senhor Ministro estaria presente, em que foi abordado, segundo o que apareceu na comunicação social, uma tentativa de no fundo de pressão do governo para a demissão de Mário Crespo. E senhor Ministro a questão que eu lhe colocava para no fundo terminarmos esta fotonovela, é se evidentemente se tratou de um almoço de conspiração, de concertação com o objectivo de procurar um director da SIC para no fundo demitir expressamente o jornalista Mário Crespo, ou se foi, como todas as audições assim o provaram, com excepção do próprio, mas com as razões que agente percebe, ou se foi um encontro casual, em que subverteram completamente o conteúdo daquilo que se passou no tal encontro, ou no tal almoço.

Recorrendo e retomando a orientação discursiva que parte da súmula do que aconteceu na Comissão, o deputado do PS dá oportunidade ao Ministro de esclarecer o assunto em que está directamente relacionado, enquanto figura integrante deste Governo; o Governo que tem uma má actuação em relação à comunicação social. No entanto, o deputado refere o episódio de forma pejorativa – “peripécias” e “fotonovelas” – retirando-lhe aí a importância que poderia ter. Ao classificá-lo induz-lhe a sua opinião.

Embora considerando tal “fotonovela” um tema menor, João Serrano tem de apresentar uma justificação para o mencionar – “eu coloco esta questão *porque*”, apresentado uma causa racional para o fazer. E essa é a referência à presença do Ministro em tal encontro, ainda que não comprovada – “*estaria presente*”.

Com efeito, mesmo não estabelecendo que o Ministro esteve presente em tal almoço, o deputado do PS apresenta três perguntas que concretizam a presença do Ministro do local, ao questioná-lo sobre o tema que foi discutido, como pode ser observado no trecho acima transcrito.

Lacão embora confirme ter estado nesse jantar, indica que a conversa, da qual fez parte o director de informação da SIC, apenas se deteve em relação aos gostos pessoais de cada elemento presente, e que não teve nenhum objectivo extrínseco à

reunião. Em suma, segundo o Ministro, tal encontro não teve como objectivo afastar Mário Crespo, contrariando o que este defende.

Luís Pimentel torna-se, nesta audição, o interveniente mais afecto à temática em estudo nesta dissertação. O deputado do PSD inquiriu Lacão directamente sobre José Sócrates, aludindo às acusações que Sócrates fez ao *Jornal de Sexta* de este ser uma “caça ao homem” e um “jornal travestido”.

Sr. Ministro, há uns anos um Ministro referiu-se publicamente de forma negativa a um comentador político e considerou que nesse espaço televisivo não era respeitada a regra do contraditório. Na altura, como todos se bem lembram, caiu o carmo e a trindade; os políticos socialistas pronunciaram-se de forma contundente sobre o caso, incluindo o próprio secretário-geral do Partido Socialista, que é hoje primeiro-ministro, engenheiro José Sócrates. Acontece que nos últimos anos temos ouvido o senhor primeiro-ministro fazer comentários de extrema violência sobre jornalistas, jornais e televisões. Dou apenas um exemplo: em Abril de 2009 o senhor primeiro-ministro afirmou numa entrevista à estação pública que o jornal da TVI de sexta-feira era um espaço de ‘caça ao homem’ e um jornal ‘travestido, feito de ódio e perseguição pessoal’. Quatro meses depois este jornal foi silenciado. São factos. Senhor Ministro gostava de lhe perguntar: considera este comportamento, do senhor primeiro-ministro, aceitável?”

O deputado social-democrata recorre a um evento passado para estabelecer uma analogia com o presente que vai mencionar, dirigindo-se ao Ministro Jorge Lacão; embora não refira explicitamente os intervenientes, identifica-os: “um Ministro” e “um comentador político”, e percebe-se que o Ministro é de um governo social-democrata, visto quem se pronunciou contrariamente – “os políticos socialistas” – serem críticos do que aconteceu. Identifica um dos socialistas – o primeiro-ministro – como uma das vozes que se manifestou contrária ao que aconteceu. Este, comparativamente, como o deputado pretende demonstrar, procedeu de forma similar, mas acentuando a crítica – “comentários de extrema violência” – de forma activa.

Neste processo de identificação do visado, o deputado recorre a um processo de afunilamento do discurso: parte do que um grupo de políticos fez em relação a algo, identifica um deles, e a este menciona-o como protagonista num caso semelhante recente, especificando e citando-lhe as declarações chave. Resultando, por comparação, num contraditório de ideias do primeiro-ministro num caso idêntico.

Como consequência das declarações do primeiro-ministro, o deputado infere que o encerramento do *Jornal de Sexta* é o efeito resultante, pedindo a Jorge Lacão que responda se considera a actuação do primeiro-ministro é a correcta. Por conseguinte, podemos comprovar que a construção discursiva do deputado social-democrata,

direcciona a reflexão na ideia de senso comum de que só há uma resposta possível: o procedimento do primeiro-ministro, para além de contraditório, não foi e não tem sido o correcto em relação à comunicação social.

Jorge Lacão tem aqui, a nosso ver, a principal oportunidade de defender Sócrates face às acusações do PSD, partido da oposição e principal rival político do PS. Oportunidade que lhe é fadada pelo PSD, visto não só trazer a temática mais danosa dentro do tema controlo da comunicação social, como também apresentando um exemplo de jornalismo que em muito se desvia das condições ideais de bom préstimo informativo ao telespectador-cidadão.

Jorge Lacão tece uma análise directa acerca do programa jornalístico referido:

Aquele produto dito jornalístico era a noção ou era o exemplo mais acabado da negação daquilo que é ou daquilo que eu entendo que faz mais sentido compreender como o exercício do direito a informar, com respeito pelos direitos dos outros, com aceitação do princípio do contraditório e naturalmente com o respeito pela personalidade de cada um.

É notório que o Ministro não se refere ao nome do programa explicitamente, preferindo o pronome demonstrativo “aquele”, iminentemente depreciativo neste cenário, tal como afasta a inclusão do jornal na categoria jornalismo, tomando uma perspectiva pessoal acerca do modelo que era praticado.

Jorge Lacão defende ainda que José Sócrates teve e tem toda a liberdade para comentar acerca do *Jornal de Sexta* da TVI e que o contrário seria comprimir a Liberdade de Expressão. Declarações que se coadunam com as afirmações transcritas no início deste texto, de que o político tem toda a liberdade de se expressar no e acerca do campo jornalístico.

Catarina Martins, representante do Bloco de Esquerda na Comissão, questiona directamente o Ministro sobre se existe da parte do Governo a “tentativa ou tentação” de punir linhas editoriais contrárias ao Governo. E se tal ocorre através de pressões legítimas ou ilegítimas.

Lacão defende o Governo apresentando dois cenários diferentes, distinguindo efectivamente, de forma pessoal, a pressão ilegítima da pressão legítima.

Segundo o Ministro, a pressão ilegítima “ocorreria se o Governo através de algum dos seus titulares, de forma directa ou indirecta, exercesse prerrogativas de autoridade, para de alguma maneira condicionar o direito à opinião daqueles que exprimem o direito a informar no nosso país.”

Distingue a primeira da legítima: “Mas coisa completamente diferente disso é a liberdade de qualquer titular de cargo político de exprimir o seu ponto de vista convergente, divergente, crítico, certo ou errado, em relação ao um qualquer conteúdo de informação que tenha sido publicitado por forma própria.”

Em suma, Jorge Lacão resume as alegadas tentativas de controlo dos *media* por parte do Governo, como pressões legítimas que os titulares de cargo político exerceram, no seu pleno direito de uso da Liberdade de Expressão, sobre a comunicação social portuguesa. Afasta totalmente a aura de “conspiração” que acompanhou as relações deste Executivo com os *media*, contrariando as posições dos jornalistas quanto a estas relações.

A deputada do BE insiste na temática da publicidade governamental que foi retirada de algumas publicações nacionais, contrariando ostensivamente a legislação. Esta atitude pode ser encarada como uma forma de pressão política sobre os *media*, visto ao ser retirado algum do capital ao grupo de *media*, lhe limitarem a autonomia na procura, investigação e produção de notícias.

O Ministro contradiz tais acusações, justificando que tal ideia não estava nas concepções do Executivo: “O Governo nunca se ocupou, ao contrário de algumas suspeições que lhe foram lançadas, sobre qualquer forma de instrumentalização, de uma maneira ou de outra, quanto à colocação de publicidade institucional junto dos órgãos de comunicação social.”

### **3.3.2 Augusto Santos Silva**

Augusto Santos Silva foi Ministro dos Assuntos Parlamentares do XVII Governo constitucional, ou seja, do primeiro Executivo liderado por José Sócrates. Exerceu a sua função entre 2005 e 2009. Foi proposto pelo grupo parlamentar do PS para ser ouvido na audição, que teve lugar no dia 6 de Abril de 2010.

O presidente da Comissão, Luís Marques Guedes, começa a audição apresentando Augusto Santos Silva e dando a indicação de que este ali estará não na condição de ex-ministro, mas sim enquanto cidadão com largo conhecimento nas temáticas a serem discutidas.

O grupo parlamentar a dar início às perguntas foi o PS, visto ter sido o partido que requereu a presença de Santos Silva na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

Embora tendo em conta o aviso que o presidente fez no início da audição, Vítor Fontes utiliza o seu tempo para colocar perguntas sempre relacionadas com o Executivo do qual Augusto Santos Silva fez parte, questionando-o sobre medidas, posições e objectivos específicos para a tutela que tinha a seu cargo – a comunicação social.

Questionado sobre que objectivo tinha o XVII Governo constitucional para promover a Liberdade de Imprensa e autonomizá-la dos poderes político e económico, o ex-ministro refere veementemente que as decisões tomadas tiveram sempre o aval e apoio do primeiro-ministro. As medidas, essenciais e genéricas, indica, foram acompanhar e desenvolver os *media* em Portugal e criar medidas para evitar a convergência entre quem produz os conteúdos e quem os emite.

As perguntas de Vítor Fontes pretenderam essencialmente dar a hipótese a um ex-ministro socialista de mostrar que o partido em geral e os políticos que o integram, em particular, tudo fazem e fizeram para promover a autonomia, a independência e a Liberdade de Expressão dos órgãos de comunicação social em Portugal; contrariamente às acusações do PSD constantes no requerimento e ao longo das audições, que apontam para o contrário.

Embora este deputado não faça perguntas directas acerca das tomadas de decisão e atitudes do primeiro-ministro da anterior e da actual (à época da audiência) legislaturas, pretende-as indirectamente e dá uma ajuda decisiva no mostrar de interesse de que o sector dos *media* seja independente e de que, em suma, o Partido Socialista nada fez para o condicionar.

Santos Silva refere várias vezes que o Governo do qual fez parte foi o primeiro que procurou autonomizar a RTP do poder político governamental – “Foi a primeira vez que tendo mudado a orientação política do Governo, não mudou a administração de nenhuma empresa pública de comunicação social.” Segundo ainda o ex-ministro, tal decisão foi premente para a credibilidade que a RTP e demais empresas públicas de comunicação social auguraram nos períodos subsequentes. Ou seja, o ex-ministro pretende mostrar que pese embora o Partido Socialista tenha ganho as eleições, a direcção destas empresas, nomeadas pelo anterior executivo social-democrata, não foram afastadas das suas funções, como era hábito nas legislaturas até então. Em suma, mostra que o Partido Socialista convive bem com órgãos de comunicação social de orientações políticas divergentes da sua.

O ex-ministro dos assuntos parlamentares lembrou ainda que a formação da ERC foi promovida e consumada durante o período governamental que integrou, e que este organismo ajuda a que os pressupostos constitucionais sejam cumpridos.

No entanto, ressalva que a Constituição não está totalmente cumprida para este sector, nomeadamente no ponto em que indica que o Estado deve assegurar a transparência dos órgãos de comunicação social e concentração empresarial.

A intervenção da deputada do PSD, Conceição Pereira, surge como um momento charneira nesta audição. Como vimos, as perguntas do grupo parlamentar afecto a Santos Silva só procuraram esboçar questões em que as respectivas respostas redundassem em mostrar a preocupação que o PS teve e tem para com a Liberdade de Expressão, no seu todo, nas empresas de *media* e quais as medidas governamentais que puseram em prática.

A deputada social-democrata insurge-se dizendo que o rol das perguntas anteriores não estão relacionadas com a Comissão, que, lembre-se, está determinada ao tema «exercício da Liberdade de Expressão e de Imprensa em Portugal».

Como temos vindo a ter em conta, as intervenções dos membros do grupo parlamentar do PSD pautam-se sempre, para além das perguntas relacionadas com as acusações a José Sócrates, por uma súpula das temáticas defendidas por inquiridos de outras audiências e resumem as opiniões destes que confrontam o PS. O que dá notoriamente a entender que procuram que o tema PS/Sócrates seja o debate contínuo e único da Comissão.

Conceição Pereira, ao fazer essa súpula, lembra que as personalidades ouvidas até então defendem que a Liberdade de Expressão em Portugal não está em causa, mas que sentiram “algum controlo” político na sua execução.

A deputada lembra à audiência que Augusto Santos Silva, ainda na condição de Ministro, pediu explicações à TVI sobre o encerramento do *Jornal de Sexta* em Setembro de 2009. Conceição Pereira questiona o Ministro sobre que resposta obteve.

Santos Silva, por seu turno, refere que interpelou a TVI na condição de dirigente do PS e não como Ministro. E explica que o fez porque o momento de cancelamento de tal programa aconteceu durante a campanha eleitoral legislativa, o que em muito, diz, prejudicou a imagem socialista.

Depois do tema da publicidade estatal nos órgãos da comunicação social ter sido proposto por Conceição Pereira, a deputada do CDS-PP, Cecília Meireles, questiona Santos Silva sobre a legislação da concentração empresarial do sector.

O ex-ministro insiste que é fundamental para a democracia que se conheçam quem são a totalidade dos proprietários dos grandes grupos de *media*, visto tal ser fundamental para evitar o condicionamento: “aí é que o controlo do poder político, [e] a influência do poder económico se podem fazer; debaixo da cortina, por detrás do reposteiro.” Indica que deve haver legislação adequada que evite estas movimentações.

Santos Silva insiste na ideia de que no debate político há sempre a possibilidade do contraditório e que é legítimo que os políticos o façam quando confrontados com produtos jornalísticos que lhe são caros – “No debate político há sempre troca de argumentos”. No entanto, refere que embora a Liberdade de Expressão permita essa troca de ideias, ela própria encerra limites viáveis ao bom nome do sujeito em causa, e que esse limite é a calúnia.

Rita Rato, deputada do PCP, é a última inquiridora desta audiência. O seu discurso, como podemos comprovar abaixo, cruza directamente a sua ideologia política com as decisões tomadas pelo ex-ministro. Ou seja, serve-se da ideologia comunista como referencial à excelência da actuação política, de que Santos Silva, como seria esperado, discorda.

Desvalorizando as medidas e decisões que o Executivo socialista tomou na legislatura de que Augusto Santos Silva fez parte, Rita Rato confronta o ex-ministro dizendo que com o conjunto de medidas que tomou e a concepção que faz delas enquanto decisões primordiais e sem antecedentes, quase pretende demonstrar que a Liberdade de Expressão começou com o seu Executivo, visto a intensificação que faz dessas tomadas de decisão.

A deputada comunista continua a depreciação, ainda que congratulando o ex-ministro sobre algumas decisões, dizendo que estas não foram mais do que cumprir a Constituição, isto é, que o Executivo não fez mais do que cumprir os objectivos por que um país se rege, algo normal, ainda segundo a deputada, que um governo democrático deve fazer.

Em debate directo com Rita Rato e João Serrano, deputados comunistas, Augusto Santos Silva defende-se das acusações deste grupo quanto às medidas que tomou, legitimando as suas opções, ao confrontá-las com os pressupostos comunistas.

Rita Rato questiona-o se deu indicações aos outros ministérios quanto à forma como a publicidade estatal deveria ser distribuída pelos diferentes *media*. Santos Silva assegura que nunca fez nenhuma intervenção quanto à distribuição da publicidade, pois isso seria uma ilegalidade. E termina a audição com uma declaração peremptória e pejorativa, direccionada ao grupo parlamentar do PCP: “Mais uma vez, isto pode ser uma concepção soviética arcaica, mas não é a concepção própria de um país europeu no ano de 2010”.

## **IV. A Comissão de Ética, Sociedade e Cultura**

### **4.1 Documento produzido; estrutura e elementos integrantes**

Quanto ao documento final que foi produzido para ser entregue ao Presidente da Assembleia da República, divide-se em cinco grandes partes: a primeira debate-se acerca do conjunto de audições que ocorreram no âmbito da Comissão, o Anexo I contém os requerimentos produzidos pelos partidos políticos que deram origem às audições, o Anexo II é integrado pelos documentos que foram entregues e enviados à Comissão, relacionados com os trabalhos em curso, o Anexo III contendo a documentação enviada à Comissão e em que se baseou a decisão final opinativa de produção do relatório e por último, o Anexo IV que contém as propostas de alteração ao relatório que os partidos fizeram, subdivide-se nas que foram aceites pela Comissão e nas que foram recusadas.

### **4.2 Os requerimentos partidários que deram origem à CESC**

#### **4.2.1 Requerimento do PSD**

Tendo sido o primeiro dos requerimentos enviados à CESC, os signatários deste documento justificaram a sua apresentação com a tese de que a Liberdade de Expressão em Portugal estava a ser posta em causa “por parte de quem exerce o poder, designadamente no Governo”.

O grupo parlamentar do PSD não só indica que o Governo tem convivido mal com a Liberdade de expressão e de Imprensa, como defende que os portugueses sentem esse cercear perpassar para o seu “quotidiano”.

Os signatários defendem ainda que “ganha terreno um sentimento generalizado de condicionamento, junto dos cidadãos, do exercício dos seus direitos, liberdades e garantias”. Ou seja, tal posição do Governo está não só a tentar controlar a comunicação social portuguesa - como é explícito nas acusações presentes no “espaço mediático”, como tal tentativa é perpassada para o dia-a-dia dos portugueses que, segundo o PSD, já começam a sentir uma aura ditatorial a envolvê-los timidamente.

Embora não haja neste requerimento referências directas a José Sócrates, elas estão implícitas, não só por este ser o principal membro do Governo em funções, como o facto de o seu nome estar incluído no “sucessivo rol de episódios e acontecimentos que ensombram este princípio nuclear da nossa democracia”, a que o PSD alude.

Os signatários do requerimento incitam o presidente da Comissão a dar início ao conjunto de audiências sob a temática proposta, com base nos ataques que têm sido feitos à Liberdade de Expressão. Ou seja, tais audiências devem ocorrer sempre tendo em conta que a esta tem vindo a ser afectada em Portugal e que se debata que Liberdade de Expressão resta e qual o seu grau de operância.

A referência a José Sócrates e ao PS, sendo implícita, é igualmente retomada no final, como móbil que determina a instauração de audiências, visto serem estes os “acontecimentos recentes que contribuem para o actual estado de condicionamento das liberdades de expressão.”

Em suma, o que o PSD pretende demonstrar é que o PS, por via dos seus dirigentes, está a colocar em causa a própria democracia, visto atacar constantemente um dos seus pilares principais – a Liberdade de Expressão. Embora o faça eufemisticamente, este processo ajuda a intensificar o pressuposto, de forma a incitar o presidente a dar início ao conjunto de audições.

#### **4.2.2 Requerimento do CDS-PP**

Como pode ser verificado, o requerimento apresentado pelo CDS-PP surge como um alongamento do documento entregue pelo PSD. Ou seja, o CDS-PP apenas produz tal documento com vista a aumentar o número de individualidades a ser ouvidas nas audições propostas, embora as nomeie.

Este grupo parlamentar pretende que sejam ouvidas, com o objectivo de discutir a “liberdade de expressão e de imprensa em Portugal”, elementos ligados directa ou indirectamente com a polémica que põe em debate José Sócrates e os meios de comunicação social. Se não, vejamos: José Eduardo Moniz e Manuel Polanco compõem um par facilmente relacionável com as acusações de que José Sócrates, através da PRISA, tentou afastar Manuela Moura Guedes do telejornal da TVI. O primeiro era director-geral da estação à época, e Polanco era administrador-delegado da empresa espanhola em Portugal, empresa que detém grande parte do capital da estação privada de televisão. Tal como o presidente do conselho executivo da PT, Zeinal Bava, que se relaciona facilmente com a polémica tentativa de compra da TVI, pela empresa pública de telecomunicações. Em que se acusa que seria mais uma forma do Executivo de controlar a linha editorial da estação de televisão.

O grupo parlamentar centrista convocou ainda para audição o presidente do conselho regulador da ERC e o Ministro dos Assuntos parlamentares, Jorge Lacão.

#### **4.2.3 Requerimento do PS**

Se o requerimento do PSD se apresenta como uma oportunidade de ataque parlamentar e de repercussão mediática danosa para o PS, o requerimento deste último surge como uma defesa e simultâneo ataque às acusações do PSD. O partido socialista recorre à contextualização histórica para se desviar e desalinhar das acusações de que é alvo; essencialmente das acusações de limitação da Liberdade de Expressão.

O primeiro parágrafo do documento alude ainda ao período ditatorial, em que está declarado que os seus militantes sempre se debateram com o fito de instaurar a liberdade na sua plenitude. Faz ainda referência aos jornalistas, demarcando-se da adversidade de que foram acusados de ter com esta classe, ao lembrarem que “entre outras coisas garantimos a consagração constitucional dos direitos dos jornalistas”.

O documento está recheado de intertextualidade com o documento do PSD. Ressalta a advertência que os signatários do documento socialista fazem à verdadeira tentativa de limitar a Liberdade de Expressão em Portugal, que provém não do PS, mas sim do PSD, que pretende, segundo aqueles, limitar o debate. Ou seja, o PS insurge-se e defende-se implicitamente, dizendo que as “pressões legítimas” devem existir e que o que têm vindo a fazer não é nada mais que isso – “não estamos dispostos a contemporizar com afirmações e insinuações de duvidosa seriedade que pretendem pôr em causa a existência de Liberdade de Expressão em Portugal”.

Se o documento do PSD faz a proposta de se dar início a um conjunto de audições e designa, ainda que genericamente, o conjunto de personalidades que devem ser ouvidas, o documento do CDS-PP, por seu turno, corrobora a proposta e apresenta cinco nomes facilmente relacionáveis com as acusações ao primeiro-ministro, a que se junta mais um nome de um elemento desse mesmo executivo. O documento do PS, de forma diferenciadora, apresenta um conjunto de pontos que quer ver discutidos em tal comissão que constam dos pressupostos da mesma, não se limitando à proposta de inquiridos, mas contribuindo com temas a ser abordados.

## 4.3 Audições realizadas

### 4.3.1 Nota introdutória

“Os elementos relativos aos eventos sociais são selectivamente ‘filtrados’ de acordo com princípios de recontextualização (alguns são excluídos, outros são incluídos e é dada uma maior ou menor proeminência”<sup>13</sup>

(Fairclough 139)

Nas transcrições das audições que colocámos em anexo decidimos debater-nos acerca das interacções entre deputado (inquiridor) e o convidado de cada sessão (inquirido), tal como o discurso que é produzido não só a pensar nas declarações que surgirão, mas noutros aspectos, como: o discurso que é retido pela audiência, composta por diferentes representantes de grupos parlamentares, por jornalistas, e pelo eleitorado que assiste através da televisão.

No entanto, como pode ser verificado, a preocupação primeira do inquiridor é com as respostas que vão surgir por parte do inquirido. Tal é notório, desde logo pela temática que a índole da pergunta acarreta. O seu lote de perguntas é direccionado com vista na obtenção, inicialmente, de conhecimento que surgirá dessas declarações, tal como das revelações, perniciosas ou não, que poderão surgir - “De uma perspectiva de interacção e discursiva, toda a produção de enunciados é uma forma de interacção social ou, dito de uma forma trivial, todo o enunciado é produzido com vista a alterar a posição de interacção do outro, comunicando-lhe, persuadindo-o, manipulando-o, etc.”<sup>14</sup> ((Lozano, Peña-Marín, Abril 62)

Sendo o deputado a dar início à interacção, ele tem a primazia na escolha do tema, tal como direcciona a bateria de questões no sentido que pretende. As declarações do inquirido, embora com a hipótese de resvalarem noutro sentido, contêm a intenção primeira de que sejam respostas às temáticas propostas. Desta forma, o deputado, enquanto emissor, estabelece um conjunto de pressupostos: “ele define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; ele fixa, por fim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, o seu efeito sobre aqueles que se dirigem, os limites do seu valor de coerção.” (Foucault 30)

---

<sup>13</sup> Em inglês, no original: “Elements of social events are selectively ‘filtered’ according to such recontextualizing principles (some are excluded, some included and given greater or lesser prominence).”

<sup>14</sup> Em espanhol, no original: “Desde una perspectiva interaccional y discursiva, toda producción de enunciados es una forma de interacción social o, dicho de un modo trivial, todo enunciado es producido para alterar la posición interaccional del otro, comunicándole, persuadiéndole, manipulándole, etcétera”

Podemos ingenuamente contradizer esta teorização, contrapondo que o inquirido é livre de renegar estes pressupostos e de estabelecer ele próprio o paradigma. Todavia, tal, a acontecer, não surge sem a ligação ao referencial que foi o discurso anterior, tão-só por ter sido o primeiro, fundador de tudo o que porvir sanciona.

Com isto, não pretendemos dizer que o deputado tem o discurso que lhe responde devidamente controlado, na forma de que nada de novo e inesperado, com aura de danoso, poderá surgir; pois pudemos assistir a inquiridos que não seguiram a determinação apresentada, ou que não responderam à totalidade das perguntas, alargando o tempo determinado a umas e encurtando ou não respondendo a outras. Tal como há inquiridos que propõem novos temas para resposta e/ou que aludem a episódios que não estavam pré-determinados.

Foucault (*A ordem do discurso* 39) apresenta-nos um conjunto de características implícitas ao discurso que nos permitem evitar o excesso de interpretação abstracta, mostrando que o discurso não contém um conjunto infindável de níveis de significação. Com efeito, elucida-nos sobre “um princípio de *descontinuidade*: o facto de haver sistemas de rarefacção não quer dizer que por baixo deles, ou para além deles, reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra.” (*A ordem do discurso* 39).

Tendo em conta tais demarcações necessárias, procurámos limitar o excesso de análise e interpretação, que nos direcione, erradamente, no surgimento de conclusões falaciosas, ao imputarmos objectivos escondidos ao que o discurso nunca teve.

O próprio *preconceito* pode ser algo danoso para a interpretação que se faz ao discurso. Conscientes de que este caminhará sempre na direcção que nós concebemos que caminhasse, ele fá-lo, ainda que ilusória e erradamente; o que em muito prejudicará a verdade dos factos. É este o princípio foucaultiano de *especificidade*, que indica que não somos nós que vamos direccionar o discurso em análise, mas é esta que nos vai permitir perceber qual foi a direcção imposta no momento da sua difusão (*A ordem do discurso* 40).

Com efeito, estabelecendo as balizas quanto à interpretação, estamos conscientes de que surgem e que influenciam a direcção do discurso no momento da análise. Daí a necessidade regrada de aprofundamento, e de alteração do sentido da análise. Desta forma, tal direcção não deve acontecer procurando nas profundezas do discurso, mas

partindo deste para as repercussões que terá, e ao que é permitido avaliar a partir daí. É este o princípio da *exterioridade* (*A ordem do discurso* 40).

De termos assistido com atenção às audições, e de termos transcrito e reportado trechos que considerámos fundamentais para o leitor da dissertação em curso, resultaram algumas conclusões, por vezes não imediatamente notórias, que importam realçar.

Um dos pressupostos com que partimos para a visualização das audições era integrado pelo conhecimento de que os grupos parlamentares iriam procurar debater-se com as armas que esgrimem em resultado da sua colocação no espectro político. Isto é, a ideologia iria ter um peso avassalador na discussão e produção de perguntas. Por conseguinte, embora não eliminemos tal pressuposto, visto nos ter permitido uma preparação na observação a que nos propusemos, reparámos igualmente que a procura da discussão dos temas capitais também ocorreu entre todos os representantes dos grupos parlamentares, ainda que poucas vezes cedendo à libertação da condicionante político-partidária.

Visto terem sido apenas três os partidos políticos que, desde o fim do regime fascista, estiveram no poder – PSD, PS e CDS-PP – era esperado que a oposição que lhes é característica ocorresse, com capital destaque para a discrepância de concepções entre PSD e PS. E tal aconteceu; as perguntas, os reparos e as contextualizações serviram para prolongar tal rivalidade, como se de um debate para a aprovação de uma medida governamental se tratasse, o que mostra que, tal como nesta analogia, é a constante luta pelo poder que está em causa, qualquer que seja o terreno em que se proporcione.

O Partido Socialista partiu para esta Comissão com algumas desvantagens. A primeira das quais: o simples facto de ser o Partido do Governo, em que qualquer posição crítica ou observação arriscada que algum Ministro ou dirigente socialista produzisse adquiriria uma componente diferente dos seus rivais, por a conotação ser imediata.

Um dos exemplos foi a acentuação crítica de elementos do PS a programas jornalísticos, sintomático do que o seu secretário-geral já havia feito, e que resultou sempre numa desaprovação com objectivos ocultos para a continuidade do programa em análise. Em suma, o grupo parlamentar continuou a posição do seu secretário-geral, mesmo que a defesa ocorresse no espectro delimitado pelo moderado e acérrimo.

Relativamente à estrutura interna das audições, elas são sempre iniciadas, depois da apresentação e início dos trabalhos pelo presidente Luís Marques Guedes, pelo grupo requerente que apresentou a proposta de convite, seguindo-se o partido mais representado na Assembleia e assim sucessivamente. Ou seja, no caso de uma audição proposta pelo PSD, que inicia, segue-se o PS, depois o CDS-PP, o BE e por último o PCP. O grupo parlamentar apresenta as suas perguntas todas seguidas, só depois acontecendo as respostas, também em bloco pelo inquirido. Não ocorrendo diálogo, ou tentando-se evitá-lo ao máximo, através deste esquema.

No caso de existência de segunda ronda de perguntas - como aconteceu em algumas audições -, o tempo destinado aos partidos é mais curto, tal como o tempo de resposta do inquirido. No entanto, as perguntas são mais específicas. Acontecendo casos de uma só pergunta.

O presidente da CESC serve sempre de mediador entre inquiridor e inquirido, isto é, intercede sempre entre as intervenções. Tal como relembra tempos de resposta e perguntas que não foram respondidas.

#### **4.3.2 A influência do espaço na audição**

Se considerarmos a afirmação de Marshal McLuhan – de que «o meio é a mensagem» - e se tivermos igualmente em conta o local onde ocorreu a discussão e a partir do qual foi difundida, teremos de assinalar o carácter intensamente politizado da discussão acerca da liberdade de expressão.

O inquirido, proposto pelo grupo parlamentar que apresentou o seu requerimento, submete-se às questões dos deputados - quais jornalistas que citam declarações, contextualizam e fazem perguntas. Mas aqui, notoriamente orientadas.

No espaço, aliás, no «meio» onde ocorre a discussão, os jornalistas estão presentes, embora sem a capacidade de apresentarem as suas questões, necessárias pois desligadas de interesses político-partidários, apenas recolhendo as declarações que não foram por eles procuradas para mais tarde as difundirem.

Claro que a CESC teve uma emissão televisiva em directo, sem a intervenção jornalística. No entanto, essa transmissão não mais foi que uma mera comunicação política, em que os inquiridores se digladiavam intermitentemente – por o debate estar proibido –, na busca de identificação para as suas ideias, mais do que tudo o resto. Todavia, como já mencionámos, não era esse o seu interesse único: tinham igualmente o

objectivo de discutir o tema para fazerem surgir conclusões, debatiam-se sobre o panorama mediático português e as ingerências de poder político e económico na sua relação com os *media*.

Por conseguinte, se juntarmos todas estas ramificações em que a Comissão se dividiu, percebemos que existe um tecto comum, tão ou mais influente que a temática por que se regia - «exercício da liberdade de expressão em Portugal -, que foi perceber qual o poder dos *media* portugueses. Algo unânime na premência do estudo, e útil aos integrantes do campo político.

Ainda assim, podemos alegar que a discussão não tinha esta orientação em pano de fundo, nem como posição destacada. Mas não é ilusório afirmar que também permitiu esta obtenção, caso tenhamos em conta a multiplicidade de vertentes em que se foi dividindo.

É sabido, como já discutimos anteriormente, que os políticos utilizam a autonomia e a independência jornalística para coarem a sua mensagem *interesseira*, e assim a dotarem de um valor de confiança que muitas vezes é duvidoso em face de partir de um órgão partidário. Desta forma, esta Comissão serviu também – e este aspecto esteve sempre em cena -, para perceber qual o grau de autonomia dos *media* em face do poder político e, particularizando, do poder partidário. Com efeito, foram até discutidos os acontecimentos em que essas pressões aconteceram, o que redundou na descrição da forma como foram realizadas, tal como na forma como reagiram os profissionais da área dos *media* a essas tentativas. Elementos suficientemente indicativos para futuros procedimentos.

#### **4.4 Súmula e reflexão sobre alguns temas em debate**

##### **4.4.1 Sócrates e o alegado controlo em Comissão**

Quanto ao tema central da nossa dissertação – a relação de José Sócrates com os *media*, à luz da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura -, os inquiridos são unânimes na má relação que o primeiro-ministro tinha com os órgãos de comunicação social. Por tal, entenda-se a preocupação intensa sobre o que era publicado ou sobre o que supostamente iria sê-lo.

São vários os convidados que indicam a péssima relação que o primeiro-ministro tinha com os *media*, de que são exemplo José Eduardo Moniz, João Maia Abreu e

Henrique Monteiro, considerando este último que José Sócrates foi o primeiro-ministro que teve a pior relação com a comunicação social dos demais.

Com recurso a dados que resultaram de dois inquéritos feitos a jornalistas portugueses, o presidente do Sindicato, Alfredo Maia, destaca a quantidade de respostas positivas que as perguntas sobre a existência de um plano para controlar a comunicação social, e a manipulação intentada pelo primeiro-ministro, tiveram por parte dos inquiridos.

Tanto José Eduardo Moniz, como Francisco Pinto Balsemão estão de acordo na existência de um plano governamental para o controlo dos meios de comunicação social nacionais. O segundo explica que a referência pública do primeiro-ministro a algumas personalidades que lhe eram adversas na comunicação social teve como intuito mostrar o desagrado que sentia, conseguindo em muitos casos silenciá-los. Algo a que JEM anui, mas considerando que a pressão só funciona a quem lhe cede.

O próprio presidente da ERC, Azeredo Lopes, faz referência às declarações públicas do primeiro-ministro quanto a órgãos de comunicação social portugueses, considerando legítimo que sejam proferidas, no quadro da Liberdade de Expressão, mas lembrando que provinham do primeiro-ministro de Portugal, ou seja, tinham um peso diferente das declarações de qualquer outra personalidade. Opinião que é também partilhada pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas.

Os directores do *Público* e do *Expresso* afirmam veementemente a preocupação do primeiro-ministro com informação que lhe poderia ser prejudicial, fazendo ambos referência a telefonemas para os dois jornais, não com o intuito de esclarecer ou contrariar determinada informação – como seria legítimo –, mas sim com o objectivo de que ela não fosse publicada. Ambos afirmam igualmente a existência de represálias por não terem cedido aos pedidos do primeiro-ministro, acontecendo ameaças e traçar de cenários por José Sócrates, segundo José Manuel Fernandes, do que poderia advir da publicação da notícia.

Quanto ao desagrado público demonstrado por José Sócrates quanto a alguns *media* (por exemplo nos dois trechos de discursos que atrás analisámos) e o efectivo controlo ou opções de responsáveis de cargos de chefia dos *media* que tendessem nesse sentido, os convidados não conseguem provar a sua existência, relacionando o seu discurso com base em associações de acontecimentos e atitudes, mas não arriscando culpabilizar directamente o primeiro-ministro na produção de uma ordem directa e

abrupta que tivesse esse efeito. Em suma, não é apresentada na CESC uma prova de efectivo controlo, sendo apenas destacadas as alegadas intenções.

O afastamento de José Eduardo Moniz da direcção-geral da TVI foi entendido (ainda que não comprovada) como uma ingerência do primeiro-ministro nos desígnios da estação privada, através dos seus administradores espanhóis, com o intuito de afastar o jornalista desse cargo. No entanto, Moniz, em audição, não pretende fazer essa conjugação de factores, ainda que os dados que apresenta para tal conduzam a essa conclusão, que corrobora a opinião do parágrafo anterior, visto os dados apresentados, como indica, tanto permitirem tal interpretação como a hipótese de a afastar liminarmente. Partilhando João Maia Abreu da mesma opinião quanto à proveniência das ordens, embora não tendo provas reais da sua origem.

#### **4.4.2 Sobre o ‘caso Mário Crespo’**

Acerca da não publicação da crónica do jornalista Mário Crespo - procedimento que o jornalista classificou de censura - ocorreram várias opiniões nas audições, embora, mais uma vez, nenhuma coadune tal resultado com as alegadas movimentações do primeiro-ministro. Sendo apenas discutida a opção que José Leite Pereira, director da publicação, tomou.

Pinto Balsemão indica que se estivesse na posição de director do *Jornal de Notícias* não teria recusado a crónica de Mário Crespo. Por seu turno, José Eduardo Moniz classifica de “insensatez” o facto de José Leite Pereira ter recusado a publicação da crónica. O à época director do *Expresso*, Henrique Monteiro, indicou que teria publicado a crónica.

#### **4.4.3 Sobre encerramento do *Jornal de Sexta***

Não sendo o jornalismo praticado pelo *Jornal de Sexta* consensual quanto à correcta execução dos critérios jornalísticos, foram alguns os inquiridos que teceram comentários acerca do teor do mesmo, tal como quanto ao seu encerramento.

Francisco Pinto Balsemão refere que a intenção de compra da Media Capital pela PT fazia parte do plano de José Sócrates em controlar os órgãos de comunicação social que lhe eram adversos, com o objectivo de lhes corrigir a linha editorial. O proprietário do grupo Impresa explicou em audiência que as características do *Jornal de*

*Sexta* não eram do seu agrado enquanto espectador, por conterem demasiada opinião mesclada com os factos, mas que no grupo que dirige tal encerramento ilegítimo não teria acontecido.

Por seu turno, José Eduardo Moniz relata que os conteúdos eram o problema do *Jornal de Sexta*, pois afirma que o estilo de apresentação teria sido alterado, caso tivesse sido solicitado à *pivot*. Defende ainda que o esboçar de considerações que o primeiro-ministro fez acerca do telejornal tinha como intuito funcionar como pressão, embora sem resultados para grande parte dos profissionais da casa. O ex-director-geral indica igualmente que a sua saída seria premente para a alteração da linha editorial da estação, principalmente no que ao *Jornal de Sexta* diz respeito. Embora tendo saído por vontade própria, Moniz explica que as pressões para que o fizesse foram enormes.

Ainda que sendo crítico do tipo de jornalismo praticado no telejornal da TVI que temos vindo a referir, Henrique Monteiro não tem dúvidas em afirmar que a sua cessação foi contrária à norma, visto ter ocorrido ingerência da administração em decisões exclusivas da direcção de informação. Sendo esta a opinião também defendida por Mário Crespo.

Em resultado desta decisão da administração, João Maia Abreu apresentou a demissão do cargo de director de informação. Por, justifica, a sua opinião quanto ao telejornal não ter sido tida em conta e as suas funções terem sido desautorizadas

#### **4.5 O relatório final – reflexões sobre as conclusões da CESC**

Parte integrante do documento final, o relatório que faz uma súmula e reflexão sobre as temáticas debatidas nas audições torna-se bastante útil para compreendermos, analisarmos e cruzarmos com as concepções que fizemos quanto às audições a que assistimos.

Rita Rato, deputada do Partido Comunista Português, foi a relatora deste documento, em que inicia descrevendo de forma genérica os trabalhos realizados em Comissão, tal como apresenta um quadro com os inquiridos e respectivos grupos parlamentares que lhe requereram a presença. De forma útil, o relatório apoia-se em declarações dos inquiridos para compor o texto, de pendor notoriamente conclusivo por associação, acerca dos trabalhos que foram realizados no âmbito da CESC.

Lembramos que o tema central da CESC foi «o exercício da Liberdade de Expressão e de Informação em Portugal», sendo o relatório iniciado pela teorização

destes dois conceitos, problematizando acerca dos critérios por que se regeram as audições, e por que se irá reger o texto conclusivo. Para isso, cita Azeredo Lopes, que distingue e aproxima os dois conceitos.

São igualmente referidos no texto os momentos em que a Constituição da República Portuguesa identifica e define as ideias que lhes estão subjacentes; elementos úteis na confrontação com as denúncias que foram feitas pelos inquiridos.

Apresentando uma reflexão acerca das acusações feitas nas audições, este ponto inicia-se com a referência às denúncias que foram feitas quanto à intervenção do Governo na comunicação social portuguesa. Ingerência de índole diversificada, indica, e sempre apresentando um conluio entre o poder económico e o poder político, com vista a condicionar a informação.

São apresentadas as denúncias e acusações feitas por José Manuel Fernandes (algumas das quais coincidentes com as que apresentamos no espaço reservado às audições nesta dissertação) que evidenciam a animosidade do Governo, e especificamente do gabinete do primeiro-ministro, com o jornal *Público* em particular e com a comunicação social que lhe era adversa, em geral.

No entanto, o próprio José Manuel Fernandes, devidamente citado, explica que este não é o primeiro Governo a ter problemas com a comunicação social; ideia partilhada por Henrique Monteiro, igualmente parafraseado neste relatório.

As declarações do último evidenciam uma obsessão do primeiro-ministro com a comunicação social, tal como uma preocupação extremada em que certa informação não fosse publicada. Henrique Monteiro conta que José Sócrates telefonou-lhe directamente, pressionando-o para que o *Expresso* não publicasse determinada informação.

São também referenciadas no relatório as declarações de Henrique Monteiro quanto aos problemas que o *Expresso* teve no acesso a determinada informação governamental. Algo entendido como sintomático da contrariedade realizada, ao ser publicada informação adversa pelo jornal.

É igualmente citada a declaração de José António Saraiva relativa à ameaça que a administração do BCP fez à redacção do *Sol*, para que informação que pudesse prejudicar politicamente o líder do Executivo não fosse apresentada, ameaçando um corte de capital económico caso tal acontecesse. Algo que, denunciado pelo director deste semanário, em audição, se foi sentido – o que quase levou o *Sol* ao encerramento.

Francisco Pinto Balsemão também é citado nas suas palavras em que refere os problemas que os meios de comunicação social tiveram com os diversos governos, algo

que Balsemão também sentiu enquanto proprietário de *media*. No entanto, as declarações referentes à intensificação destas tendências por parte do Executivo de José Sócrates não são mencionadas no texto conclusivo, pese embora a forte crítica e denúncia que o fundador do *Expresso* faz na sua inquirição, ao afirmar que o Governo teria um plano maior para controlar toda a comunicação social.

O director do *DN*, João Marcelino, é citado nas declarações que faz acerca do interesse de sucessivos governos quanto à informação jornalística. Mas que também distingue este Governo dos demais, na perspectiva que faz do primeiro-ministro em procurar aprofundar tal animosidade.

É evidente que neste momento do documento a relatora utilizou apenas declarações de directores de *media*, nomeadamente da imprensa escrita – *Público*, *Expresso*, *Diário de Notícias* e *Sol*. Dando uma maior relevância aos dois primeiros, entendidos no senso comum como jornais de referência - um diário e o outro semanário. Aludindo também à opinião de Paulo Baldaia – director de informação da TSF – que considera a existência de pressões políticas algo “natural” neste meio.

Há que assinalar que não há uma procura pela relatora de camuflar acusações específicas, nem de singularizar as acusações, algo evidente pela pluralidade de personalidades que cita.

Com efeito, Azeredo Lopes, presidente do conselho regulador da ERC, é citado como autoridade maior no que diz respeito à comunicação social – consequência positiva do cargo que ocupa, e da audição prestada. Surge nesta fase do texto como alguém que corrobora os conceitos inicialmente apresentados, duplamente, e como esclarecedor do paradigma que se augura.

Na fase seguinte do documento são reflectidas e esclarecidas as ramificações que o tema maior teve em Comissão. Temas estes ligados às condicionantes que as duas liberdades podem sofrer, e utilizados como meio para que tal não se realize.

Ao longo das audições, os inquiridos foram apresentando alguns casos específicos em que isto ocorreu. Todavia, nunca é explicado que a informação foi prejudicada, mas sim a parte hipotética do caso. No entanto, há que reflectir que houve esse objectivo de condicionamento, mas logo respondido e evitado pelos directores de informação ou jornalistas, segundo consta.

Salienta-se igualmente o facto da transparência dos órgãos de comunicação sociais não serem devidamente esclarecidos quanto a quem são os seus proprietários e,

assim, contradizendo uma norma constitucional para este meio – a transparência. É especialmente referenciado o jornal *Sol*, que no panorama nacional é sobre quem menos se sabe quem são os detentores. Consideramos este ponto fundamental para compreendermos a independência dos *media* quanto a factores económicos preponderantes e inteiramente ligados com a autonomia editorial que postulam.

O ponto seguinte, relativo à concentração empresarial em Portugal, identifica os cinco principais grupos detentores de empresas de *media* nacionais, apoiando-se num relatório da ERC como forma de introdução à ideia de concentração empresarial. O próprio presidente da entidade é citado: afirmando que não existe concentração empresarial em demasia em Portugal, nem que tal factor possa ser danoso para a independência dos conteúdos. Ideia que o Sindicato dos Jornalistas, também citado, contraria, entendendo que a concentração empresarial não só pode ser danosa para a informação, mas também para a profissão de jornalista. Ao a classe sair prejudicada, explica, tal proporcionará também uma perda de diversidade e de pluralismo no acesso à informação pelos cidadãos.

Como exemplo da intervenção do poder económico na área restrita à direcção de informação, a relatora alude ao encerramento do *Jornal de Sexta* da TVI, causada, segundo o consenso das diferentes personalidades presentes em audiência, por determinação do presidente da Administração. Para o caso é citado João Maia Abreu, ex-director de Informação da TVI, onde explica que apresentou a sua demissão após uma interferência ilegítima, tal como considerou que tal encerramento deveria estar ligado a José Sócrates, por solicitação deste.

Continuando a reflectir acerca dos factores económicos relacionados com os *media*, debate-se sobre as determinações que a publicidade, estatal ou não, pode ter relativamente aos desígnios dos meios de comunicação social. Referindo, através de declarações de Henrique Monteiro, de José Manuel Fernandes e de José António Saraiva, três incidências (quase determinantes) que ocorreram com as publicações que dirigiam, relacionadas com inserções do poder governamental, com o fito de prejudicar a autonomia económica.

Também se apresenta um ponto de reflexão acerca dos vínculos laborais ténues dos profissionais de jornalismo e do peso que tal facto tem no processamento de boa informação. Assunto em que não nos alongaremos, mas que consideramos importante referir.

A preponderância que certas empresas públicas têm nalguns *media*, e a forma como o financiamento publicitário é feito, também é um factor referido por Henrique Monteiro e José Manuel Fernandes e apresentado neste ponto do documento. Exaltando o peso que o Governo pode ter nas linhas editoriais de determinados órgãos, através de via não visível mas indelével.

A opinião da relatora é um ponto distinguido estruturalmente dos restantes períodos do relatório, inclusivamente das conclusões gerais que redigiu. Todavia, tal não resulta em declarações dissonantes em relação às demais conclusões apresentadas neste relatório. Rita Rato aponta a união de esforços entre poder económico e poder político na realização de interesses comuns, ajudando-se mutuamente com vista a condicionar e a tornar favorável a informação que lhe é afectada.

Refere igualmente as sucessivas perdas de regalias que a profissão de jornalista tem sofrido, nomeadamente a precariedade laboral. Tal como aponta o Código de Trabalho e as alterações ao Estatuto de Jornalistas como elementos que em muito prejudicaram a classe.

Apontando novamente para as conclusões que as audições permitiram obter, a relatora refere os sucessivos ataques que a Liberdade de Expressão e de Informação têm sofrido: “o direito a uma informação livre, diversa e isenta está cada vez mais diminuído.”

Propõe, para que as condicionantes que temos vindo a citar sejam contornadas, a existência de *media* de serviço público, plurais quanto aos suportes em que se apresenta a informação. No entanto, postula que deve ser afastada a governamentalização de tais órgãos de comunicação social, tal como a partidarização dos mesmos. Tal como incita a que sejam seguidas medidas que afastem os cenários coercivos que diferentes personalidades apresentaram em audição.

Nas conclusões que a CESC introduz é assinalada a singularidade que teve em Assembleia da República um conjunto de trabalhos deste género, quer pelo manancial informativo que as audições permitiram obter - através da prestação de declarações de personalidades reconhecidas ligadas com os *media* -, quer pelas denúncias que foram feitas, permitindo conhecer de forma exemplificada a miríade de condicionantes que afectam o meio.

É igualmente reconhecida a inevitável disparidade de opiniões e de visões apresentadas relativamente a um determinado assunto, mas a CESC reconhece que as 34

personalidades ouvidas em muito contribuíram para o aprofundamento dos temas em análise.

Ainda que na primeira parte deste relatório que está a ser discutido seja apresentada uma súmula dos assuntos debatidos, sustentando-se opiniões através das citações apresentadas, só nesta última parte, que foi antecedida pela opinião da relatora, se postulam as conclusões finais, especificando-se os casos referidos. No entanto, as conclusões atingidas são fruto do (quase) consenso que a perspectiva destes temas teve na soma das audições.

Relativamente ao encerramento do telejornal apresentado por Manuela Moura Guedes, refere-se a ilegalidade da intervenção de um membro da administração na área do director de informação, identificando-a com uma inserção perniciosa do poder económico.

Quanto à realização de Liberdade de Expressão em Portugal, é indicado que muitos factores apresentados nas audições mostraram que existem bastantes elementos que promovem que seja diminuída e que tem vindo a ser notoriamente reduzida nos últimos anos, “carecendo de mecanismos de aperfeiçoamento face a novas realidades”.

Relativamente à transparência de propriedade de órgãos de comunicação social, as conclusões da CESC apontam para o incumprimento de tal factor, explicando que o poder económico, com especial determinação nos contornos dos *media*, toma um papel prejudicial para a boa informação. Justificam que tal interacção “está patente na forma como em cada um destes se envolve e procura influenciar e determinar o conteúdo da informação produzida”, de que os relatos presentes nas audições são exemplos suficientes. Todavia, é mencionado que esta relação não é algo que se restrinja ao Executivo de José Sócrates.

As conclusões da CESC dão especial ênfase às incorrecções que têm vindo a ser feitas quanto ao financiamento publicitário. Não só o estatal, mas também de empresas privadas; “O conjunto das audições veio a confirmar uma crescente ligação entre compra de publicidade e conteúdos informativos, apontando a necessidade de critérios para aquisição da publicidade pelo Estado, bem como a divulgação da distribuição desse investimento.”

É inclusivamente sugerido que a Assembleia da República aprofunde e especialize a legislação exigente para regular tais procedimentos, nomeadamente o financiamento proveniente do Estado.

Por último, devemos mencionar que ainda que as conclusões redigidas não sejam um documento exaustivo e representativo do que nas audições aconteceu – por também não ser o objectivo desse texto -, são compostas por uma sùmula que consideramos oportuna das principais questões aí debatidas; não se resumindo a uma componente documental, isto é, ao poder-se julgar que seria uma espécie de acta do que nas audições foi debatido, integra-se de apelo a que as temáticas que apresenta e discute continuem a ser debatidas noutros espaços e que se procurem soluções para as problemáticas que destas carecem.

## Conclusão

Ao trazermos para diálogo o “Índice de liberdade de expressão”<sup>15</sup> produzido pela organização internacional *Repórteres sem fronteiras*, podemos facilmente relacionar a variação destes dados com o período identificado com as duas legislaturas sócráticas e de que forma tais dados são sintomáticos do momento difícil que a profissão de jornalista atravessou.

No ano em que José Sócrates foi eleito (2005), Portugal ocupava o lugar 23 em tal índice, e os dois anos seguintes foram de crescimento na tabela, ao passar para o lugar 12 e, depois, para a posição 10. Todavia, no ano de 2008 a queda no índice começou a esboçar-se, ao se colocar no lugar 19, só acentuado pelo ano seguinte (2009), em que atingiu o representativo posto – 32ª posição. Como é sabido, o ano 2009 foi pródigo em casos que exacerbaram a tempestuosa relação do Executivo com os *media* nacionais. Foi o ano dos polémicos discursos que atrás analisámos, do encerramento do *Jornal de Sexta*, da tensão (em variadas formas) entre políticos e jornalistas e, perto do fim, das eleições legislativas.

Se a queda abrupta no índice representa a diminuição da Liberdade de Expressão que os jornalistas portugueses foram sofrendo – pois o índice é obtido através da resposta destes profissionais a um questionário formulado pela citada organização -, para tal decréscimo contribuem diversos factores, quer internos quer externos à empresa em que desenvolvem o seu trabalho, tal como à sua posição no campo jornalístico. Por conseguinte, consideramos que a resistência a pressões deve igualmente ser tida em conta numa análise deste teor, visto ser sintomática da qualidade do profissional que se digladiava com as ofensivas cerceadoras que o compelem a variar determinada informação. No caso de esta resistência ser concretizada, ao ser evitada uma permeabilidade conciliadora a intenções ocultas, resta efectivamente “espaço” para que o profissional se consiga *expressar* nos ditames requeridos.

À semelhança do que acontece na acção política ou na intervenção social, o jornalismo constitui, por definição, um exercício crítico; e contém – é da sua essência – frestas por onde a redacção, enquanto colectivo, e até o profissional individual podem (um ponto de vista mais normativo sustentará: devem) fazer sair/emitir mensagens de independência e de libertação. (Gomes 53)

---

<sup>15</sup> Press freedom index. Disponível em: <http://en.rsf.org/press-freedom-index>

Com efeito, podemos facilmente contrapor que no caso em estudo foi o que aconteceu, ou seja, os jornalistas primaram por denunciar as pressões (legítimas ou ilegítimas) que vinham sentindo. E, assim, com essa abertura que conseguiam, denunciar as más práticas do líder do Executivo, José Sócrates.

Tendo esta asserção a imagem de verosímil, a verdade nela presente não é a parte dominante, pois, como vimos, a denúncia foi dos jornalistas mas a cedência a pressões foi dos detentores de cargos de chefia, direcção ou administração, no meio, não directamente mencionados quando se procuravam depositantes para se inculcar as culpas (na maioria das vezes), dada a proximidade e poder que detêm sobre quem denuncia, mas implicitamente referidos quando se denunciavam os préstimos ou intenções de Sócrates quanto aos *media*. Ainda assim, existem excepções, mas o nosso discurso vai no sentido de nunca ser desligada a opção dos administradores, por parte dos jornalistas, da actividade do primeiro-ministro, como se os desresponsabilizassem por uma atitude que só a tomaram por acatamento.

As pressões só alcançam resultados quando a mínima cedência que seja for conseguida. No entanto, tal não significa que o profissional de jornalismo tenha de ser blindado a todas as pressões que o procuram (que são em grande parte naturais), pois a convivência e aproximação com determinados actores sociais permite-lhe tomar conhecimento de informações importantes, como no caso da política, ainda que em terreno arriscado; “Dentro deste sistema de controlo das impressões, os jornalistas da área política são semi-internos. Isto cria um número de tensões e mesmo de contradições para os jornalistas.”<sup>16</sup> (Louw 21)

Se os resultados da CESC apontam para a dificuldade que existe em perceber no momento se determinada recolha de informação não foi completa, por as condicionantes existirem e não serem visíveis, ao estarem já presentes na fonte primeira, ressaltou-se a premência que existe em evitar que diversos factores que para tal contribuíram, de que são exemplo o peso que o poder político e económico possuem quanto ao ângulo de determinada informação. Ou seja, foi proposto que sejam tomadas medidas sérias que contribuam para a limitação da elevada concentração empresarial, da eliminação da falta de transparência quanto aos proprietários, e da precariedade laboral do jornalista.

---

<sup>16</sup> Em inglês, no original: “Within this system of impression management, political journalists are semi-insiders. This creates a number of tensions and even contradictions for journalists.”

Desta forma, se os pressupostos genéricos que avisam para as ofensivas que a informação sofre e que impõem uma regulação positiva mais rígida do mercado dos *media*, a larga discussão que a CESC comportou fornece de elementos e descrições práticas – e consequentemente visíveis –, das idiossincrasias que ocorrem neste meio. Assim, o foco problemático avisa para futuros procedimentos incorrectos, como referimos, mas também permite ao profissional equipar-se de um manual que o preparará para ocorrências possíveis.

Para além destas utilidades, as audições servem como repositório para recolhermos testemunhos sobre o que alegadamente se pretendia que acontecesse, sobre o que se testemunhou que ocorreu e serve igualmente para fazer a ligação – ainda que não nítida –, com as supostas intenções do primeiro-ministro.

Se as palavras de José Sócrates contêm um desejo de acção relativamente aos *media*, afirmando, acima de tudo o mais, que se impunha uma mudança quanto à cobertura que vinha a ser feita a determinados temas, nomeadamente quanto aos em que era referido, a prestação de testemunhos em audição procurou proporcionar a associação que existe entre estas duas actividades, mas de outro ponto de vista: que José Sócrates tudo fez para reorientar os *media* e, em caso limite, silenciar vozes adversas. Ou seja, mostrando a intensificação que o seu acompanhamento (normal) da comunicação social tomou, ao mostrar intenções de nela intervir para a alterar.

Através das acusações que os profissionais de comunicação social fizeram na CESC, podemos perceber que o primeiro-ministro mostrou uma grande preocupação com a mensagem difundida, nomeadamente para com os temas que lhe pudessem ser danosos politicamente, tentando estancar a mensagem jornalística, relatam, antes que a emissão tivesse ocorrido.

Em temas que lhe são afectos, e que podem prejudicar a sua imagem política, de acordo com as declarações de terceiros feitas nas audições, José Sócrates tenta eliminar tais notícias antes que surjam na esfera pública, ou, quando difundidas, evitar que se aprofundem. Com efeito, o governante não mostra intenções em apresentar o contraditório, confirmando ou tirando o crédito a notícias em que se vê incluído, mas sim em dar-lhe o mínimo de visibilidade possível, com a não aparição da sua *persona* política – primeiro-ministro –, que só por si traria uma nova dimensão à notícia, mas em também movendo esforços para que a notícia não se desenvolva, através de telefonemas para jornais (por exemplo), evitando assim que se aprofunde e que mais órgãos de comunicação social publiquem sobre a mesma temática.

Desta forma, a atenção desmesurada que dá a determinada informação que a si se refere, denota uma preocupação com os resultados que o seu alastramento e apreensão pela opinião pública poderão comportar. Ou seja, informações como o caso da licenciatura ou de obras por si assinadas no norte do país poderão ter um peso preponderante no assegurar da sua continuidade, isto é, podemos perceber que há uma grande preocupação com a legitimação do poder.

Embora saído de uma maioria absoluta, que, lembre-se, é o resultado de uma eleição em que o partido vencedor tem sobejamente mais votos do que os adversários, e consequentemente uma maior autorização popular quanto às tomadas de decisão em Assembleia da República, José Sócrates denota uma procura extremada em várias notícias que lhe possam vir a tirar força. No entanto, podemos reflectir se tais temas serão preponderantes em segundas eleições, visto coabitarem com o trabalho que ele foi desenvolvendo durante a primeira legislatura e este se destacar em relação ao seu passado de decisões incoerentes. Isto é, se o préstimo enquanto primeiro-ministro poderá fazer esquecer maus procedimentos passados; de quando não o era.

Por conseguinte, “A legitimação é a dimensão do processo que mais obviamente envolve os *media*. Porém, nas democracias liberais contemporâneas, o impacto dos *media* nos processos políticos tornou-se mais profundo do que um simples mecanismo de legitimação.”<sup>17</sup> (Louw 9)

Nesta senda, e embora a falta de legitimação abale as bases de sustentação, o processo político através e dos *media* é mais abrangente. Assim, Sócrates percebe que ao existir o perigo da legitimação estar em risco - embora o «ataque» dos *media* rivalize com a aceitação que obteve nas urnas -, nas próximas eleições (2009) estando a legitimação diminuída e aprofundando-se o impacto que os *media* possam ter para além deste fenómeno, este sim, o cercear da sua legitimação vinda de varias frentes, poderá ser temível para um bom resultado eleitoral.

Como demonstrámos anteriormente, os políticos estão conscientes dessa aura de importância que os órgãos de comunicação social permitem e que impõem na opinião pública. Se os *media* são o principal e quase único instrumento em que a população procura informar-se, o que aí está, do ponto de vista político, não pode destronar a tentativa de consenso que o campo político augura que os *media* promovam.

---

<sup>17</sup> Em inglês, no original: “legitimation is the dimension of the process most obviously involving the media. However, in contemporary liberal democracies, the media’s impact on political processes has become much wider than a simply a legitimation mechanism”

Todavia, se os *media* mostram e exacerbam a preocupação com a informação e com a vida das populações, os políticos ultrapassam os órgãos de comunicação social nessa referência constante aos cidadãos. Tais referências são inclusivamente processos de legitimação, pois o povo os elegeu e deu-lhes mandato para agirem conforme a vontade popular, visto serem os seus representantes – ou futuros candidatos a representantes. No entanto, quando muitas das tomadas de posição não são consensuais e podem criar celeuma entre os cidadãos, os *media*, na sua atitude de perscrutação enquanto contrapoder, insurgem-se fazendo-lhe referência. Os políticos, por seu turno, alegam a *autorização* popular que lhes foi dada, e justificam tais decisões duras apenas como algo necessário para a melhoria de vida das populações.

Ou seja, se os *media* tentam aproximar as pessoas do centro das ocorrências da esfera pública – pois assim deve ser feito e as audiências o exigem – os políticos inserem-nas voluvelmente no processo político, ou melhor, agem de modo a que as pessoas se sintam próximas e integradas, mostrando que eles apenas são os seus mandatários quanto às tomadas de decisão, isto é, o povo é quem dirige o processo político: “Porque a democracia liberal promove a crença de que as populações (votantes) controlam o sistema político, as elites que o integram devem constantemente desviar a atenção da existência de um sistema de dois níveis – os que verdadeiramente a integram (a elite que governa) e os que estão de fora (os que são por essa governados).”<sup>18</sup> (Louw 12) Exemplo disso é o discurso de Espinho, em que Sócrates coloca os portugueses no diálogo, apresentando-os enquanto omniscientes e juízes justos quanto ao que ele próprio tem sofrido e ao que a comunicação social e outros oponentes lhe têm infligido injustamente.

Tal acontece, em democracia, para que as pessoas sintam um equilíbrio quanto à governação estatal. Os políticos foram por si eleitos para os governar, mas aqueles não podem sentir esse controlo extremado, e a forma de a classe política manter essa sensação é de nunca afastar o povo das decisões. Pois, como já aconteceu em várias ocasiões na recente democracia portuguesa, um governo isolado – isto é, distante e desagradado pelo povo – não tem grande futuro governativo. Porque não só os outros partidos acentuam o descontentamento, incorporando e intensificando esse desagrado popular, como os *media* reportam tal situação, agravando o processo, em espiral (e

---

<sup>18</sup> Em inglês, no original: “Because liberal democracy promotes the belief that mass citizens (voters) control the political system, the ‘insider’ elites must constantly deflect attention away from the existence of a two-tiered system of insiders (the ruling elite) and outsiders (the ruled)”

muitas vezes justificado), até ser eliminada a grande fatia que ainda é favorável ao governo. Os *media* têm, a nosso ver, uma força importante na queda de um Governo. Pode não ser imediata, mas o seu peso é decisivo. E os governos sabem-no.

Por conseguinte, o PSD, neste momento crítico para o PS, decidiu exacerbar essa discrepância. Isto é, esse afastamento e hiato entre o povo e o Governo que o representa; Não só fazendo notar em Assembleia da República, e no requerimento que produziu, ao apontar o quanto o povo português começava a temer este Governo, visto que alegadamente pretendia controlar a comunicação social para os manter afastados de uma informação real, e fazendo pressão sobre os jornalistas – cidadãos comparáveis a qualquer português – lhes tirava a margem de manobra que os permite votar e elegê-lo, pois já estavam controlados à partida. O PSD pretendeu reavivar que os povos não elegem governos para serem controlados contra a sua vontade. A democracia baseia-se na aceitação de normas comuns, estabelecidas constitucionalmente, e que devem ser cumpridas, daí serem as democracias mais fortes, não só as mais legisladas, mas as que o povo sente uma maior empatia com quem elegeu para o governar.

Um dos objectivos desta dissertação foi mostrar a força que as palavras ainda contêm nos nossos dias. Se por vezes consideramos que as palavras e os actos de uma só pessoa se confundem – caso essa seja coerente -, ou que estão em grande parte dos casos desligadas, ao não corresponderem, este trabalho visou demonstrar que as palavras de um indivíduo – pese embora que de importância hierárquica destacável – foram preponderantes nos actos de terceiros, ainda que não existam provas que facilmente conectem esses dois factores.

Para demonstrarmos a aproximação que existiu entre as palavras do primeiro-ministro e as atitudes de terceiros, alegadamente em consonância com as intenções do primeiro, a Análise Crítica do Discurso foi-nos fundamental; permitindo investigar nas diversas camadas do discurso sócrático e colocá-las em diálogo com as alegadas denúncias feitas em Comissão. E, em resultado disso, mostrar a aproximação que existe entre esses factores. Em suma, não conseguimos provar a relação entre as críticas e as atitudes (por não existir, como já referimos, um testemunho que as reconheça), mas podemos deduzi-las, em consonância com o que fazem várias personalidades ouvidas na CESC, mas com mais factores: obtidos através da ACD.

Enquanto as palavras indiciadoras de um primeiro-ministro continuarem a pesar contrariamente nas decisões de terceiros, que acatam ordens por as compreenderem em críticas, algo vai mal na resistência que se esperava nos profissionais de *media*, ainda

para mais com destacados cargos no seio empresarial em que operam, isto é um exemplo pernicioso para quem está abaixo de si, quem trabalha com a informação – um artigo delicado que deveria ser protegido vitalmente, com principio de defesa do proprietário, que deveria ser exemplar na sua salvaguarda.

Em entrevista recente (Jornal *i*, 20/21 Julho 2013) Manuela Moura Guedes fala da precariedade laboral dos jornalistas e da forma como este factor afecta o seu trabalho:

Consigo perceber que há muitas limitações de ordem financeira . . . Mas se resistirem ao medo o jornalismo pode ser de outra forma, e as empresas e os políticos começam a respeitá-lo mais. É normal que façam pressão, o que não é normal é que se ceda às pressões. Como não é normal que as empresas em vez de defenderem quem lá trabalha cedam aos políticos.

Podemos perceber nas suas palavras que se refere ao seu próprio caso para generalizar acerca de uma categoria de opções que exercem todos os *media*. Assim, facilmente pode ser entendido que a permeabilidade das empresas de *media* face ao poder político é elevada, alastrando essa componente temerária a toda a estrutura, ou seja, afectando inclusivamente a informação com que os jornalistas trabalham, que lhe temem os efeitos, por perceberem que a própria administração da empresa onde operam não é resistência suficiente e, assim, lhes *ensina* a que também não a façam.

Comecemos pela única certeza: o *Jornal de Sexta* da TVI, apresentado por MMG, foi encerrado em Setembro de 2009. Da óptica da *pivot* e do director-geral da estação, tal aconteceu devido a ingerências, ainda que não indicando nomes no caso do segundo, do poder político na esfera da comunicação social. MMG não tem dúvidas em afirmar que José Sócrates foi preponderante neste processo.

Temos de ter em conta o carácter polémico desse mesmo espaço informativo, não só quanto às características que a apresentadora inferia ao programa: quer com o recurso aos comentários que fazia no fim das peças, quer com a rivalidade que era notória entre si e os seus entrevistados, e até mesmo com o revelar de escândalos que envolviam políticos, ou destacadas figuras da esfera mediática.

Ainda que o jornalismo tenha e se pretenda esse carácter de denúncia, existem certas regras que a investigação tem de comportar para que não redunde em intromissão na vida privada, alegações sem provas fundadas ou ausência de auscultação de todas as partes mencionadas, principalmente das que são acusadas de más práticas.

Segundo a ERC<sup>19</sup>, o contraditório na TVI não acontecia devidamente em todas as peças, algo que a estação renega e que explica a ausência pela negação dos visados em participarem na investigação. Se tomarmos como certas estas declarações da TVI, há que perguntar porque não quiseram os visados contribuir para a aclaração dos factos, exercendo o direito de contraditório que lhes assiste. Certamente por não crerem na isenção no tratamento da informação.

Outro dos factos consensuais indica que foi a administração que terminou com o telejornal de sexta-feira, atitude que a ERC classifica de ilegal<sup>20</sup>, por o campo de inteira actuação da direcção de informação não ter sido respeitado pela primeira. Manuela Moura Guedes, na sua audiência na CESC, explica que o telejornal era o espaço de maior audiência da estação, que esta atravessava uma crise económica, e que, assim, as audiências se tornavam preponderantes para uma estação comercial. Ou seja, ainda que a administração tenha dito que o telejornal não ia de acordo com os pressupostos que a estação pretendia para a sua informação, por conter uma veia demasiado polémica, e contestada devido à sua seriedade, a sua posição, semanas antes, como a jornalista indica pelas citações que faz<sup>21</sup> das declarações de Bernardo Bairrão, tornam contrastante as duas posições.

Outra das alegações, ainda que não conclusiva, mas sintomática, explica que a estação não estava a conseguir financiamento junto da banca, devido à aura de tensão que a informação que produzia tinha com o Governo, o que implicava que a rivalidade fosse cessada para que a vitalidade da estação fosse alcançada. Se assim é, os discursos de José Sócrates, que fazem referência ao teor do telejornal, funcionam como pressão à administração, ou melhor, a administração entendeu-os como um aviso à sua vitalidade. Em suma, resultaram. Ou então a estação serviu-se deles como álibi à intenção de terminar com o telejornal.

Quanto às ocorrências em audiência, notámos que a tensão entre grupo parlamentar e inquirido aumentou em função do motivo por que trouxe o convidado à CESC; Se por um lado os inquiridos que se sentiram ultrajados profissionalmente pelo primeiro-ministro viam as suas declarações contestadas e descredibilizadas pelos deputados socialistas – continuadores da ideologia e defensores positivos de qualquer prática que

---

<sup>19</sup> Deliberação da ERC, datada de 27 de Maio de 2009. [www.erc.pt](http://www.erc.pt)

<sup>20</sup> Deliberação da ERC, datada de 28 de Julho de 2010. [www.erc.pt](http://www.erc.pt)

<sup>21</sup> Vide transcrição da audiência de MMG, constante em Anexo

um membro do partido faça –, por outro, os deputados sociais-democratas, apoiando vivamente as declarações do inquirido, tal como lhe procurando, através de perguntas dirigidas, acusações novas, serviram-se dos convidados como tentativas constantes de *deus ex-machina*, ao lhe procurarem, quase a cada declaração, o mau procedimento de José Sócrates para com a comunicação social.

Ainda que tenha sido produzido um relatório sobre as audições, considerámo-lo insuficiente enquanto objecto de trabalho para aferir pormenorizadamente o que na CESC ocorreu. Assim, considerámos que a visualização das audições nos daria (e deu) uma perspectiva mais completa da discussão; nomeadamente quanto à tensão entre grupos parlamentares de ideologias díspares, caso exemplar do PS e do PSD e, por vezes, com o próprio convidado – consoante a sua aproximação ou não às concepções dos grupos parlamentares presentes.

Reconhecemos que seria difícil afastar totalmente exemplos práticos de tentativas ou consumações de cessação da liberdade dos profissionais de jornalismo da discussão, e dotá-la, desta forma, de uma discussão genérica. E que, por isso, a intensa retumbância das acusações feitas ao primeiro-ministro tem justificação suficiente quanto à presença.

Resta-nos afirmar que as acusações feitas a José Sócrates, quer relativamente às constantes tentativas, quer quanto à conseguida concretização de alterar determinada linha editorial, não são acusações sem fundamento. O ex-primeiro-ministro, tanto publicamente, como em manobras privadas, sempre se preocupou em demasia (e em bastantes casos de forma intensa) em relação à informação que lhe era contrária. No entanto, como podemos observar ao longo da dissertação, não foram poucos os profissionais de *media* que continuaram essa tentativa, muitas vezes materializando-a. Por outro lado, algumas das denúncias carecem de justificação e integram o grupo dos casos que ganharam notoriedade (o mesmo não se dizendo da sua relevância), ao serem exemplos injustificados e alarmistas, sustentados pelo coro que considerava o governante um censor açambarcador, ao se relacionarem todos os resultados contrários à Liberdade de Expressão com a sua comprovada obsessão pessoal.

## Referências bibliográficas

- Benson, Rodney, e Erik Neveu (org.) *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Political Press, Malden, MA, 2005.
- Bourdieu, Pierre. *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta Editora, 1997.
- Breton, Philippe. *A palavra manipulada*, Lisboa: Caminho, 2002.
- Chomsky, Noam. *Media Control*. Westfield: Open Media, 1991.
- Correia, Fernando. *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*. Lisboa: Caminho, 2006.
- Correia, Fernando. *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editorial Caminho, 1998.
- Correia, João Carlos “Governos e *media*: o triunfo da mediatização política e a autonomia do jornalismo.” *Media & Jornalismo* 17 (2010): 145-155.
- Costa e Silva, Elsa (org.). *Os donos da notícia – concentração da propriedade dos media em Portugal*. Porto: Porto Editora, 2004.
- Costa Pinto, Rui. *José Sócrates – O homem e o líder*. Lisboa: Exclusivo Edições, 2009.
- Crespo, Mário. *A última crónica*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2010.
- Fairclough, Norman. *Analysing Discourse – Textual analysis for social research*. New York: Routledge, 2009.
- Fernandes, José Manuel. *Liberdade e Informação*. Lisboa: Relógio d’ água editores, 2011.
- Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d’ água editores, 1997.
- Garcia, José Luís (org.) *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: ICS, 2009.
- Gomes, Adelino. *Nos Bastidores dos Telejornais*, Lisboa: Edições Tinta da China, 2012.
- Halimi, Serge. *Os novos cães de guarda*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- Herman, Edward & Noam Chomsky. *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*. Londres: Vintage Books, 1994.
- Keane, John. *A democracia e os media*. Lisboa: Temas e Debates, 2002.
- Louw, Eric. *The Media & Political Process*. Londres: Sage, 2010.

- Lozano, Jorge, Cristina Peña-Marín, Gonzalo Abril. *Análisis del Discurso – Hacia una Semiótica de la interacción textual*. Ediciones Cátedra: Madrid, 1999.
- Maio, Eduarda. *Sócrates – O menino de ouro do PS*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.
- Mesquita, Mário. *O quarto equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva, 2004.
- Mill, John Stuart. *Sobre a Liberdade*. Lisboa: Edições 70, 2010 [1859].
- Milton, John. *Aeropagítica – Discurso sobre a Liberdade de Expressão*. Coimbra: Edições Almedina, 2009 [1644].
- Ramonet, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- Rebelo, José. *Formas de legitimação do poder no salazarismo*. Lisboa: Livros e Leituras, 1998.
- Rebelo, José. *O discurso do jornal – o como e o porquê*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- Schudson, Michael. *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- Schudson, Michael. *Why Democracies need an unlovable press*. Cambridge: Polity press, 2008.
- Sousa, Helena (org.). *Comunicação, Economia e Poder*. Porto: Porto Editora, 2006.
- Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*. Lisboa: Vega, 1999.
- Van Dijk, Teun A. (org.). *Discourse as social interaction : discourse studies : a multidisciplinary introduction*. London: Sage Publications, 1998.
- Weber, Max. *A política como profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- Wittgenstein, Ludwig. *Aulas e Conversas*. Lisboa: Cotovia, 2009.
- Woodrow, Alain. *Informação Manipulação*. Lisboa: Publicações D. Quixote, tradução, notas, anexos, recolha de depoimentos e adaptação de José Manuel Barata-Feyo, 1991.

## **Outras fontes**

- Audições em formato áudio e vídeo:  
<http://www.parlamento.pt/sites/com/XIleg/13CESC/Paginas/default.aspx>
- Relatório das audições realizadas na CESC no âmbito da Liberdade de Expressão e Liberdade de Imprensa:  
<http://www.parlamento.pt/sites/COM/XILEG/13CESC/Paginas/RelatoriosActividade.aspx>

## **Anexos**

### **Transcrição de audições**

#### **1. Francisco Pinto Balsemão**

O grupo parlamentar do PSD, partido requerente da presença de Francisco Pinto Balsemão na Comissão, deu início às perguntas, pelo deputado Pedro Duarte.

O deputado social-democrata começa por explicar que a Liberdade de Expressão existe em Portugal, e que as maiores provas disso são a liberdade que existe pelo facto de as pessoas se poderem expressar nos jornais, e no caso em questão, na Assembleia da República. No entanto, diz que isso não invalida que esteja em curso uma tentativa de condicionamento da Liberdade de Expressão.

A primeira e única questão do deputado para o líder histórico do seu partido incita a que Balsemão opine acerca do momento que a comunicação social tem vivido nos “últimos anos”, e da relação desta com o poder económico e com o poder político. Pinto Balsemão pede à audiência que lhe permita responder a esta pergunta “muito genérica” com mais algum tempo.

Fala em dois cenários, o primeiro de controlo da comunicação social, que, indica, teria dez pontos necessários à sua consumação, iniciados com o governo Sócrates: 1. Produção de legislação referente à comunicação social (que limite as empresas e grupos privados de comunicação social, e privilegie os grupos públicos, como a RTP), 2. A compra da Media Capital pela PT (que teria como objectivo a saída de JEM e o silenciamento de MMG), 3. A partilha das rádios da Media Capital entre Luiz Montez e a Ongoing, 4. A compra e o controlo da Impresa pela Ongoing, 5. A compra do *Correio da Manhã* 6. A Controlinveste é comprada ou “anulada” 7. A RDP e a RTP controladas, tal como a Lusa 8. O lançamento do quinto canal que enfraquecerá as televisões privadas 9. A TDT com custos para o consumidor não vai para a frente 10. O encerramento do jornal *Sol*.

Podemos confirmar que o principal fim de todas estas medidas resultaria na eliminação do pluralismo, visto os novos detentores possuírem concepções demasiado aproximadas. Pinto Balsemão classifica este objectivo de “plano magistral” para o controlo da comunicação social, a que não iriam faltar fundos para que se concretizasse.

Reflecte sobre um segundo cenário que nomeia de “cenário do acaso e da incompetência”, mostrando que estes pontos estiveram para se concretizar, e que só não aconteceram devido à sorte de algumas coincidências não se terem consumado e

também por inépcia dos intervenientes que negociaram alguns destes projectos.

Balsemão cita várias declarações suas desde 2007 – presentes no discurso que foi distribuído aos deputados e que surge em anexo no documento produzido pela Comissão –, em que desde aí avisa que existe um plano concertado pelo primeiro-ministro José Sócrates para controlar a informação e os conteúdos produzidos pelos *media* nacionais, nomeadamente privados.

O deputado do PS, João Serrano, foi o segundo inquiridor, que ressalva que o “estado de condicionamento da liberdade de expressão”, como foi acusado pelo PSD, não existe.

Nota-se uma certa rivalidade no discurso de João Serrano, em que é notório que as perguntas que esboça são notoriamente direccionadas para a *persona* pública de Balsemão.

De entre as várias questões que Cecília Meireles, do grupo parlamentar do CDS, coloca ao presidente do grupo Impresa, destacamos o interesse que demonstra em que Balsemão confirme se as declarações de MMG - de que Cebrian estava entediado dos telefonemas constantes de José Sócrates, são verdadeiras, visto Pinto Balsemão ser amigo pessoal do empresário espanhol. Algo a que Balsemão se coíbe de responder, ao alegar sigilo pessoal.

João Semedo, deputado do BE, questiona Pinto Balsemão sobre a transparência do negócio que a Ongoing queria fazer com a Impresa. No entanto, destacamos a pergunta directa que faz sobre o tema que nos é caro – a alegada intervenção política de José Sócrates nos *media*: Semedo pergunta a Balsemão se este conhece manifestações de desagrado do primeiro-ministro para com a informação que é produzida pela TVI, no *Jornal de Sexta*.

Balsemão, no momento da resposta, resultando em gargalhada colectiva, esquiva-se à resposta, ao declarar que essas manifestações de desagrado são públicas, visto terem sido declaradas por José Sócrates no Congresso do PS, em Espinho, e serem do conhecimento colectivo, como já aludimos. João Semedo contrapõe, insistindo que quer saber de mais casos, que não tenham sido tornados públicos. Pinto Balsemão esclarece que as poucas conversas privadas que teve com José Sócrates, assim continuarão, ou seja, não tem o intuito de as revelar. E faz referência a uma entrevista que o primeiro-ministro deu na SIC Notícias, em que também faz comentários acerca do telejornal apresentado por MMG.

João Oliveira, deputado do Partido Comunista, centrou as suas questões na relação entre os grupos de *media* privados e os anunciantes. E de que modo essa relação se pode tornar perniciosa.

Francisco Pinto Balsemão explicou que esse interesse entre os grupos privados e os anunciantes é algo mútuo, pois ambos procuram serviços um do outro, normalmente vitais. E que essa relação é o que torna a informação saudável, visto não estar ancorada a detentores que financiam eternamente publicações que não se pagam a si próprias. Tal como as estações públicas de televisão, afirma Balsemão, convivem de muito perto com as deambulações e mudanças de poder, o que também as altera: “Os grupos privados são muito mais garantes do jornalismo, da liberdade de expressão, do que os meios que estão em poder do Estado.”

João Oliveira pretende que Balsemão clarifique a sua declaração de que “o Governo em alguns casos atingiu os objectivos pretendidos” e especifique a que situação se referia. Balsemão explica:

Os governos [não restringindo ao governo Sócrates] atingem os objectivos quando cortam publicidade do Estado, quando criam leis e regulamentações que são excessivas – e isto acontece hoje em dia quer quanto à publicidade, quer quanto aos conteúdos, quer quanto ao próprio funcionamento das empresas. E isso também acontece quando as fontes de informação são privilegiadas para uns e são estancadas para outros. Portanto há alturas em que conseguem os seus objectivos e a nossa missão é lutar, é não ficar apavorado, não entrar em pânico e ir para a frente. Não é tão complicado como parece – é preciso é ter coragem.

No início da segunda ronda de perguntas, Pedro Duarte pede a Balsemão que se expresse acerca do *Jornal de Sexta*, do caso Mário Crespo, entre outros aspectos.

Sobre o encerramento do *Jornal de Sexta* da TVI, Francisco Pinto Balsemão indica que não era do seu agrado o formato e conteúdo do jornal, por misturar factos com opinião, e por a sua apresentadora comentar os temas que apresenta. Por outro lado, explica que no caso de acabar, o processo de fim do telejornal não teria acontecido dessa forma no grupo Impresa, visto o Director de Informação ter “plenos poderes”.

Quanto ao caso Mário Crespo, Balsemão explica que se o caso ocorresse no grupo Impresa os directores teriam poderes para recusar a crónica. Todavia, Balsemão indica que se fosse o director teria publicado a crónica do jornalista do *JN*.

Cecília Meireles retoma uma pergunta que tinha feito anteriormente, para voltar a incitar Pinto Balsemão a comentar a relação de José Sócrates, enquanto primeiro-ministro, com os meios de comunicação social. Meireles explica que tais respostas são de capital importância visto Balsemão ter sido primeiro-ministro e ser uma figura ímpar na comunicação social.

O inquirido defende que se a intenção de José Sócrates ao referir-se a alguns “nomes” fosse silenciá-los, nalguns casos “conseguiu”. E que este primeiro-ministro tem feito bastante comentários em relação à comunicação social.

Fechando a audição, o presidente, Luís Marques Guedes, agradece e elogia a presença de Francisco Pinto Balsemão, tal como a “lição” enriquecedora que este deu sobre “Liberdade de Informação”.

## **2. José Eduardo Moniz**

José Eduardo Moniz (JEM) foi solicitado pelo PSD para prestar declarações na Comissão Parlamentar. Pedro Duarte, deputado social-democrata, questionou JEM sobre a sua “experiência pessoal” dentro da TVI, as movimentações económicas e o fim do *Jornal de Sexta*.

Moniz explica que o único interesse da sua presença é para com a busca da verdade nos temas que são a ser discutidos na Comissão. Não está outro qualquer interesse em causa, explica.

Indica que percebeu a má relação que José Sócrates tinha com os *media* em 2001, quando o ainda Ministro do Ambiente pediu a um jornalista da TVI para que uma reportagem não fosse transmitida. A peça foi transmitida e Miguel Paes do Amaral falou com JEM indicando que era amigo de Sócrates e que não queria ter problemas com ele.

Durante esta sua primeira intervenção, JEM alonga-se nas declarações, pois faz uma contextualização empresarial desde o primeiro momento que entrou para a TVI, esclarecendo temas como a relação com Miguel Paes do Amaral, sobre a administração da Prisa e o *Jornal de Sexta* – tanto a génese como o cancelamento deste noticiário.

João Serrano, do Partido Socialista, alude às acusações de JEM de que existiu “ingerência” do Governo quanto ao fim do *Jornal de Sexta*, e que o poder político se

aliou ao poder económico, para decidir o rumo da TVI - movimento que pesou bastante na linha editorial que vinha sendo praticada.

Por outro lado, o deputado, através de uma sustentação cronológica, tenta demonstrar que o fim do *Jornal de Sexta* nada teve a ver com “ingerência” do Governo; Serrano alude às várias reuniões que existiram anteriormente na TVI – em que os membros da administração discordavam da continuidade da *pivot* e divergiam do tipo de jornalismo praticado – tal como refere que a *pivot* já havia sido afastada da apresentação do noticiário em 2005.

JEM explica que, embora implicitamente, o que estava em causa eram os conteúdos apresentados no telejornal de sexta-feira, porque se fosse uma questão de estilo, Manuela Moura Guedes tê-lo-ia alterado, com fez várias vezes ao longo da sua carreira, defende o ex-director geral da TVI.

Quanto às referências que o deputado faz em relação às deliberações da ERC, Moniz explica que o princípio do contraditório era feito na TVI e que instituiu isso desde que ingressou na empresa, por considerar um princípio básico do jornalismo. E na redacção existem provas de que o contraditório foi tentado, explica.

Em resposta à pergunta do deputado socialista, sobre se haveria um “plano para controlar os meios em Portugal”, JEM responde afirmativamente: “houve, foi delineado claramente um plano para condicionar a actuação de alguns meios de informação e para condicionar alguns empresários e alguns jornalistas.” Embora JEM reafirme que muitos profissionais não são “pressionáveis”, grupo em que se inclui.

Já em resposta à deputada do CDS-PP, JEM é peremptório na súmula que faz do encerramento do *Jornal de Sexta*:

Não foi uma mera questão formal, não foi uma questão de uniformização, foi uma questão pura e simplesmente relacionada com conteúdos, porque eram os conteúdos que objectivamente prejudicavam a empresa, e que obviamente tornavam inclusive imperativo o meu afastamento da própria organização.

A deputada perguntou igualmente se as declarações do primeiro-ministro em relação ao *Jornal de Sexta* podiam ser entendidas como uma forma de pressão. JEM responde “obviamente que sim”, mas defende que no seu caso particular não funcionaria, reconhecendo que poderia afectar tanto os profissionais da TVI, como as empresas nas quais estes exerciam o seu trabalho.

Referindo-se ao caso Mário Crespo, JEM diz que foi “uma insensatez, no mínimo, da parte do director do jornal, não publicar aquela crónica”. No entanto, coíbe-se de tomar partido quanto às causas que levaram José Leite Pereira a não publicar o texto, mas explica que devido ao clima que se atravessava foi normal que se tivessem tirado ilações que poderiam não ser as verdadeiras.

Questionado por João Oliveira, deputado do PCP, acerca da necessidade do seu afastamento da direcção-geral da TVI, para que a cessação do *Jornal de Sexta* se materializasse, JEM explica que a sua permanência seria “um obstáculo” tanto para o fim do *Jornal de Sexta* como para a manutenção da linha editorial da estação.

Mantém igualmente a percepção de que do lado da Media Capital era “imperativo” e “imperioso” alterar as suas funções na empresa, nomeadamente retirá-lo de funções que tivessem directamente relacionadas com a informação. Por conseguinte, questionado pelo deputado sobre que conclusões tira acerca dessa posição da empresa, explica que as relações que possam ser feitas são todas conjecturais, e que não se colecta a nenhuma delas.

A segunda ronda é novamente iniciada por Pedro Duarte, que elogia as declarações feitas e destaca a relevância das mesmas; recorrendo à súmula conclusiva que é seu apanágio nas audições: “dados muito relevantes designadamente sobre uma motivação política de intervenção na comunicação social no nosso país”.

Manuel Seabra, deputado socialista, fez um ataque veemente à gestão empresarial de JEM, declarando que existem interesses políticos nas suas tomadas de posição: “eu acho curioso que os alvos que o senhor doutor tem habitualmente identificado são incontrolavelmente alvos socialistas. Isto faz-me de facto supor que o senhor doutor tem de facto uma agenda política”, acusando igualmente José António Saraiva e Manuela Moura Guedes das mesmas intenções. Seabra acusa ainda JEM de ter uma agenda política “se não alinhada, pelo menos profundamente convergente com a agenda política do CDS-PP e do PSD”.

JEM defende-se dizendo que nunca foi militante partidário e que entrou para a RTP1 num período em que o PS estava no Governo, afastando assim o cenário de animosidade para com o partido.

### 3. Bernardo Bairrão

Bernardo Bairrão (BB), administrador-delegado da Media Capital, foi convidado a estar presente pelo grupo parlamentar do PSD. António Leitão Amaro, deputado social-democrata, principiou por questionar BB sobre se as declarações do jornalista João Maia Abreu quanto a ter recebido as informações da cessação do *Jornal de Sexta*, directamente de BB, são verdadeiras. Maia Abreu, citado pelo deputado, disse igualmente que a decisão partia da administração da PRISA.

BB confirma que foi ele que transmitiu a informação a João Maia Abreu, mas que a decisão foi tomada pelo conselho de administração da TVI. Por outro lado, explica que a administração não era alheia às críticas públicas que o telejornal tinha vindo a obter, mas afirma que a decisão de cancelamento desse espaço informativo não teve influência de tais posições. Reafirmando que a decisão não proveio da PRISA, mas sim do conselho de administração. Apresenta dois motivos para a decisão: “uma vontade de uniformizar o jornal” com os demais espaços noticiosos da estação, e defender o conteúdo do ataque público que o telejornal estava a sofrer devido às críticas quanto à forma e ao formato de apresentação.

É igualmente contrário à ideia de que o afastamento da pivot pode ser considerada uma modelação da linha editorial, por a redacção ter dezenas de profissionais.

Miguel Laranjeiro, do PS, volta a insistir perguntando a BB se houve algum contacto com o Governo que tivesse justificado a decisão de encerramento do telejornal ao Executivo. BB afirma que não houve nenhum contacto do Governo, nem que internamente ouviu nenhum testemunho de que tal tivesse acontecido.

O fim do *Jornal de Sexta* foi um dos temas que mais pautou a audição. O mesmo deputado socialista questiona BB sobre o tempo que mediou a deliberação da ERC sobre o telejornal e o encerramento do mesmo. BB justifica este entremeio com a existência de vários factores decisivos para a estação que adiaram a discussão dessa temática. De que fazem parte a própria posição do director-geral, José Eduardo Moniz, que era contra a cessação do *Jornal de Sexta* e uniformização da informação na estação, tal como o período em que se falou da sua saída para o Sport Lisboa e Benfica, o negócio PT/TVI e a saída de Moniz para a Ongoing, foram elementos que adiaram a decisão, por serem “prioridades” relativamente à discussão do encerramento.

Explicou igualmente que a direcção considerou mais oportuno que o fim do telejornal acontecesse antes das eleições legislativas, por se considerar que poderia ser a melhor das piores decisões quanto ao seu relacionamento com a política.

Cecília Meireles, do CDS-PP, insiste na questão dizendo que a decisão foi conotada com as declarações do primeiro-ministro e que o momento em que ocorreu não a desligou do descontentamento mostrado.

BB volta a afirmar que o encerramento só não aconteceu antes devido aos motivos supracitados e que a ideia inicial seria terminá-lo simultaneamente com o início das férias de verão, isto é, não regressar em Setembro. Por outro lado, insiste na ideia de que o encerramento seria sempre ligado à ideia de se relacionar com um “facto político” por até aí já ter essa identificação e, assim, não importando o momento do encerramento para o desligar desse factor.

A deputada questiona igualmente se a equipa do telejornal se manteve depois da decisão de encerramento, ou seja, se a equipa se desfragmentou pela redacção. BB explica que a decisão tinha como objectivo que essa equipa servisse mais espaços noticiosos da estação e não estar exclusivamente dedicada ao *Jornal de Sexta*.

Em resposta às questões de João Semedo, BB explica que o que foi procurado foi uma “homogeneização” de formato dos telejornais da TVI e não quanto aos conteúdos dos mesmos.

No período de inquirição do PCP, o deputado João Oliveira pede que seja esclarecida a afirmação de MMG de que António Vitorino teria interferido junto da PRISA para que o telejornal de sexta fosse terminado. BB é peremptório em afirmar que a declaração da jornalista não tem fundamento.

#### **4. Nuno Morais Sarmiento**

Foi ministro da Presidência dos governos de Durão Barroso (2002-2004) e de Santana Lopes (2004-2005). Teve uma relação conturbada com a comunicação social, com acusações de um dos administradores da Lusomundo e da PT – Henrique Granadeiro – de tentativa de condicionamento da comunicação social.

Consideramos a súmula e conseqüente análise desta audição pertinente para o trabalho em curso, visto estar presente enquanto inquirido um ex-ministro social-democrata, que

teve a tutela da comunicação social. Com efeito, dado que a Comissão se deteve no grande tema “exercício da liberdade de expressão em Portugal” foi importante esta audiência para que o escrutínio não se limitasse à legislatura anterior e à legislatura em curso (ambas socialistas e ambas com José Sócrates como primeiro-ministro), mostrando que as relações tempestuosas entre poder político e jornalismo, na recente democracia portuguesa, sempre terem acontecido.

O PS foi o grupo parlamentar que requereu a presença de Nuno Morais Sarmiento na Comissão em análise. Tal convite mostra que foi feito para o PS demonstrar que o PSD também teve relações gravosas com a comunicação social portuguesa.

Manuel Seabra deu início à sua intervenção relembrando a audiência das acusações que o PSD fez ao PS, dentro e fora da Comissão, quanto à suspeita de “inexistência de liberdade de expressão em Portugal: referindo um “suposto clima de asfixia democrática”, um “défice de liberdade de expressão” e um “total controlo e manipulação dos órgãos de comunicação social em Portugal”.

O deputado do PS fez a ponte com acusações semelhantes que Morais Sarmiento teve por parte do PS, enquanto Ministro social-democrata, tal como fez referência e questionou o alegado intuito de Morais Sarmiento, denunciado por Henrique Granadeiro, de afastar da direcção do *JN*, do *24h* e da *Grande Reportagem*, os respectivos directores.

Seabra continuou com o método que tinha vindo a utilizar – afastando culpas do partido em que milita e conseqüente ataque ao PSD, tal como disse que as audições realizadas têm demonstrado que “em matérias de liberdade de expressão, o PSD tem um longo e gordo cadastro”. O deputado socialista continua a sua intervenção desculpabilizando o partido: “Estas audições têm mostrado ampla e profusamente é que o PS tem sido vítima de acusações sem fundamento. Tem sido vítima de processos de intenção”, e sobre o próprio primeiro-ministro: “Tudo serviu até hoje para lançar poeira para a opinião pública. Tudo serviu para enlamear o nome do senhor primeiro-ministro.”

O deputado terminou a sua intervenção, que se pautou por acusações e comparações entre PS e PSD, com uma pergunta aguerridamente política: como é que um partido (PSD) com o passado que tem em relação à liberdade de expressão tem motivos para colocar em causa o primeiro-ministro?

Nuno Morais Sarmiento respondeu às acusações de Manuel Seabra dizendo que “uma parte do seu tempo foi uma declaração política” e justificou-se, afirmando que não respondia às primeiras acusações de Manuel Seabra, por não considerar o local adequado para o fazer, devido ao pendor maioritariamente político das mesmas.

O ex-deputado social-democrata afirma que não pediu a demissão de nenhum dos directores referidos e desarmou Manuel Seabra apresentando uma miríade de incongruências discursivas e cronológicas no discurso do deputado socialista, que exacerbam a falta denexo das referências na intervenção de Seabra.

O deputado do PSD, Pedro Duarte, foi o interveniente seguinte, utilizando a totalidade do seu tempo para fazer ataques ao PS. Comentou a intervenção do PS, que metaforicamente classificou de “ tiro pela culatra”, visto o contra-ataque tentado por Manuel Seabra ter falhado. Perto do final da intervenção, Luís Marques Guedes, o presidente da CESC, advertiu Pedro Duarte de que ainda não tinha feito nenhuma pergunta e que o seu tempo estava a acabar. O deputado esclareceu, em jeito de resposta: “Nós não temos questões porque estamos mais do que esclarecidos.”

Cecília Meireles, deputada do CDS-PP, coibiu-se igualmente de fazer perguntas ao convidado. Todavia, também não faz ataques ao grupo parlamentar oposito. Justificase perante a audiência quanto à ausência de perguntas, indicando que o grupo parlamentar sempre teve dúvidas em relação à “pertinência e ao interesse desta audição [de Nuno M. Sarmiento]”, proposto, lembre-se, pelo Partido Socialista.

Na sua intervenção, a deputada do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, alude ao relatório da Alta Autoridade para a Comunicação Social que considerou de “ilegítimas” as pressões que Nuno Morais Sarmiento fez a alguns jornalistas. Martins questionou o ex-ministro se este considerava que existe uma tentação “anti-democrática e perigosa” de intervenção na comunicação social, tanto por parte do PS como do PSD.

Morais Sarmiento respondeu com uma declaração que optámos transcrever na totalidade:

Eu penso que tem existido e provavelmente existirá sempre, ao longo dos tempos e da História, em Portugal como em qualquer outro país, quem procure instrumentalizar a comunicação social, quer do lado dos responsáveis políticos, como há quem do lado da comunicação social se preste ao mesmo exercício. Eu penso que é uma tendência que acompanhará a história, enquanto os homens forem homens. Infelizmente.

Ainda que não admitindo que tomou tal procedimento, não afasta as atitudes dos detentores de cargos políticos, mesmo que não identificando nomes. Sarmiento afirmou ainda que as acusações que o PSD teve quanto ao condicionamento da comunicação social, não são comparáveis em número e intensidade às que teve o Governo de José Sócrates.

## **5. Henrique Monteiro**

Henrique Monteiro utiliza a sua primeira intervenção, após questões do deputado social-democrata Pedro Duarte, para opinar sobre a decisão que tomaria caso fosse director do *Jornal de Notícias*, relativamente ao caso Mário Crespo. E apresenta a sua opinião quanto ao encerramento do *Jornal de Sexta* da TVI.

O ex-director do *Expresso* esclarece que nunca teria escrito a crónica redigida por Mário Crespo, mas que enquanto director do jornal onde ela seria publicada, a teria publicado. Ou seja, tomaria a opção contrária à admitida pelo jornalista e director do *JN*, José Leite Pereira, que Henrique Monteiro considera um “homem íntegro”. Monteiro esclarece que a não publicação da crónica provocou mais problemas do que provocaria caso tivesse sido publicada. Quanto ao final do *Jornal de Sexta*, Monteiro considera a extinção “ilegal”, visto a opção ter sido tomada pela administração. Mencionando que a “matéria editorial é da estrita competência do director editorial.”

Relativamente à índole do *Jornal de Sexta*, Henrique Monteiro não considera o telejornal “jornalismo recomendável”, todavia, corroborando outras vozes, indica que o pluralismo e a liberdade de expressão devem existir, o que legitimava a existência do *Jornal de Sexta*, enquanto modelo diferenciador.

O deputado do Partido Socialista, João Serrano, questiona Monteiro sobre a posição dos grupos económicos no mercado dos *media* e se de algum modo afectam a isenção da informação produzida. O jornalista refere, como temos vindo a afirmar, que a publicidade embora possa ser pernicioso para a autonomia e independência do jornalismo, contrabalança com o peso do poder político. E que a rivalidade entre anunciantes também promove a democracia: “ Os jornais devem estar sujeitos a leis de mercado. E devem estar sujeitos a leis de mercado porquê? Porque os jornais encontram a sua liberdade no pluralismo e do conflito de interesses diversos que são os seus anunciantes.”

Serrano questiona Henrique Monteiro se alguma vez se sentiu pressionado pelo poder político a alterar a linha editorial do jornal que dirigia.

Antes de apresentarmos a resposta, há que notar a característica arrojada desta pergunta: algo pouco comum entre os deputados nesta audição, qualquer que seja o partido político a que estão afectos. Esta pergunta (teoricamente) seria mais característica do grupo parlamentar do PSD, visto permitir e de certo modo dar “oportunidade” a Henrique Monteiro de direccionar o seu discurso para o tema Sócrates. Embora a decisão de João Serrano seja pouco comum de entre os deputados de qualquer grupo parlamentar, consideramo-la positiva, visto permitir alargar as reflexões que ocorrem na Comissão e de não estar apenas centrado na componente política aí presente.

Henrique Monteiro, na sua resposta, alude ao telefonema que José Sócrates lhe fez na semana de sair no *Expresso* a notícia sobre o problema com a sua licenciatura. O primeiro-ministro pediu ao director do semanário que não publicasse a notícia, algo com que Monteiro discordou, dando, todavia, a hipótese a Sócrates de desmentir, de emitir alguma declaração ou de fazer algum esclarecimento.

Monteiro apoia-se neste exemplo para apresentar o seu ponto de vista sobre a diferenciação entre pressão legítima e pressão ilegítima: “Ele pediu-me por tudo para não sair; se isto não é uma pressão ilegítima, não há pressões ilegítimas. É exactamente isto que distingue uma pressão ilegítima de uma pressão legítima”.

O director continua, dizendo que já recebeu muitos telefonemas de detentores de cargos políticos sobre notícias que já tinham saído, mas que sobre notícias que ainda não haviam saído era a primeira vez. No entanto, esclarece que é algo a que um director deve estar preparado: “São ossos do ofício. Um director que não resiste às pressões deve sair do lugar.” Afirma, tal como o ex-director do *Público*, que depois deste acontecimento o *Expresso* teve mais dificuldade no acesso à informação governamental. O que entendeu como consequência directa da publicação da notícia acerca da licenciatura do primeiro-ministro.

O jornalista afirma peremptoriamente que José Sócrates “é o pior primeiro-ministro no que toca à comunicação social.” Esclarece que Sócrates dá excesso de importância ao que é dito sobre ele, o que se pode comprovar pelos telefonemas que faz, nomeadamente, para os jornais. E que o próprio telefonema aumenta a importância do aspecto, tão-só por o fazer.

Já perto do final da audição, no período de resposta às perguntas da deputada do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, Henrique Monteiro afirma que “há Liberdade de Expressão [em Portugal], mas é imperfeita.”

## **6. João Maia Abreu**

João Maia Abreu era director de Informação da TVI quando o *Jornal de Sexta* terminou em Setembro de 2009. O director apresentou a sua demissão à administração na sequência de ter sido informado do cancelamento, por ter considerado que a administração interveio em campo da exclusiva opção da direcção informativa, isto é, área onde a administração não pode interferir.

Conceição Pereira, deputada do grupo parlamentar requerente da presença de João Maia Abreu (JMA), o PSD, pediu-lhe que comentasse a tomada de decisão da administração da Prisa (grupo espanhol detentor da TVI), de cancelar o *Jornal de Sexta*. Tal como pergunta se JMA considerou tal atitude deontologicamente correcta.

O ex-director de informação considera que soube da decisão através de Bernardo Bairrão, que o informou de que o cancelamento do *Jornal de Sexta* “era irreversível”, ou seja, que a administração teria a sua decisão tomada.

JMA considerou desrespeitoso não ter sido ouvida a sua opinião quanto ao cancelamento, tal como a administração ter entrado numa área que era da sua competência: “Não concordo com uma ingerência da administração naquilo que é o meu trabalho.” E apresentou a demissão, por considerar estar a ser alvo de uma “decisão ilegítima” da administração.

O deputado seguinte a inquirir, Miguel Laranjeiro, do PS, perguntou a JMA se havia uma equipa de jornalistas “alocada” ao *Jornal de Sexta*. Ou seja, se havia um conjunto de jornalistas que trabalhavam apenas para esse jornal e que, consequentemente e em última análise, constituíam o tal grupo que produzia a “caça ao homem” referida por José Sócrates relativamente à TVI, em entrevista à RTP.

O ex-director de informação da TVI respondeu, por seu turno, que não havia uma equipa exclusivamente “alocada” ao telejornal de sexta-feira, isto é, essa equipa produzia material para outros programas informativos.

Miguel Laranjeiro continuou o seu conjunto de perguntas pedindo a JMA que voltasse a referir quem lhe comunicou o fim do *Jornal de Sexta*, e quais as razões

apresentadas para que isso acontecesse. O deputado tentou assim afastar o foco causal de determinações do primeiro-ministro.

JMA refere uma vez mais que foi Bernardo Bairrão que lhe deu tal informação. Quanto aos motivos apresentados, o jornalista afirma que “nunca me foram apresentadas razões editoriais para o cancelamento do jornal”, e que tais justificações passaram por razões económicas e de programação.

Laranjeiro apresenta uma questão fundamental da presença de JMA na CESC. Desta forma, o deputado socialista questiona JMA se este tem “algum dado concreto, real, objectivo” que relacione o fim do Jornal com interferência do Governo.

Antes de apresentarmos a resposta, há que voltar a referir que Miguel Laranjeiro sempre apontou as suas questões para que as respostas de JMA apresentassem o fim do *Jornal* como algo determinado exclusivamente pela direcção.

O ex-director de informação da TVI justificou-se: “tenho vários dados” quanto à relação que o deputado pretendia ver explicada. JMA explicou que mesmo não havendo uma interferência directa do primeiro-ministro quanto ao encerramento do *Jornal*, várias declarações públicas comprovaram o descontentamento vivido, tais como: a polémica entrevista à RTP e o congresso de Espinho do PS – em que JS elegeu a TVI como uma televisão adversa. Ou seja, JMA pretendeu mostrar que as declarações feitas por alguém que “é o primeiro-ministro de Portugal” têm uma importância maior e diferente, e que todas essas declarações funcionam “como uma forma de pressão.” Em suma, relacionou directamente as declarações descontentes de José Sócrates com o fim do *Jornal de Sexta*.

Após questões de Cecília Meireles quanto ao tema do encerramento do telejornal, JMA é esclarecedor ao dizer que o fim do *Jornal de Sexta* não foi surpresa para si: “percebi que havia um jornal que tinha que acabar”, diz, aludindo aos últimos e polémicos tempos do telejornal de sexta-feira da TVI.

A deputada do CDS-PP questionou JMA se ficou surpreendido quanto à decisão de fim do *Jornal de Sexta*. O ex-director de informação afirma que ficou surpreendido por tal ter sido anunciado na antevéspera do *Jornal* ser transmitido e por estar perto das eleições, derivado do facto de ser um jornal “incómodo”.

No final da primeira ronda de questões, é de referir uma das questões que a deputada do PCP, Rita Rato, fez a JMA: se ele considerava que o encerramento do *Jornal de Sexta* pode ser um exemplo de condicionamento através do juntar de esforços entre o poder político e económico.

Transcrevemos a declaração de JMA:

Não digo que haja limitação pela actividade económica por um grupo de comunicação social, não digo que haja limitação na actividade jornalística, mas digo que a liberdade de expressão, de imprensa, ou pelo menos o exercício regular das funções de jornalista muitas vezes estão cativos daquilo que é a dependência dos órgãos de comunicação social e dos governos. E neste caso deste governo. E isso penso que acontece.

Tal como outras personalidades ouvidas nesta Comissão e analisadas nesta dissertação, JMA está em concordância com os outros intervenientes quanto à relação estranha de José Sócrates com a comunicação social: “É preocupante que o primeiro-ministro se preocupe tanto com aquilo que a comunicação social lhe diz e diz dele, e fala e as críticas que emite.”

## 7. José Manuel Fernandes

O grupo parlamentar do PSD propôs a audição que vamos resumir e analisar de seguida. Pedro Duarte foi o primeiro inquiridor de José Manuel Fernandes (JMF) e apresentou um grupo de sete perguntas<sup>22</sup> que praticamente cobriam a razão pela qual José Manuel Fernandes foi convidado a estar presente; e mais: há que notar que todas as perguntas têm referências explícitas ao Governo ou ao primeiro-ministro José Sócrates.

Duarte foi peremptório e perguntou a JMF se há uma tentativa do Governo de controlar a Liberdade de Expressão e de Imprensa em Portugal. Embora destaque entre o poder político e a comunicação social, JMF restringiu os intervenientes, dizendo que essa relação pouco normal não é integrada pelo conjunto do Governo, nem se alarga ao PS. Ou seja, esclarece: é algo específico do gabinete do primeiro-ministro nos últimos cinco anos – período facilmente identificável com a primeira legislatura de José Sócrates (2005-2009).

---

<sup>22</sup> Decidimos incluí-las em nota: 1. Há uma tentativa de controlar a liberdade de expressão e de imprensa pelo governo? 2. Discorra sobre a relação deste primeiro-ministro com os *media*. 3. Fale sobre a tentativa de pressão do primeiro-ministro aos jornalistas do *Público*. 4. Já sentiu que o actual primeiro-ministro tentou directa ou indirectamente impedir a publicação de uma notícia no jornal que dirigia? 5. Transparência da publicidade do Estado/instituições estatais nos órgãos de comunicação social. 6. Pressões que tentassem alterar a linha editorial por parte da entidade proprietária do jornal. 7. Episódio Mário Crespo. Publicaria a crónica na situação de director do jornal?

JMF indicou que no período referido “houve uma forma de relacionamento com os *media* que foi em muitos aspectos pouco saudável, para não dizer doentia”. E explicou que tal animosidade não foi unicamente com o jornal que dirigia – “testemunhei isso nas relações com outros órgãos de informação”.

Sobre o tema que deu origem a esta Comissão, JMF especificou: “Em Portugal há Liberdade de Expressão. A questão é saber se a Liberdade de Expressão se exerce nas melhores condições, nomeadamente se a Liberdade de Imprensa está totalmente garantida.” Notámos ao longo da audição que JMF referiu várias vezes que há liberdade na produção de informação, e que isso não está em causa, mas nota que o passo seguinte – a publicação – é não raras vezes alvo de pressões para que não aconteça.

O ex-director do *Público* explicou que a má relação de José Sócrates com o jornal já vinha de tempos anteriores, nomeadamente quando este era deputado. Com efeito, JMF indicou que quando o Governo tomou posse – em 2005 – o jornal tinha o exclusivo de uma entrevista exclusiva com um Ministro. No entanto, quando o primeiro-ministro soube que a entrevista iria sair no *Público*, como afirmou JMF, desautorizou a publicação; o Ministro deu outra entrevista a outro órgão quebrando o acordo firmado, por instruções do gabinete do primeiro-ministro. JMF defendeu que este episódio foi uma “ordem deliberada para prejudicar o jornal” dada pelo primeiro-ministro. O jornal, por seu turno, decidiu não publicar a entrevista.

Os cinco minutos determinados pela Comissão para resposta não foram suficientes para JMF responder à totalidade das perguntas que o deputado social-democrata lhe apresentou. Todavia, questionado sobre se publicaria a crónica de Mário Crespo, JMF esclarece que o faria “se fosse essa a vontade do autor”, embora pudesse indicar alguns reparos, esclarece, ainda que o produto final estivesse conforme a vontade do autor.

O PS foi o segundo grupo parlamentar a fazer perguntas ao ex-director do *Público*. Isabel Oneto incidiu a sua intervenção em questões ligadas com a propriedade dos meios de comunicação social e as ligações com o poder político.

Apresentando a sua perspectiva quanto às movimentações relacionadas com a OPA que a PT fez à SONAE, JMF indica que se sentiu um “empecilho” à realização do negócio; por ter sido informado, através de uma fonte com fortes ligações ao PS, de que o Governo exigia o seu afastamento da direcção do jornal como condição para a consumação do negócio. Reunindo-se com o accionista do jornal, indicou que se

afastaria caso fosse um “empecilho” à consagração negocial. O accionista, esclareceu JMF, indicou que “essa questão nem sequer se colocava.”

Tal como o semanário *Expresso*, o jornal *Público* foi intimado pelo primeiro-ministro para que a notícia acerca da sua licenciatura não fosse publicada, esclarece JMF. No telefonema que José Sócrates lhe fez, o director do jornal deu o direito de contraditório ao primeiro-ministro - caso este quisesse esclarecer algum pormenor. José Sócrates acusou JMF de que o jornal só estava a publicar tal notícia por causa da OPA, isto é, como represália, tal como fez referência ao facto de ter uma boa relação com Paulo Azevedo (presidente da SONAEcom).

JMF indicou que tal referência, a seu ver, só tem duas leituras possíveis: “Se nós publicássemos ele iria deixar de ter essa boa relação”, ou, por outro lado, “como tinha essa relação iria fazer queixa de mim ao engenheiro Paulo Azevedo”. Entendendo tais declarações como ameaças, para que a notícia não fosse publicada.

O director do *Público* indica que depois da publicação da notícia sobre a licenciatura “houve um bloqueio à informação” por parte do Governo, atitude que foi entendida como uma consequência da desobediência ao pedido feito.

Cecília Meireles, deputada do CDS-PP, iniciou a sua intervenção classificando e teorizando sobre os pressupostos da CESC, explicando mesmo quais os objectivos: “O CDS entende esta Comissão como uma comissão que tem sobretudo um objectivo político: que é avaliar a forma como o Governo se relaciona com a comunicação social.” E continuou: “Avaliar até que ponto o Governo respeita essa independência [da comunicação social].”

Meireles evidenciou preocupação e interesse quanto às atitudes do Governo em relação aos *media*: “Se já tínhamos razões para estarmos preocupados antes de ouvirmos estas suas primeiras palavras, agora estamos preocupadíssimos.”

O ex-director do *Público*, que alegadamente terá sido alvo de pressões e constrangimentos pelo primeiro-ministro, conceptualizou a temática “pressão”, deixando bem claro sobre ao que se está a referir quando faz tais acusações; quanto a pressões ilegítimas, JMF indicou que estas acontecem “quando um órgão de comunicação começa a ser discriminado no acesso à informação.” Esclarece que as consequências que integram tal atitude passa por o órgão não ter acesso às fontes, não ser convocado para ter representantes em conferências de imprensa e em visitas oficiais; algo que aconteceu em relação ao *Público*, como referiu.

João Semedo, na sua intervenção, mostrou uma vontade em querer afastar o foco da discussão do tríptico José Sócrates, PS e controlo da comunicação social. O deputado do BE deu a entender que os trabalhos da Comissão se estavam a resumir a estes aspectos e que não alargam a análise cronológica e tematicamente. Semedo indica que estão “inclinados a abordar este tema na óptica da actualidade”, pois, referiu, compreendendo: a actualidade “tem um grande peso”.

O deputado do Bloco pretendeu dilatar a discussão e lembrou que os problemas relativos à Liberdade de Expressão e de Imprensa não são um fenómeno recente e exclusivo dos últimos cinco anos. Recordou, inclusive, a audiência, que Manuela Ferreira Leite também teve problemas relacionados com pressões sobre o *Público* em 2004. Ou seja, já aconteceram episódios há mais de cinco anos e não sendo um fenómeno exclusivo socialista, visto Ferreira Leite ser dirigente social-democrata.

Semedo refere ainda que “a percepção que todos os leitores do *Público* tinham era que existia um conflito crescente entre a direcção do *Público* e o gabinete do primeiro-ministro, do governo, se quiser.” Aludindo, assim, ao facto de que a tensão entre as partes mencionadas já era demasiado notória no jornal.

A deputada do PS, Isabel Oneto, deu início à segunda ronda de perguntas, que devia ter a duração de três minutos por deputado, tal como do mesmo tempo de resposta para o inquirido. Na intervenção do PS destacamos a acusação que a deputada faz de que a saída de JMF da direcção do jornal não está sustentada em factos, tal como as interpretações que JMF fez também não têm base de sustentação factual. No entanto, na resposta a João Semedo, JMF já havia referido que a sua saída da direcção surgiu da sua vontade, por motivos pessoais e por considerar que esta atitude era a melhor para a empresa no momento. Todavia, referiu que “o accionista teve sempre uma atitude de protecção do *Público* quanto às pressões que sofria.” Ou seja, tentou que esse desconforto não chegasse a quem produz a informação, visto poder prejudicá-la.

Pedro Duarte, deputado social-democrata, utilizou novamente o seu tempo na segunda ronda de perguntas para fazer um resumo interessado que resulta num ataque ao PS e ao governo - “O nosso convidado já nos trouxe aqui situações que eu considero bastante graves. Eu diria de uma intervenção relativamente diversificada e justificada por parte do governo.”

Duarte, neste sumário, referiu as pressões de José Sócrates referidas pelo convidado, tal como apresentou cinco formas de pressão utilizadas por José Sócrates e serve-se das declarações do convidado para justificar que se consumaram, como que

fazendo um julgamento dessas atitudes e mostrando que não é necessário serem ouvidas mais declarações, visto já existirem “provas” suficientes. Com efeito, concordamos que os exemplos seguintes resultam de declarações de JMF, no entanto, tais foram enfatizadas com interesse pelo deputado do PSD.

Duarte iniciou dizendo que houve “sonegação à informação” numa viagem oficial do primeiro-ministro, que ocorreram “pressões objectivas sobre os accionistas” e dá como exemplo a OPA da SONAE à PT. Refere também a ocorrência de “retaliações designadamente através da publicidade”, através do Instituto de Turismo de Portugal (que, alegadamente, não dividiu as verbas referentes à publicidade pelos diferentes órgãos equitativamente). E foi afunilando e mostrando que as pressões se foram personalizando, dizendo que houve “interpelações directas aos agentes em causa”, como ocorreu entre José Sócrates e o empresário Ângelo Paupério. Terminou com a referência aos processos cíveis que o primeiro-ministro moveu a diversos jornalistas. Pedro Duarte concluiu a declaração, acentuando: “O primeiro-ministro tem recorrido a este expediente.” Por fim, fez uma única pergunta ao ex-director do *Público*: se este considerava que a democracia está saudável quando Portugal tem um primeiro-ministro com este tipo de atitude. JMF utilizou como resposta citações de um artigo de Manuel Alegre publicado pelo jornal que dirigia, em que o ex-deputado faz acusações a José Sócrates.

Perto do fim da audiência JMF fez uma comparação gravosa, ainda que possivelmente real: “A capacidade de influenciar os órgãos de comunicação aumentou com este Governo desde o tempo em que os órgãos estavam todos nacionalizados”.

## **8. Manuela Moura Guedes**

Requeru a presença de Manuela Moura Guedes (MMG) o grupo parlamentar do PSD, que deu início à inquirição.

Nuno Encarnação lembrou a audição de Bernardo Bairrão (BB), em que este justificou que o fim do *Jornal de Sexta* acontecia devido ao género de jornalismo praticado por MMG, e não quanto ao conteúdo informativo do telejornal.

A jornalista respondeu citando as declarações de BB à revista *Sábado* de 20 de Agosto de 2009, isto é, cerca de duas semanas antes da suspensão do telejornal, como afirma MMG. Nessa entrevista, BB afirma que gostava do conceito do telejornal e do

facto de ser apresentado por MMG e que o seu grande sucesso de audiências bastava para garantir a sua continuação. Tal como invoca o Estatuto do jornalista para corroborar a sua afirmação de que a administração não pode interferir nas escolhas da direcção de informação.

MMG depois desta contextualização reflecte que ninguém (referindo-se a BB) pode mudar de opinião tão rapidamente, ou seja, em cerca de duas semanas, pois o *Jornal de Sexta* foi suspenso a 3 de Setembro de 2009.

A jornalista da TVI esclareceu o deputado social-democrata de que o fim do *Jornal de Sexta* aconteceu de forma abrupta depois de BB ter recebido directrizes de Espanha de que o *Jornal* não poderia ir para o ar. No entanto, MMG indica que BB ainda estava a tentar convencer os espanhóis – Polanco e Cebrián – a mudarem de opinião. Esta conversa ocorreu na presença de João Maia Abreu, director de informação da estação.

MMG esclarece ainda que disse a BB que se as directrizes vinham de Espanha, era devido a pressões de José Sócrates à direcção da PRISA. Por seu lado, Bairrão foi peremptório em afirmar que desta vez foi António Vitorino a falar com os espanhóis. MMG lembra a audiência que foi o escritório de advogados de Vitorino, dirigente socialista, que tratou do negócio da compra da TVI pela PRISA.

Se a ida de MMG à CESC se deveu essencialmente ao fim do *Jornal* de que era *pivot*, visto haver várias suspeitas de que o poder político se aliou ao poder económico para cessar a produção de informação incómoda para o governo, consideramos a sua audiência importante para reflectir sobre o estilo de jornalismo que era feito e que não era consensual para profissionais da área.

As perguntas de Nuno Encarnação permitem sobremaneira alargar o conhecimento quanto à concepção própria (de MMG) relativamente ao telejornal de que era *pivot*. O deputado questiona a jornalista se ela considera que um *pivot* de telejornal se deve restringir a ler o teleponto ou se deve ter uma “liberdade maior” na transmissão em curso.

Lembramos que o *Jornal de Sexta* foi acusado de conter demasiada opinião emitida pela *pivot*. MMG defende-se quanto à pergunta, esclarecendo que é inevitável fazer “um remate à peça” que acaba de ser televisionada, e que aí também reside o constante dever de acompanhamento das actividades do poder político, que considera “o dever de fiscalizar”.

O deputado social-democrata fez cerca de dez perguntas a MMG, a que esta, devido ao limite de tempo, só responde a cerca de metade, mas que têm resposta noutros pontos da audição, visto outros deputados as retomarem.

Em resposta a Nuno Encarnação, a jornalista esclarece que foram convidados todos os membros do governo a irem ou a prestarem informações ao telejornal para que o direito ao contraditório fosse accionado, mas que nenhum aceitou o convite. Sendo a Ministra da Saúde a que esteve mais perto de ir ao *Jornal de Sexta*, mas que só não esteve presente devido à proibição feita pelo primeiro-ministro, afirma MMG.

Isabel Oneto, deputada do PS, foi a inquiridora seguinte de MMG. Nota-se um tom de crispação e adversidade entre as duas. Oneto acusa MMG de reagir de “forma agressiva” às críticas que lhe são dirigidas, e questiona, de forma notoriamente retórica, a jornalista se, tendo isto em conta, considera que há liberdade de expressão.

Importa referir, nas respostas de MMG à deputada socialista, que a jornalista afirma que na sua carreira sempre teve problemas com o poder, qualquer que fosse a orientação política. No entanto, esclarece que o governo Sócrates foi o que teve uma relação mais adversa para com a comunicação social: “O poder não gosta, incomoda-se. Agora reagir como este poder tem reagido isso é que nunca vi, de facto.”

Cecília Meireles, do CDS-PP, considera que o “negócio PT/TVI é uma das principais preocupações nesta Comissão”. Questiona MMG sobre quando começaram as conversas entre PT e a PRISA.

A jornalista esclarece que a decisão de compra começou a ser tomada em Março. Momento que coincide, esclarece, com o surgimento das notícias sobre o caso Freeport e outros temas relacionados com José Sócrates, tal como com o polémico congresso do PS, em Espinho.

Outra das perguntas da deputada do CDS-PP prende-se com o pós-encerramento do *Jornal de Sexta*, isto é, sobre o que aconteceu a MMG depois de o telejornal ter terminado.

A jornalista afirma que viveu tempos difíceis na redacção: “fui posta de lado na redacção, sem nada para fazer”. Com efeito, entendeu tal atitude como uma reprimenda: “fui tratada como se tivesse feito algo de mal.” Após um período de duas semanas, meteu baixa médica devido a depressão.

João Semedo, deputado do BE, pede a MMG que indique o momento em que percebeu que o *Jornal de Sexta* era incómodo para o governo. A jornalista esclarece que

existiram vários momentos e factores que estão relacionados com a intervenção do Governo, ou especificamente de José Sócrates, na TVI.

A *ex-pivot* considera que o poder económico de regulação que o Estado tem permite facilidade ao governo de exercer controlo dos *media*. De que são exemplos, esclarece, o negócio com a PT e as dificuldades da Media Capital com empréstimos do BCP, que coincidiram, estes, como o momento de revelação das escutas entre Armando Vara e José Sócrates. Afirma também que sempre soube que o governo considerava o *Jornal de Sexta* um incómodo, através da editoria de política da TVI, que lidava mais de perto com o Executivo.

Com estas informações, aliadas ao facto de o *Jornal de Sexta* ser o telejornal com maior audiência em Portugal e ao peso que o nível de audiências – devido à publicidade – tem numa televisão comercial como a TVI, MMG demonstra estranheza quanto ao encerramento do noticiário. Tal como afirma que a TVI vivia momentos económicos delicados, em que a publicidade derivada das audiências tinha um valor capital.

O deputado do Bloco, João Semedo, questiona MMG se não deveria ter dado o direito ao contraditório ao primeiro-ministro em temas que lhe eram afectos como o Freeport, antes de serem publicados. A jornalista esclarece que todas as peças foram confrontadas ao primeiro-ministro através de fax, mas que este nunca respondeu às solicitações. Tal como faz alusão ao relatório da Entidade Reguladora para a Comunicação Social quanto ao telejornal que apresentava: “Uma das grandes injustiças do relatório da ERC foi precisamente o contraditório – preso por ter cão, preso por não ter.” Fazendo referência à ausência de contraditório, que só não existia por não haver colaboração dos indivíduos referidos. Algo que a ERC ignorou, esclarece.

João Oliveira, deputado comunista, no final da primeira ronda de perguntas questiona MMG quanto à ligação directa que a jornalista faz entre a administração da PRISA e o primeiro-ministro português. Oliveira afirma que explicitamente não há nenhuma ligação directa.

A jornalista indica que se a decisão de encerramento veio de Espanha teve de ter necessariamente o aval do governo português, e que foi fácil “construir o puzzle”, através das ligações entre o PSOE, a PRISA e o PS. Tal como faz referência ao facto de Zapatero ser o melhor amigo de José Sócrates.

Já na segunda ronda de perguntas, o deputado socialista Manuel Seabra faz várias acusações quanto ao estilo de jornalismo e utiliza referências a personalidades

que comentaram o telejornal da TVI, para descredibilizar a informação difundida, que, como sabemos, era adversa ao primeiro-ministro e ao PS.

Das declarações de Seabra, destacamos as seguintes quanto ao estilo: “A senhora Manuela Moura Guedes não tira conclusões através dos factos, a senhora Manuela Moura Guedes tira conclusões”, “polvilha a história com factos, de forma a que esses factos venham a legitimar a história”, e por último: “a senhora é adepta do lema «uma boa história não pode ser prejudicada pelos factos».”

Por conseguinte, Manuel Seabra cita Miguel Sousa Tavares: “o fim do jornal de sexta não é o fim da liberdade de informação, é o fim da liberdade de manipulação”, faz referência à audição de Henrique Monteiro – em que este declara que o *Jornal de Sexta* tem um “enviesamento” contra José Sócrates – e refere declarações de Miguel Paes do Amaral, que afirmou que o Jornal afectava a credibilidade da TVI.

Ainda neste segunda ronda de perguntas há que destacar a questão do deputado João Semedo, sobre se haveria uma intencionalidade política no negócio PT7TVI. MMG considera que sim, e explica que as escutas divulgadas mostram o interesse que havia na consumação desse acordo. No entanto, também indica que essa compra poderia ser um bom negócio para a própria TVI.

Por fim, João Oliveira, do PCP, questionou a jornalista se a saída de José Eduardo Moniz tinha relação com o negócio PT/TVI. MMG explica que a saída do director-geral da estação era impreterível para que a linha editorial da TVI fosse alterada, pois era ele que blindava a informação de alterações – “saindo ele, era fácil.”

Indica igualmente que a saída de Moniz se deveu às inúmeras pressões que sentia por parte da administração. Ou seja, embora tenha sido uma decisão pessoal, ela aconteceu devido à força que a administração fazia para que tal acontecesse.

## **9. Mário Crespo**

Foi ouvido na Comissão no dia 17 de Fevereiro de 2010. Esta audição teve uma grande cobertura mediática, visto este jornalista dizer estar a ser alvo de censura e declarar ter sido referenciado pelo Governo como um elemento “incómodo”.

Esta audição foi proposta pelo grupo parlamentar do PSD, que iniciou o ciclo de perguntas pelo deputado Pedro Duarte.

Duarte aproveita a sua intervenção para contextualizar e conceptualizar alguns conceitos que estão a ser discutidos, de que é exemplo a diferença entre debate de ideias e tentativa de controlar e eliminar essa troca de argumentos: “Estamos a falar de algo distinto [do direito dos agentes políticos protestarem], mais grave para aquilo que são os princípios basilares do nosso estado de direito que é a liberdade de expressão. Que é uma prática relativamente consistente, para não dizer uma estratégia persistente para tentar de facto condicionar esta mesma liberdade de expressão.”

Questiona Mário Crespo se este corrobora a afirmação de José Manuel Fernandes, de que existe uma relação “doentia” entre o gabinete do primeiro-ministro e os *media*. E se, conseqüentemente, existe uma prática reiterada de tentar controlar a comunicação social, especificamente pelo primeiro-ministro.

Relativamente a outras pressões ilegítimas, Mário Crespo diz que têm existido e que ocorreram “pressões sérias do gabinete do primeiro-ministro” e que este “género de situação se tem vindo a agravar nos últimos quatro anos” – período facilmente relacionável com a legislatura de José Sócrates.

Mário Crespo dá como exemplo que aquando de uma entrevista que o ministro Pedro Silva Pereira lhe ia prestar, este lhe telefonou quatro vezes no período que antecedeu a entrevista. Crespo classifica este gesto de “descortês” e entendeu-o como forma de pressão sobre a entrevista que iria acontecer.

Crespo indica igualmente que este tipo de pressões se têm personalizado a figuras públicas específicas e contrárias ao primeiro-ministro, fala mesmo numa perseguição “*ad hominem*”. Quanto a si, especifica - dizendo que se sentiu como “um problema a ser resolvido”.

Questionado pelo deputado do PSD, sobre o teor do *Jornal de Sexta* da TVI durante a última campanha legislativa (Setembro de 2009) e que Pedro Duarte apelida a cessação do mesmo de “uma vontade de interferir directamente em linhas editoriais, nomeadamente tentando condicionar, para não dizer silenciar vozes que eventualmente sejam adversas, independentemente de todos podermos formular juízos de valor e de opinião sobre as mesmas”, Crespo apresenta um ponto de vista diferente na sua análise, dizendo que independentemente de se identificar ou não com o Telejornal em causa, este tinha o direito de existir, e existia como uma alternativa para o cidadão poder escolher.

Mário Crespo dá início à sua intervenção com uma declaração peremptória e que funciona, segundo ele, como um resumo: “O facto é este: eu não tenho um jornal onde

escrever. Uma crónica minha foi censurada; não encontro outra definição para descrever o que me aconteceu”.

De seguida, levantou-se e distribuiu pelos deputados, para estupefacção geral, a crónica alegadamente censurada. E declara, de forma incisiva: “Com isto eu quero mostrar que é algo de concreto que aconteceu”.

Isabel Oneto, deputada socialista, inicia a sua intervenção confrontando as declarações de Mário Crespo e dizendo que “Os jornalistas podem escrutinar aquilo que os cidadãos e os políticos fazem, a verdade é que começa a ser difícil aos políticos dizerem aquilo que pensam dos jornalistas e isso também não é saudável para a democracia”, e que “os políticos que aqui estão também não têm jornais para dizer aquilo que pensam dos jornalistas”, tal como Mário Crespo afirma que deixou de ter um jornal onde escrever.

Cecília Meireles, a deputada do CDS-PP, que embora intervenha depois das respostas de Crespo a Isabel Oneto, mas que consideramos oportuno colocar neste ponto, responde às afirmações da deputada socialista: “os políticos têm não só liberdade de expressão, têm até liberdade de decisão em função do voto que lhes é atribuído.” E diz mais, recuperando as acusações de censura: “não creio que nenhum político tenha sido censurado, pelo menos não chegou ao parlamento notícias de tal.”

Meireles continua e diz que os políticos têm bastantes formas de difundir a sua mensagem: “Têm amplos meios de divulgar a sua opinião e não só de a divulgarem, de afectarem a vida das pessoas com a sua opinião e com a sua decisão.”. E volta a advertir Isabel Oneto: “convém mantermos a proporção das coisas. E não confundirmos duas coisas radicalmente diferentes.”

Por seu lado, Mário Crespo, em resposta a Isabel Oneto, concorda que os “políticos têm todo o direito” em expressar as suas opiniões, mas que isso não implica condicionarem e limitarem a liberdade dos jornalistas. E justifica-se, enfatizando o verbo: “A crónica *foi* censurada”.

Com efeito, Mário Crespo apresenta várias justificações que legitimam a continuidade do seu espaço de escrita no Jornal de Notícias e que aprofundam o facto de a crónica ter sido cessada por designação governamental. Para além de esclarecer que a crónica tinha bastantes seguidores e viabilidade económica, também não se resumia ao comentário de apenas assuntos políticos e pré-determinados – “Era uma crónica sem agenda, era decidida de semana para semana.”

Aquando do momento em que esboça as questões a Mário Crespo, Isabel Oneto indica que no período ditatorial teve as suas conversas e escritos controlados e censurados. Crespo faz um paralelismo com esta declaração, dizendo que o mesmo lhe aconteceu “depois do 25 de Abril”, ou seja, em período democrático: “Isto em 2010 não pode acontecer”, esclarece.

Cecília Meireles, interveniente seguinte, questiona Mário Crespo sobre o momento exacto em que este percebeu que se tinha tornado numa «voz incómoda». O jornalista diz que percebeu-o quando recebeu na SIC uma T-shirt com a inscrição «Eu ainda não fui processado pelo Sócrates», peça de vestuário que exhibe para os presentes na audição. Afirma ainda que a recebeu numa altura em que vários jornalistas foram processados pelo primeiro-ministro, e que sentiu a ideia de que “a crítica não era bem aceite por parte do poder estabelecido” e que as pessoas estavam com medo.

O deputado do Bloco de Esquerda, João Semedo, pergunta a Mário Crespo se estranhou as palavras que o primeiro-ministro José Sócrates disse acerca dele no almoço, ou se já esperava que tal animosidade pudesse surgir.

Crespo refere que a sua principal surpresa foi o facto de José Sócrates lhe ter feito referência ao encontrar Nuno Santos, em dia de entrega do Orçamento de Estado, visto que deveria ser esta a sua principal preocupação, segundo Crespo, pois a entrega do documento estava atrasada.

Na segunda ronda de questões, o PSD volta a ter direito à palavra, por via do deputado Pedro Duarte. Sendo notório que o grupo parlamentar utiliza notoriamente o seu tempo estabelecido para formular perguntas, para tecer comentários facilmente aceitáveis e de consenso geral, de forma a atacar o Governo. Identifica-se e solidariza-se com os alegadamente lesados, nomeadamente os directamente relacionados com José Sócrates, de que é exemplo Mário Crespo.

Pedro Duarte volta a referir que as declarações de Mário Crespo mostram que o país está em processo de retrocesso quanto a alguns direitos que já deveriam estar consistentes na nossa sociedade. E que depois do estabelecimento da democracia este é o período que mais condicionou a correcta actividade da liberdade de expressão.

Embora tendo o direito à palavra e, como vimos, fazendo ataques directos ao PS, o deputado social-democrata limita-se a pedir a Mário Crespo que volte a descrever os passos cronológicos do processo de não publicação da crónica. A que o jornalista anui.

Isabel Oneto pergunta de forma pertinente a Crespo o que o faz identificar o processo de censura com o Estado, se tal foi executado pela direcção de um jornal privado. E que este indique qual o “facto concreto” que lhe permite fazer tal relação.

O jornalista explana que fez tal identificação imediatamente: “fui objecto da atenção do senhor primeiro-ministro (...) fui indiciado como um elemento que carecia de solução”. E que o director da publicação, José Leite Pereira, fez referência ao Governo quando o informou de que lhe não iria publicar a crónica.

Todavia, Mário Crespo pede que sejam os deputados a reflectir sobre as declarações e afirmações que fez durante a audição: “Delego aos senhores deputados a análise de tudo isto que aconteceu.”

O jornalista Mário Crespo pretende demonstrar perante a audiência que foi alvo de censura governamental. E que faz tal associação de processos por o primeiro-ministro se referir a ele em conversas por diversas vezes e, como referimos, por o seu trabalho jornalístico ser alvo de reparo e condicionamento por parte do poder político.

No entanto, Crespo é peremptório por várias vezes ao longo da audição dizendo que a divergência de ideias entre políticos e jornalistas deve existir, pois torna a relação saudável e justificativa: “A informação tem de ser adversarial, senão não faz sentido, perde nexos”.

O que o indignou foi o facto de haver quem quisesse limitar tal divergência de opiniões para que existisse só uma de forma a produzir o consenso, contrariando o processo jornalístico; “Pressões, remoques, telefonemas irados, cartas mal educadas não têm qualquer feito na linha editorial, a haver algum é de haver algum estímulo por parte dos jornalistas que continuam a prosseguir, e é uma espécie de medalha que se recebe quando se está a perseguir uma linha e se entra em conflito com os interesses de alguém”, declara.

## **10. Felícia Cabrita**

A jornalista Felícia Cabrita foi convidada pelo grupo parlamentar do PSD a estar presente em Comissão. Pedro Duarte deu início à inquirição, agradecendo a presença, e começando por uma pergunta “genérica”, relacionada com o tema maior da Comissão, a

liberdade de expressão, “no fundo para auscultar um pouco a sua sensibilidade sobre esse problema, hoje, em 2010, no nosso país”, justifica.

Antes do momento interrogativo elogia Felícia Cabrita: “É uma jornalista experimentada, como sabemos, que tem um percurso reconhecido, nomeadamente na área da investigação.”

Depois das perguntas do deputado social-democrata, acerca de pressões económicas e do peso que a componente económica tem nos destinos da publicação, a jornalista do Sol, introduz: “Agradeço o convite que me fizeram, é raro dar-se a palavra aos jornalistas em comissões parlamentares, ou comissão de ética, e muita falta faz ouvir os jornalistas nos locais certos.” Tal como explica que conhece a existência de pressões, fruto da larga carreira profissional que tem, mas adverte: “Não sou pressionável.”

Começa criticando a postura de “alguns” elementos do PS, de que destaca Arons de Carvalho e António Costa, quanto à postura que têm em relação ao jornal em que trabalha, sendo peremptória – “O jornal *Sol* para o partido socialista é um jornal sem credibilidade.”

Relativamente à polémica que envolve a falta de transparência de propriedade do *Sol*, Felícia Cabrita entrega fotografias dos accionistas, explicando que “não se escondem.” E especifica que são Joaquim Oliveira e dois empresários angolanos (sem mencionar os nomes) – “que felizmente nos libertaram da intenção que havia por parte do partido socialista para liquidar financeiramente o nosso jornal”.

Deslinda que quando se refere ao primeiro-ministro, não se está especificamente a referir a José Sócrates, só é feita essa identificação por ele estar em funções – “podia-me estar a referir a qualquer primeiro-ministro”. E que os jornalistas não são culpados das atitudes dos políticos – “não somos nós que enfiámos o primeiro-ministro em casos como o Cova da Beira, o caso da licenciatura, o caso do Freeport, etc”, aludindo aos processos em que José Sócrates era referido.

João Serrano, deputado do PS, foi o inquiridor seguinte. Esclareceu inicialmente que “o grupo parlamentar do partido socialista não alimenta quaisquer teorias de perseguição ou quaisquer teorias de conspiração, o nosso único objectivo é esclarecer as questões.”

O deputado direccionou a sua intervenção para área da Justiça, encerrando inclusive a sua intervenção questionando a jornalista sobre o que esta entende por segredo de justiça. Apontando, desta forma, para as escutas e outros documentos que o

jornal *Sol* divulgou. Cabrita defende-se: “O jornalista deve fazer o escrutínio de tudo e ninguém está acima da lei; nem o PGR, nem o presidente do Supremo”, sendo interrompida por uma deputada socialista: “nem o *Sol*”.

É notória a tensão entre o grupo parlamentar socialista e a jornalista. Mas continua: “Da parte de alguns elementos do partido socialista há de facto uma assunção de que o jornalismo é controlável. Tanto o acham, que o dizem.”

João Semedo, do BE, questiona a jornalista se tem alguma prova de que o primeiro-ministro teve envolvimento directo na compra da TVI pela PT. Tal como relativamente a pressões do primeiro-ministro quanto às publicações do *Sol*.

Quanto ao alegado controlo governamental da comunicação social portuguesa, Felícia Cabrita explica que a publicação de tais acusações é prova suficiente: “nós trabalhamos com factos, o jornal *Sol* e outros não têm noticiado nem mais nem menos do que factos. Temos conhecimento das pessoas que estavam envolvidas, pelo menos para já de uma parte das pessoas que estavam envolvidas, por enquanto têm aparecido pessoas próximas do primeiro-ministro, como se sabe. Portanto, ou aqueles intervenientes e aquelas conversas de facto existem e os intervenientes são aqueles ou estamos perante um fenómeno de clonagem.”

Confirma que nunca recebeu nenhuma pressão do primeiro-ministro ou de alguém que lhe seja próximo. Remete tais questões para o director do *Sol*.

A segunda ronda de perguntas é iniciada por Pedro Duarte, que faz um ponto de situação nos trabalhos: “afirmou-nos aqui hoje que está convicta e a equipa que trabalha consigo no *Sol*, disse-o no plural ‘estamos convictos’, de que de facto havia um plano para controlar a comunicação social, plano esse encabeçado digamos assim pelo senhor primeiro-ministro.” O deputado pede à jornalista que discorra acerca desse plano, que apresente as características.

Felícia Cabrita explica que o plano seria iniciado pela PT, e que teria a duração de dois anos. Todavia, indica que o primeiro-ministro “numa primeira fase não esteve de acordo.”

O deputado pede igualmente à jornalista que se pronuncie, enquanto jornalista, sobre o encerramento do *Jornal de Sexta* e a não publicação da crónica de Mário Crespo.

Percebemos que a forma de raciocínio de Felícia Cabrita resulta de uma interpretação do que acontece permitir perceber e confirmar os factos que lhe estão na origem. Isto é, parte do efeito para confirmar a causa.

É exemplo a sua opinião da TVI, ao afirmar que o facto de o *Jornal de Sexta* ter terminado explica a existência de algum plano por detrás com interesse em que tal acontecesse. “O que é certo é que o jornal acabou, mas a história repetiu-se; não foi a primeira vez que Manuela Moura Guedes foi retirada dos ecrãs. Se bem se lembram também durante o processo Casa Pia também foi retirada dos ecrãs (...) há aqui uma reincidência de facto no caso de Manuela Moura Guedes.”

Quanto ao caso do jornalista da SIC, apenas descreve o que aconteceu e demonstra preocupação quanto à forma como as determinantes deste processo têm ocorrido.

O interveniente seguinte, Miguel Laranjeiro, do PS, refere-se ao alegado plano de controlo descrito pelo jornal *Sol* classificando-o de “delirante”, “mirabolante” e “impossível”. Considerando que a maior prova da sua inverosimilhança é a continuidade da existência de liberdade de expressão.

Alude também aos resultados que as averiguações jurídicas tiveram: “Para além disso, para além de algo que qualquer um de nós pode perceber, o senhor procurador – não sou eu!, não é nenhum elemento do partido socialista, não é nenhum advogado. O senhor Procurador-geral da república considerou no seu despacho ‘que não existe uma só menção de que José Sócrates tenha proposto, sugerido ou apoiado qualquer plano de interferência na comunicação social’. Portanto, aquilo que o *Sol* nos foi apresentando nas últimas semanas é uma matéria de interpretação. (...) Os factos desmentem absolutamente essa interpretação”

O deputado recorre ainda a declarações de Felícia Cabrita ao longo da Comissão, comentando-as e fazendo mostrar que são incoerentes. De que é exemplo a jornalista ter dito que o *Sol* não tem as escutas do caso Face Oculta, mas que as publicaram, como realça o deputado.

## **11. ERC**

A presença do presidente do conselho regulador da ERC, Azeredo Lopes, foi requerida pelo grupo parlamentar do PS, que deu início à sessão de perguntas.

O deputado Rui Pereira iniciou a sua intervenção com um resumo do que o PS promoveu quanto ao correcto exercício da liberdade de expressão em Portugal, quer através da “desgovernamentalização” do sector, nomeadamente da RTP e da RDP, com a manutenção da anterior administração nomeada pelo governo antecedente, quer com

as medidas que foi tomando enquanto governo para que essa manutenção democrática acontecesse.

Azeredo Lopes, em resposta, faz uma longa reflexão acerca do tema central da Comissão e, referindo-se à liberdade individual dos jornalistas, afirma que há factores que a põem em causa, tais como: “as condições de trabalho dos jornalistas, a precariedade dos vínculos laborais, [e] o índice médio remuneratório dos jornalistas”.

Em suma, o presidente do conselho regulador da ERC defende que embora exista liberdade de expressão em Portugal, existem algumas condicionantes, nomeadamente económicas, que prejudicam esse exercício, contribuindo para que não ocorra na totalidade pretendida.

Por seu turno, o deputado social-democrata Amadeu Albergaria, inicia a sua intervenção com uma imediata referência à alegada relação tempestuosa do Governo com a comunicação social.

O inquirido não se coíbe de responder e formula a sua posição quanto ao chefe de governo (José Sócrates):

O actual primeiro-ministro tem tido formas de intervenção pública, nomeadamente em relação à comunicação social, tendo como destinatário órgãos de comunicação social que eu poderia qualificar como veementes. Isto é, tenho presente declarações que foram proferidas pelo primeiro-ministro no congresso do partido socialista, [e] noutras circunstâncias...

Azeredo Lopes afirma que considera legítimo o pronunciamento crítico de José Sócrates em relação à comunicação social, ainda que sendo o primeiro-ministro. Sendo tais atitudes conformes ao livre exercício no âmbito da liberdade de opinião.

O regulador relembra as deliberações produzidas pela ERC que tiveram em conta queixas e más condutas relativamente ao condicionamento da liberdade de expressão, citando algumas das posições aí tomadas.

A deputada do CDS-PP, Cecília Meireles, pede a Azeredo Lopes que distinga entre pressão legítima e ilegítima, e que indique quais os limites entre as duas, visto terem sido feitas algumas conceptualizações quanto ao tema ao longo das audições.

Em resposta, Azeredo Lopes afirma a dificuldade que a própria ERC teve em traçar essa fronteira. Todavia refere que na deliberação 1/IND/2007 a classificação já foi feita. Explicando que a pressão ilegítima ocorre quando a pressão realizada alcança uma represália no trabalho do profissional, ainda que podendo ser não explícita.

No momento em que esta audição foi realizada algumas das deliberações analisadas nesta dissertação ainda estavam em fase de investigação, redundando algumas das questões nos temas que surgiram nas deliberações que iremos apresentar, de que é exemplo o caso Mário Crespo e o encerramento do Jornal de Sexta.

A intervenção da deputada do BE, Catarina Martins, apresenta uma crítica mesclada de questão à ERC; a deputada questiona Azeredo Lopes sobre que efeito prático tem as deliberações da ERC, e aponta a sua limitação que a acção da Entidade tem para punir maus procedimentos.

Azeredo Lopes aponta para o carácter paradoxal das declarações que já foram proferidas acerca da ERC nas audições, destacando a de Francisco Pinto Balsemão que considerou que a ERC tem demasiados poderes. Por outro lado, o presidente da Entidade aponta igualmente para o carácter “dissuasor” que as deliberações devem ter, visto nomearem os erros cometidos e apresentarem conselhos para que tal procedimento não seja repetido.

## **12. Sindicato dos Jornalistas**

O deputado do PSD, grupo parlamentar requerente da presença do presidente do SJ, direcciona as suas questões com vista a obter declarações de Alfredo Maia nomeadamente em relação ao primeiro-ministro e aos procedimentos danosos para a comunicação social em que alegadamente houve a sua intervenção. Aludindo a temas como as pressões do primeiro-ministro ao Público e ao Expresso, à não publicação da crónica do jornalista Mário Crespo – “como classifica a rejeição da publicação de um artigo do jornalista Mário Crespo?”, e demorando-se algum tempo no tema do encerramento do Jornal de Sexta, o caso mais mediático, Amadeu Albergaria não se esquece do cargo que o convidado ocupa, colocando as suas perguntas no âmbito das intromissões no livre exercício da profissão de jornalista, de que o convidado é o principal defensor, e esperando deste, aquando da resposta, uma retumbante nomeação das más práticas intentadas, espera, pelo executivo.

A última pergunta do deputado social-democrata é sintomática desta busca de oportunidades que acima referimos. Em que não só faz referência às críticas que o chefe do governo faz quanto à divulgação de escutas, mas alude às declarações que o inquirido proferiu acerca do caso, promovendo e pedindo que este volte ao tema e o desenvolva – processo e produto bastante caro às intenções adversárias do PSD.

Uma quinta pergunta: penso que todos nos recordamos que o primeiro-ministro, José Sócrates, comentou há pouco tempo as notícias que revelavam conversas comprometedoras para pessoas suas próximas e que revelavam também um plano ou um possível plano de controlo da comunicação social, dizendo que se tratava de um ‘jornalismo de buraco de fechadura’. O senhor jornalista afirmou na altura que o primeiro-ministro tem o direito de fazer apreciações deste tipo, mas acrescentou que o senhor engenheiro José Sócrates é ‘hoje suspeito de pretender tornar-se dono da porta inteira e não apenas da fechadura ou do seu buraco’. A pergunta era se quer concretizar esta afirmação de que ele quer ser dono da porta toda.

Alfredo Maia inicia o seu depoimento agradecendo a presença e referindo o interesse que o SJ tem em colaborar com este tipo de Comissões Parlamentares, denotando a preocupação em perceber se o primeiro-ministro, tal como refere o *Sol*, teria ou não um plano para controlar a comunicação social portuguesa. No entanto, explica que o SJ não tem poderes suficientes para averiguar se isso aconteceu, e diz-se esperançoso de que esta Comissão chegue a uma conclusão quanto à denúncia que foi feita.

Para tal, faz uma revisão de alguns casos que referem a má relação do Governo com a comunicação social, mencionando várias vezes o desejo que tem em que sejam resolvidos, isto é, que se apure se aconteceram dessa forma danosa. Para além de revelar preocupação quanto ao procedimento do director do *Jornal de Notícias*, ao não publicar a crónica de Mário Crespo, esclarece a posição do SJ, quanto ao encerramento do *Jornal de Sexta* pela administração da TVI; O presidente do SJ, aludindo a esta pergunta, refere que “o SJ não teve a menor dúvida logo que isso aconteceu de considerar absolutamente ilegítimo e ilegal a intervenção do conselho de administração ou do accionista”

O deputado do PS, Manuel Seabra, faz uma súpula das acusações do PSD quanto aos procedimentos de José Sócrates em relação à comunicação social e questiona directamente o presidente do Sindicato quanto ao tema central da Comissão:

Não é novidade; de há uns anos a esta parte temos vindo a assistir a um conjunto de ataques do PSD a este nível. Começou com a história do clima de ‘asfixia democrática’ denunciado pelo PSD. Uma acusação que claramente fazia impender sobre o primeiro-ministro, engenheiro José Sócrates, e dessa evolução mais ou menos doentia e calhou agora na denúncia de inexistência de liberdade de expressão em Portugal. (...) Há ou não liberdade de expressão em Portugal?

De seguida, recorre a declarações que contrastam com as concepções unânimes, de que o PSD é o principal “denunciador”, e mostram que esse consenso não existe. Inicia com a opinião do SJ quanto ao telejornal de sexta-feira da TVI, que o considera alheio às boas práticas jornalísticas. Cita igualmente Miguel Sousa Tavares: “o fim do *Jornal de*

*Sexta*, apresentado por MMG não é o fim da Liberdade de Informação, o fim do *Jornal de Sexta*, apresentado por MMG, é o fim da Liberdade de manipulação.” E, por fim, a crítica de Henrique Monteiro ao jornal *Sol*, em contraposição com o bom jornalismo que o *Expresso* pratica e que daí resulta o facto de ser líder de audiências.

Em resposta à primeira pergunta, Alfredo Maia considera que “a Liberdade de Expressão é um doente com respiração assistida”, pois embora exista, explica, há enormes procedimentos e idiosincrasias que a condicionam. De que são exemplos o próprio Estatuto do jornalista, a concentração económica, a colocação de notícias por “fontes organizadas” e o não acesso a informação primordial.

Quanto ao pedido feito para comentar as afirmações que Manuel Seabra citou, o presidente do SJ, indica que todas as pessoas têm o direito de expressar as suas opiniões, mas que tal não “legitima” a intervenção que aconteceu na RTP, aludindo aos comentários que o primeiro-ministro fez quanto a esse telejornal.

Cecília Meireles, do CDS-PP, pede a Alfredo Maia que esclareça acerca da dependência que os *media* nacionais têm do Estado, nomeadamente quanto à publicidade e ao financiamento que procuram na banca.

O presidente do Sindicato alude a um inquérito que o Sindicato faz pontualmente a jornalistas, nomeadamente a responsáveis editoriais, em relação a pressões, citando as percentagens quanto às opções de resposta. Em Outubro de 2004, isto é, durante o governo PSD-CDS-PP, foi feita a seguinte questão: “enquanto jornalista alguma vez se sentiu pressionado ou ameaçado por interesses económicos, políticos ou de outra ordem?”. Alfredo Maia indica que 24% responderam ‘nunca’, 61% ‘sim, algumas vezes’, e 7% ‘frequentemente’.

No mesmo inquérito, estava contida outra questão: “acredita que existe um plano do governo para controlar a comunicação social?”, 57% dos inquiridos responderam ‘Sim’, 43% responderam ‘Não’.

Uma pergunta semelhante, refere Alfredo Maia, feita em Outubro de 2009, ou seja, no Governo PS: “ao longo do último mandato o governo José Sócrates tentou manipular a comunicação social? 48% dos inquiridos responderam ‘Sim’, e houve outra opção ‘Sim, mais que os anteriores’ que obteve 19% das respostas.

Já na segunda ronda de perguntas, Celeste Amaro, deputada social-democrata, questiona o presidente do SJ se os “ataques” do primeiro-ministro à comunicação social portuguesa, poderão ter como resultado um condicionamento da actividade dos profissionais. Alfredo Maia indica que as respostas resultantes dos inquéritos que

mencionou, elucidam que os jornalistas entendem tal alegada intervenção como um problema à sua actividade. Todavia, esclarece ainda que o debate de opiniões deve existir e que a própria comunicação social também faz duras ofensivas. O presidente considera assim, concluindo, que a melhor posição é a convivência pacífica entre as diferentes concepções e investidas.

No final da audição, que durou aproximadamente duas horas e meia, o presidente da Comissão, Luís Marques Guedes, justificou a delonga com a importância dos temas em discussão, tal como com a presença do presidente do SJ, em contrapeso com a representação da parte corporativa da profissão, em maior número, no conjunto das audições, visto terem estado presentes alguns administradores. Ou seja, quis também dar oportunidade a um representante dos jornalistas de contrabalançar com a larga representação de entidades de comunicação social.